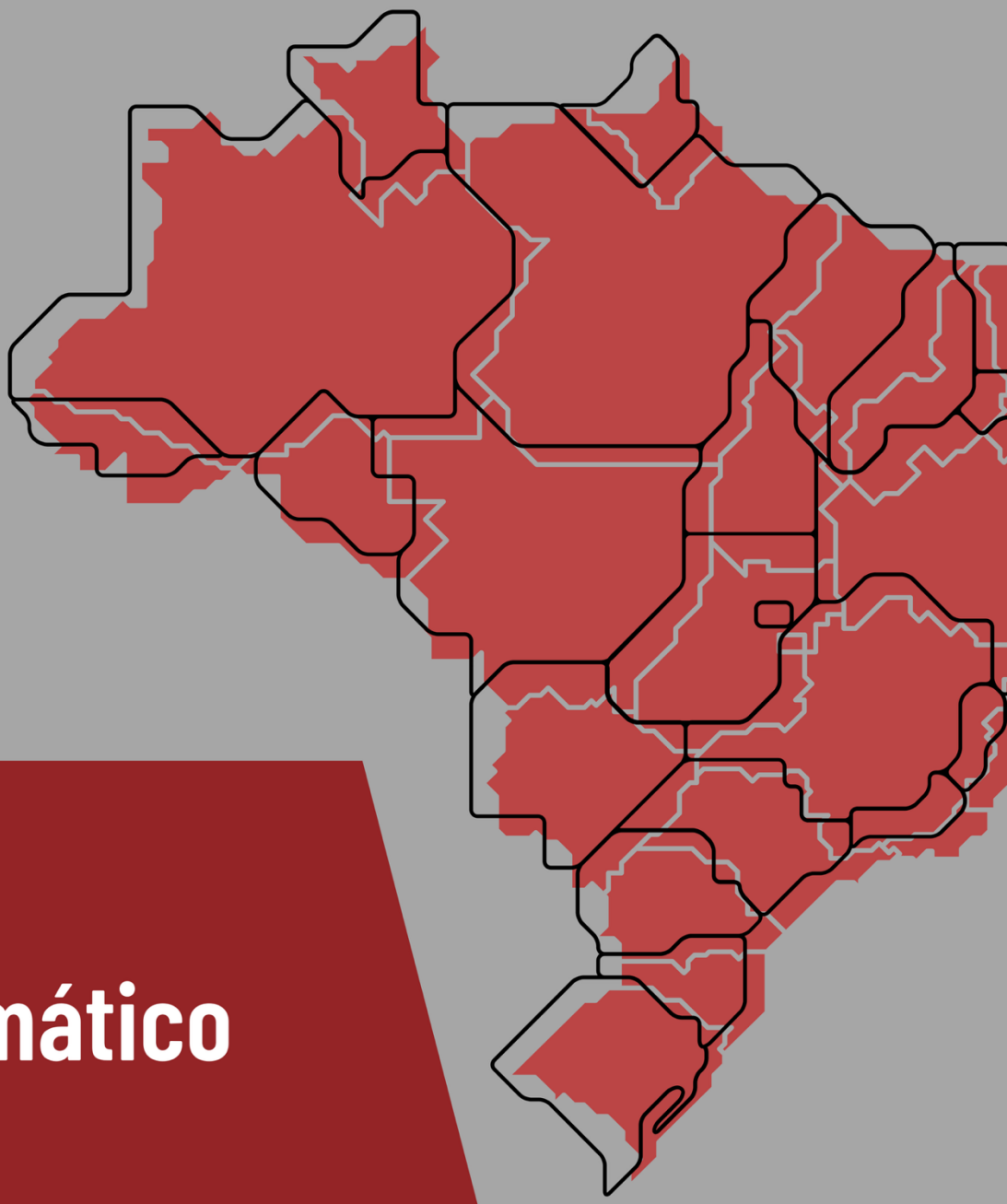
MONITORAMENTO ELEITORAL



Temático

Boletim IV

2026

opel
Observatório
Político e Eleitoral

Coordenação Geral
Josué Medeiros

Coordenação de Pesquisa
Kaique Camargo

Maria Carolina Barreto

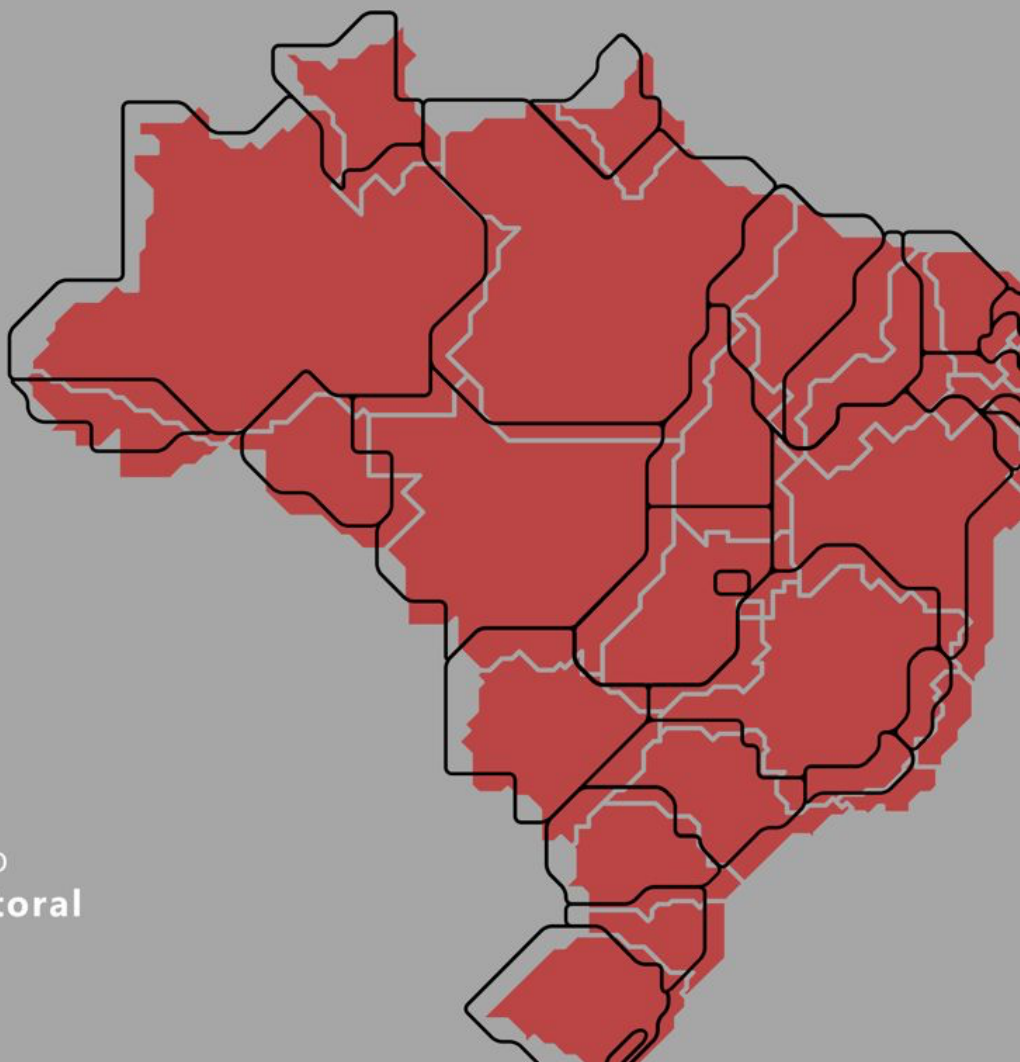
Rennan Pimentel

Tamyres Ravache

Thaís Climaco

Diagramação e Identidade Visual
Rennan Pimentel

Comunicação e Redes Sociais
Alessandra Holanda



opel | Observatório **Político e Eleitoral**

Sumário

EDITORIAL 1

O pós eleição e ainda a polatização: Lula conectado com as urnas e a força do Bolsonarismo 3

A virada também passou pelo campo, mas parou na porteira 6

Projeção da segurança pública no eixo Nordeste (Bahia / Ceará) e eixo Sudeste (Rio de Janeiro / São Paulo) 12

Depois das urnas: como fica a relação entre religião e política no próximo governo Lula? 18

O fim da escala 6x1 e a vitória de Lula no 2 turno nas eleições de 2026 23

Poder Judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026 28

Desinformação e os Desafios da Democracia Brasileira Após o Segundo Turno 34

Lideranças evangélicas não alinhadas 39

Da candidatura à representação: quais mulheres chegaram à Câmara dos Deputados em 2026? 45

A polarização entre lulismo e bolsonarismo na Baixada Fluminense: mobilizações políticas, políticas públicas e a eleição presidencial de 2026 57

Balanço dos partidos de esquerda 64

Soberania Alimentar Pós Campanha Presidencial: Perspectivas e propostas para o novo Governo Lula 71

Caminhos e impasses de Lula IV: entre austeridade fiscal, populismo penal e a agenda popular 77

Segurança pública no Rio de Janeiro após as eleições de 2026: os desafios da cooperação entre Lula e Douglas Ruas 86

Lula venceu! Como realizar o Estado prometido? 93

Quem mobiliza o voto progressista? O debate sobre o "identitarismo" e as campanhas eleitorais no 2° Turno 99

Lula 4: a confirmação e o caminho adiante 106

Política ambiental no Brasil: avanços, contradições e desafios do quarto mandato de Lula 110

O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026 116

Representatividade Negra: Entre a Sub-representação Política e as Políticas de Estado do Mandato 2027 - 2030 122

EDITORIAL



EDITORIAL

É com muita alegria que lançamos a quarta e última edição do boletim temático do Monitoramento Eleitoral de 2026 feito pelo Observatório Político e Eleitoral (OPEL), núcleo de pesquisa ligado à UFRJ e à UFRRJ.

Neste fechamento da pesquisa, as pesquisadoras e pesquisadores do OPEL trazem um balanço de todo o processo eleitoral após o 2º turno e vão além, fazendo projeções de como cada um dos temas vai se desenvolver ao longo de 2027. Trata-se, portanto, de um esforço analítico e prospectivo que foi levado a cabo pelos estudantes de graduação, mestrandas e mestrandos, mestres, doutorandas e doutorandos e doutoras e doutores em ciências sociais e ciência política que fazem parte do OPEL.

Como ocorreu durante a pesquisa, abordamos temas variados que foram decisivos para o processo eleitoral: representação feminina, o papel do meio ambiente, a questão racial, a aprovação do fim da escala 6 x 1 no senado, o desenvolvimento dos conflitos no judiciário e seu impacto nas eleições, a questão religiosa e seu impacto nas eleições, entre outros.

Este boletim temático complementa o boletim nacional do OPEL, pelo qual o nosso Monitoramento Eleitoral acompanha a disputa presidencial e para o governo do Estado e para o Senado em todos os 27 estados da federação. Com essa as duas dimensões – temática e regional – apresentamos um visão de conjunto sobre o processo eleitoral brasileiro e cuja última edição será publicada ainda em novembro de 2026.

Boa leitura e até o próximo boletim!

TEMÁTICOS



O pós eleição e ainda a polatização: Lula conectado com as urnas e a força do Bolsonarismo

Josué Medeiros[1]

A pesquisa Quaest do dia 05 de novembro de 2026 é o primeiro grande levantamento sobre opinião política lançado após a extraordinária vitória de Lula no 2º turno das eleições presidenciais. E o que os dados mostram é que o comportamento político do eleitorado segue conectado com a disputa política e eleitoral deste ano, atravessado pela polarização entre democracia e autoritarismo.

Do lado vencedor Lula ainda colhe os ventos da virada. A Quaest mostrou que 52% das pessoas manifestaram sentimentos positivos (alegria, alívio, esperança e confiança) ao saber da vitória de Lula nas eleições, contra 39% que declaram ter sentimentos negativos (decepção, preocupação, tristeza, insegurança, revolta, raiva, medo, ansiedade) e apenas 6% que se declaram indiferentes. Na mesma direção, 48% aprovam o presidente contra 44% que desaprovam. Essas duas perguntas convergem bastante com o sentimento que mobilizou as ruas, engajou as redes e venceu nas urnas.

Outro dado relavante é que o fim da escala 6 x 1 foi considerada como a promessa de Lula que deve ser a prioridade do próximo governo, com 17% das menções. Esse destaque confirma o papel central que este tema teve na virada, uma vez que foi a principal conquista concreta que o governo Lula viabilizou para o povo brasileiro. Todas as demais promessas que alcançaram dois dígitos na pesquisa confirmam uma agenda de conquistas concretas que melhoram a vida das pessoas: 16% escolheram a isenção dos impostos para cesta básica; 11%

[1] Professor de Ciência Política na UFRJ e na UFRRJ. Coordenador Geral do OPEL

optaram pela valorização do salário mínimo; e 10% afirmaram que é o Pacto contra o Feminicídio.

As promessas ligadas à segurança pública, tema mobilizado prioritariamente pela extrema-direita, somam 22%. Apesar de alto, o enquadramento é favorável ao modo como o governo e a campanha de Lula desenvolveram essa questão: além dos 10% do Pacto Contra o Feminicídio, 7% mencionaram os presídios de segurança máxima, 3% pautaram o controle rigoroso de armas e 2% citaram o novo ministério da Segurança Pública.

Se a economia não aparece com centralidade na chave positiva, o mesmo não ocorre na chave negativa: 48% estão preocupados com o futuro do Brasil contra 44% que estão otimistas. Na pergunta sobre o que mais preocupa as pessoas, 27% do eleitorado declarou que é a economia/divída pública/juros. Isso é efeito do ataque que as elites financeiras fizeram contra o governo Lula nos dias seguintes a reeleição do presidente, com a queda da bolsa de valores e a alta do dólar.

A exigência do "mercado" é que Lula prometa que vai cumprir um ajuste fiscal – tema defendido por Flávio Bolerrotado com a imagem do "tesouraço" e derrotado nas eleições – mesmo que isso custe ao presidente não cumprir as promessas que fez ao povo durante a disputa eleitoral. Em seu primeiro pronunciamento oficial a nação após a virada, Lula reafirmou seu compromisso com a responsabilidade fiscal, mas sem abrir mão de cumprir suas promessas (todas estiveram presentes em seu discurso) e sem atingir os direitos do povo brasileiro.

A disputa entre a pauta do ajuste fiscal e a efetivação das promessas de campanha será o grande conflito do governo Lula 4 e uma vitória dos direitos do povo contra o rentismo das elites econômicas será decisiva para derrotar a extrema-direita em definitivo. Isso porque, conforme, mostrou a Quaest, o bolsonarismo conserva bastante de sua força política apesar da fuga de Flávio Bolsonaro para os EUA, o que, somado a prisão de Jair Bolsonaro, deixa o movimento sem uma liderança consolidada no Brasil.

São 5 as perguntas que mostram a resiliência das posições bolsonaristas no eleitorado: quando questionados se Flávio Bolsonaro fez certo em fugir do país, 29% respondem que sim; 35% afirmam que ele fez isso para para fugir de

perseguição política; 25% acreditam que o filho de Jair Bolsonaro se comportou bem diante da derrota eleitoral, quando não reconheceu o resultado das urnas; 34% das pessoas entrevistadas aprovam que ele tenha questionado o resultado das urnas; e, finalmente, 30% do eleitorado entende que as eleições foram fraudadas.

Os percentuais dessas respostas não são fatos isolados e se conectam com pautas e discursos que o bolsonarismo vem construindo no Brasil desde 2017/2018, quando se consolidou como o movimento político da extrema-direita e quando avançou eleitoralmente sobre os partidos da direita tradicional, tomando do PSDB a posição de de principal organizador do antipetismo.

A extrema-direita sai derrotada das ruas, das redes e das urnas, mas essa derrota está longe de ser definitiva. O bolsonarismo vai se reorganizar de várias maneiras. A primeira delas será na sera institucional, com a disputa pela presidência do Senado, que eles vão transformar em 3º turno da eleição presidencial.

Além disso, socialmente, vão seguir apostando em alimentar sentimento antissistema focado no combate à democracia e às instituições, especialmente no STF. A única forma de combate isso é produzindo melhoras concretas na vida do povo, como ocorreu com o fim da escala 6 x 1 e o Prospéra MEI. O governo Lula 4 precisa impulsionar agendas desse tipo. Se é verdade que o Congresso será mais adverso a pautas positivas para o presidente, é igualmente verdade que a mobilização das ruas e das redes que vem ocorrendo desde 2025 e que marcou o 2º turno tem força para fazer maiorias políticas no parlamento.

A virada também passou pelo campo, mas parou na porteira

Rennan Pimentel (IESP-UERJ)[2]

Lula terminou o primeiro turno 2,22 milhões de votos atrás de Flávio Bolsonaro. Foi uma surpresa. As principais pesquisas projetavam o presidente à frente. No momento de explicar o tropeço do primeiro turno, a resposta mais rápida veio do campo. Felipe Nunes, da Quaest, parodiou a velha máxima das campanhas americanas no título de sua coluna no jornal *O Globo*, "É o agro, estúpido!", com dados que mostram que Flávio Bolsonaro superou o pai em quase todo o país, mas obteve crescimento maior onde a economia gira em torno de grãos, pecuária e grandes propriedades, o que representou 7,1 pontos nos municípios mais agrícolas, contra 3 pontos nos menos agrícolas.

Responsável por 25,13% do PIB brasileiro em 2025, cerca de R$ 3,2 trilhões, e por um em cada quatro empregos do país (CNA; CEPEA, 2026a; 2026b), o agronegócio fez crescer cidades inteiras na fronteira agrícola, como Luís Eduardo Magalhães, na Bahia - guardem esse nome -, mas chegou à eleição pressionado por dívidas, crédito caro e um Plano Safra recebido com críticas. Foi nesse ambiente que se travou a disputa pelo voto rural entre os dois turnos.

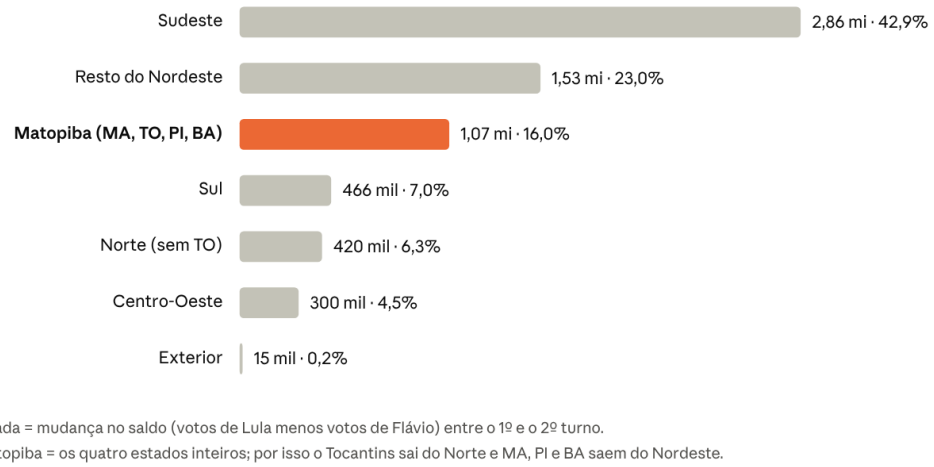
Porém, o mesmo mapa que explicava o problema, indicava onde procurar a saída. Nunes mostrou que Flávio Bolsonaro havia crescido justamente no Matopiba, a mais nova fronteira agrícola do país, com cerca de 6 milhões de habitantes nos cerrados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Além disso, Tocantins, único estado inteiramente dentro da região, reunia as características dos municípios onde o bolsonarista mais avançou, a ponto de Lula, que havia vencido ali em 2022, perder nos dois turnos de 2026. Daí, nasceu a hipótese de que o Matopiba seria a principal área de expansão de votos no segundo turno, já que, na região, a agricultura moderna avança lado a lado com cidades que

[2] Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ com estágio doutoral em Columbia University e Coordenador executivo no OPEL

dependem das políticas públicas do governo federal, e esse eleitorado, ainda em disputa, poderia pender para qualquer um dos lados.

A hipótese se confirmou, em parte, em três semanas. Lula ganhou 10,38 milhões de votos, quase o triplo dos 3,72 milhões de Flávio, e saiu da desvantagem para 4,43 milhões à frente, uma virada de 6,66 milhões de votos que serve aqui de régua para medir o peso de cada região[3]. Como se esperava, a maior parte veio do Sudeste e do Nordeste litorâneo, mas, se considerarmos Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia por inteiro - somando capitais, interior e cidades agrícolas -, os quatro estados do Matopiba aparecem em terceiro lugar, com 1,07 milhão de votos de saldo para Lula, 16% de toda a virada. Isso porque, na região do Matopiba, o crescimento se deu quase todo de um lado só. Lula ganhou 1,23 milhão de votos novos, enquanto Flávio somou apenas 165 mil e chegou a perder votos no Maranhão e no Tocantins; ao contrário do Sul, onde o petista até ganhou mais votos, mas viu o adversário crescer quase 900 mil.

Gráfico 1 – MATOPIBA, a terceira maior fonte da virada



Fonte: TSE, 2026 – Elaboração própria.

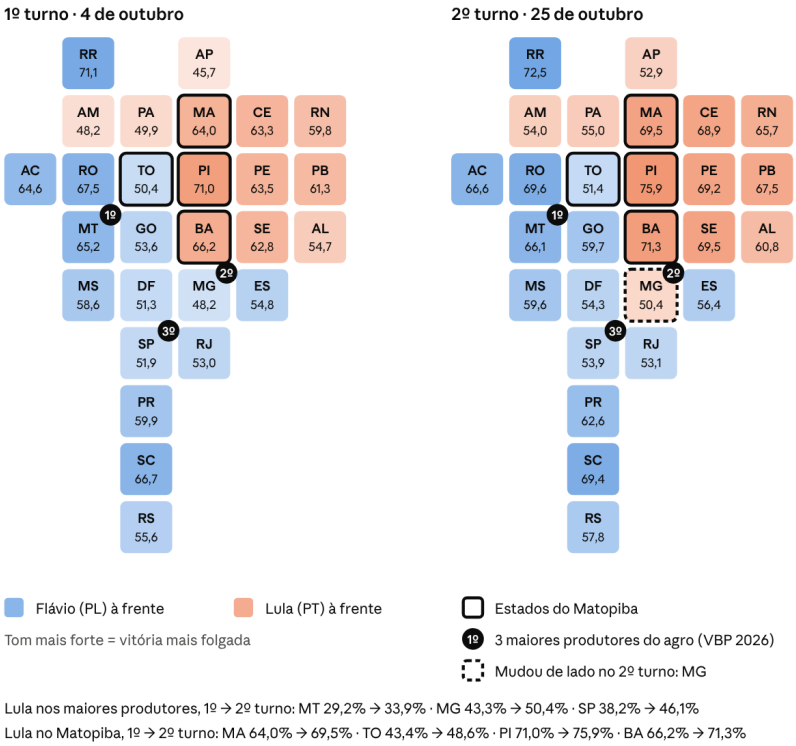
No Maranhão, onde Lula havia registrado seu pior desempenho na região Nordeste no primeiro turno, o presidente conquistou mais 241.930 votos, passando de 63,99% para 69,54%, enquanto Flávio Bolsonaro perdeu cerca de 9 mil votos. Na Bahia, a vantagem de Lula cresceu 654 mil votos, o maior ganho do Nordeste. No Piauí, o presidente alcançou 75,88% dos votos válidos, seu melhor

[3] Virada = votos que Lula ganhou entre os turnos (10,38 milhões) menos os que Flávio ganhou (3,72 milhões): 6,66 milhões votos. A mesma conta, feita estado a estado, mostra quanto cada região contribuiu, descontando o crescimento do adversário.

resultado no país. Já no Tocantins, único estado do Matopiba vencido por Flávio, a disputa terminou praticamente empatada, com 48,63% para Lula e 51,37% para o adversário, que também perdeu votos entre os turnos.

Olhando apenas para os 337 municípios que formam o Matopiba, Lula venceu em 288 no segundo turno, o equivalente a 85% do total. Ampliou, desse modo, sua votação em quase todos e virou o resultado em 9, saindo vitorioso nas partes maranhense, piauiense e baiana da região. Já no Tocantins, apesar de vencer em mais cidades, perdeu o estado porque Flávio levou os municípios mais populosos. Não por acaso, nas áreas onde a soja manda, como o oeste baiano, o sul e o oeste do Maranhão e o Tocantins, o contraste entre os dois foi ainda mais claro: Lula somou cerca de 111 mil votos novos entre os turnos, enquanto Flávio apenas 10 mil. O resultado pode parecer pouco expressivo no placar nacional, mas destaca uma região em que o bolsonarismo praticamente parou de crescer, ao passo que Lula avançou em quase toda parte. E o que impactou esse resultado certamente não foi o agronegócio, mas, talvez, as políticas públicas.

Gráfico 2 – Comparação eleitoral por estado nos dois turnos

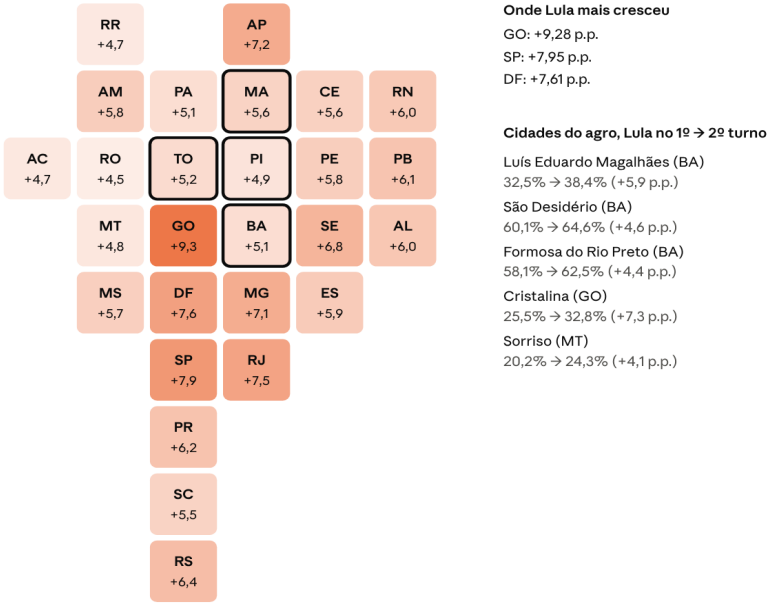


Fonte: TSE, 2026 – Elaboração própria com ferramentas do Claude.

O gráfico 2 mostra ainda que Lula cresceu nos três estados que mais produzem no agro: em Minas Gerais, segundo maior produtor do país, a virada foi completa, com Lula passando de 43,33% para 50,43% e vencendo por 109 mil votos; em São Paulo, terceiro do ranking, avançou de 38,20% para 46,15% e reduziu a desvantagem de 3,4 milhões para 2 milhões de votos; e até em Mato Grosso, líder nacional da produção e um dos redutos mais sólidos da direita, subiu de 29,18% para 33,94%, encolhendo a distância mesmo onde o agronegócio dá o tom.

Embora Lula tenha ampliado sua votação nos 27 estados, foi em Goiás, um dos principais centros do agronegócio brasileiro, que registrou seu maior crescimento percentual, passando de 31,06% para 40,34% dos votos válidos, um avanço de 9,28 pontos e ampliou de 28 para 41 o número de municípios em que venceu. Parte desse salto tem explicação local. Ronaldo Caiado, ex-governador do estado, ficou fora do segundo turno depois de receber 472 mil votos em Goiás, e seus eleitores tiveram de escolher entre os dois finalistas. Não é possível sabermos ao certo para onde foi cada um deles, mas a conta final surpreende: entre os turnos, Lula ganhou 397 mil votos no estado, mais que os 293 mil de Flávio Bolsonaro, que ainda assim manteve uma vantagem folgada, com 59,66%. Em menor escala, o mesmo movimento apareceu em Mato Grosso do Sul, onde Lula somou 112 mil votos e, segundo o *Correio do Estado*, cresceu em todos os 79 municípios.

Gráfico 3 – Crescimento de Lula no 2º turno, por estado



Fonte: TSE, 2026 – Elaboração própria com ferramentas do Claude.

Por fim, um dos episódios mais simbólicos do segundo turno no campo ocorreu em Luís Eduardo Magalhães - havia mencionado para guardarem esse nome -, principal polo do agronegócio baiano, onde o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) gravou um vídeo, publicado em 20 de outubro, cinco dias antes da votação, apresentando relatos de moradores sobre dificuldades locais para retratar o que chamou de "Nordeste que foi esquecido" e tentar reduzir a vantagem de Lula na região. A repercussão, porém, tomou outro rumo quando imagens de bastidores mostraram a equipe solicitando a retirada de uma antena digital que parecia tecnológica demais para o cenário pretendido, enquanto circulavam relatos de que alguns entrevistados possuíam caminhonetes Hilux. A escolha provocou críticas até entre aliados de Flávio Bolsonaro e foi explorada pela campanha de Lula como exemplo de desprezo pelo eleitor nordestino. A tentativa de apresentar uma região abandonada acabou expondo as contradições de uma cidade cuja prosperidade econômica está diretamente associada à expansão do agronegócio.

Nas urnas, a resposta emergiu cristalina. Lula conquistou 4.566 votos a mais em Luís Eduardo Magalhães, um crescimento de 22,6%, passando de 32,51% para 38,40% dos votos válidos; ou seja, um avanço de 5,9 pontos, superior à média baiana. Já Flávio Bolsonaro, não obstante ter continuado à frente, viu sua

vantagem encolher de 18.323 para 14.949 votos. Não é possível saber quanto desse crescimento veio da repercussão do vídeo, mas o contraste fala por si. Justamente na cidade escolhida para mostrar o abandono do Nordeste, mais eleitores saíram de casa para votar, com a abstenção caindo 11,3%, o que deu ao PT sua maior votação desde 2018.

A virada mostrou que o voto rural não é um bloco fechado, o que abre para o quarto mandato de Lula uma porta de diálogo com um setor que responde por 1/4 da economia. Passar por ela, entretanto, exigirá mais do que boa vontade. O governo terá de lidar com o endividamento dos produtores, o crédito caro, a insuficiência do seguro rural e o custo crescente de produção, ao mesmo tempo em que busca novos mercados e enfrenta os conflitos por terra e o desmatamento associados ao avanço da fronteira agrícola. Além disso, há o Congresso, onde a Frente Parlamentar da Agropecuária reelegeu 174 deputados, o equivalente a um terço da nova Câmara. É ali onde se irá medir até que ponto Lula e o agronegócio conseguem caminhar juntos.

Se há uma lição nos resultados de 2026 é a de que a força eleitoral da direita no campo não impede avanços da esquerda, ainda que estes ocorram sem alterar, necessariamente, a correlação de forças predominante. O Matopiba deu a terceira maior contribuição à virada de Lula. Goiás registrou seu maior crescimento percentual no país, Minas Gerais mudou de lado e Luís Eduardo Magalhães, escolhida para simbolizar o abandono do Nordeste, deu ao PT sua melhor votação em oito anos. Mais do que ensaiar uma mudança no alinhamento político do agronegócio, esses resultados revelam uma disputa em movimento.

Referências bibliográficas

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultados – 2026. Portal de Dados Abertos do TSE. Brasília, DF: TSE, 2026. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/pt_PT/dataset/resultados-2026. Acesso em: 4 nov. 2026.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA); CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ-USP). CNA/Cepea apontam recorde na população ocupada no agro em 2025. Brasília: CNA, 5 maio 2026b. Disponível em: https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-cepea-apontam-recorde-na-populacao-ocupada-no-agro-em-2025. Acesso em: 5 nov. 2026.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/ESALQ-USP). PIB-Agro/Cepea: PIB do agronegócio cresce expressivos 12% em 2025. Piracicaba: Cepea/Esalq-USP,

2026. Disponível em: https://cepea.org.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-cresce-expressivos-12-em-2025.aspx. Acesso em: 5 nov. 2026.

NUNES, Felipe. Flávio se saiu melhor que Jair. É o agro, estúpido!. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 out. 2026. https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/10/felipe-nunes-flavio-foi-melhor-que-jair-foi-o-agro-estupido.ghtml. Acesso em: 5 nov. 2026.

Projeção da segurança pública no eixo Nordeste (Bahia / Ceará) e eixo Sudeste (Rio de Janeiro / São Paulo)

Kaique Camargo[4]

O cenário político do Brasil em 2026 encerrou o ciclo eleitoral consolidando marcos históricos para a gestão da segurança pública nacional. A confirmação da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no segundo turno, somada à promulgação da PEC da Segurança Pública pelo Congresso Nacional e à futura criação formal do Ministério da Segurança Pública, redefine o pacto federativo de combate ao crime organizado no país.

Nos quatro estados sob análise (Bahia, Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro), as disputas locais confirmaram a polarização ideológica. No Nordeste, consolidou-se a manutenção do Partido dos Trabalhadores com Jerônimo Rodrigues na Bahia e Elmano de Freitas no Ceará. No Sudeste, a ascensão de governos do Partido Liberal e seus aliados, que caminham junto ao bolsonarismo, se efetivou com a vitória de Douglas Ruas no Rio de Janeiro e a reeleição de Tarcísio de Freitas em São Paulo.

[4] Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ) e coordenador de pesquisa do Monitoramento Eleitoral 2026 (OPEL)

As análises mantêm a integração em dois eixos político-territoriais: o Eixo Nordeste (Bahia e Ceará), diretamente beneficiado pelo aporte federal que virá a partir do novo Ministério e da PEC; e o Eixo Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), que vai oscilar entre a autonomia regional, a resistência ideológica e a obrigatoriedade de cumprir as novas diretrizes constitucionais.

FEDERALIZAÇÃO DA SEGURANÇA

A hipótese levantada aqui é que a criação do Ministério, somado a esse orçamento federal, pressionará de alguma forma os governos estaduais que fazem oposição a se adequarem aos padrões exigidos pelo Governo Federal, para que consigam receber os repasses financeiros, possivelmente até alterando a dinâmica existente no confronto direto, forçando uma cooperação, mesmo que pragmática, a logo dos próximos quatro anos.

Com a posse de Lula garantida para o novo mandato, a imediata implementação do Ministério da Segurança Pública centraliza as ações estratégicas de inteligência, controle de fronteiras e padronização policial.

A aprovação da PEC da Segurança Pública eleva a coordenação e o financiamento do setor ao status constitucional, consolidando definitivamente o Sistema Único de Segurança Pública. A nova estrutura federal passará a controlar fundos vinculados aos estados, estabelecendo critérios de repasse baseados no cumprimento de metas de redução de homicídios, uso obrigatório de tecnologias integradas (como câmeras corporais) e envio contínuo de dados ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.

EIXO NORDESTE: BAHIA E CEARÁ

A manutenção do PT na Bahia e no Ceará, confirmado com as vitórias de Jerônimo e Elmano, mostra uma tendência para que ambos os estados funcionem como um laboratório para a aplicação da PEC, tendo em vista que a Bahia lidera em números absolutos a taxa de Mortes Violentas Intencionais e o Ceará sustenta a segunda maior taxa proporcional do país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Com a criação de um Ministério, Jerônimo terá uma retaguarda para projetar a Bahia como um centro estratégico de operações federais no nordeste

do país. Algumas partes já abordadas por Jerônimo deverão acontecer, como a modernização e compra de novos equipamentos, utilizando a verba do fundo nacional, a expansão do monitoramento via IA e a implementação obrigatória das câmeras corporais tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar.

É provável que se observe na Bahia ações organizadas juntamente a PF e PRF, fortalecendo as FICCOs a fim de provocar uma asfixia financeira nas facções, além de bloquear as rotas de tráfico vindas de outros estados. As mudanças no sistema prisional também serão sentidas a partir da aplicação do PL Antifacção, visando uma modernização dos presídios baianos com o repasse feito pela União.

No Ceará, Elmano de Freitas usará do aparato federal para cumprir sua promessa de campanha com o projeto "Quadrante Seguro". Esse projeto prevê justamente o enfrentamento às facções utilizando de uma inteligência unificada, com acesso direto aos dados de inteligência bancária que provavelmente ficará centralizado pelo futuro Ministério da Segurança Pública, a fim de desarticular os núcleos financeiros do crime organizado.

Além disso, possivelmente o governo cearense utilizará do financiamento conjunto entre o estado e a União para programas de inserção social destinadas aos jovens que estão em territórios de alto risco. Esses apareceram como o principal foco de Elmano no campo da segurança pública.

EIXO SUDESTE – RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

A confirmação de Douglas Ruas e Tarcísio de Freitas estabelece um contraponto direto ao governo Lula. Contudo, a aprovação constitucional da PEC da Segurança obrigará as gestões estaduais a lidarem com normas padronizadas nacionais, sob o risco de perda de receitas federais que serão cruciais para os estados.

O Rio de Janeiro permanece desafiado pelas facções e milícias, enfrentando os fantasmas das letais incursões policiais na história recente, enquanto São Paulo tenta combater a capilarização do PCC e os altos índices de criminalidade patrimonial urbana.

Apesar do discurso alinhado ao campo bolsonarista, a gestão de Ruas precisará submeter os planos do programa "Escudo Fluminense" às exigências

que serão realizadas pelo futuro Ministério da Segurança para garantir que não haja perda nos repasses orçamentários.

Com isso, pode ser possível que vejamos uma readequação no confronto ostensivo. Caso haja uma pressão vinda das regras federais sobre a questão da redução da alta letalidade associadas à PEC, o estado será forçado a fazer operações que tenham mais cautela e que priorizem mais uso de inteligência, tecnologia etc.

Vale ressaltar que Douglas Ruas é investigado por supostos crimes de peculato, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e organização criminosa, por conta de um desproporcional crescimento patrimonial e financeiro de empresas ligadas a Ruas, além de contratos suspeitos enquanto comandava a Secretaria de Cidades durante o governo de Cláudio Castro. Ruas também foi denunciado por suposto abuso de poder político e econômico, compra de votos e coação de eleitores. Esses fatores continuam sendo uma fragilidade institucional para seu mandato.

Em São Paulo, Tarcísio deverá fazer um jogo de equilíbrio entre a liderança nacional da oposição ao governo Lula, com o pragmatismo institucional que será necessário para combater o PCC.

Dessa forma, o foco da gestão estadual vai migrar do combate ostensivo pontual para a cooperação com o setor de inteligência financeira que deverá fazer parte do novo Ministério, com o objetivo de rastrear as movimentações financeiras em postos de combustíveis, empresas de transporte coletivo, fintechs e o setor imobiliário paulista, utilizado para lavagem de dinheiro da organização.

A modernização via IA, a reestruturação da Polícia Civil, as exigências federais sobre o uso de câmeras corporais, solicitado na PEC, são exigências mínimas que deverão ser cumpridas pela gestão Tarcísio para garantir o aporte federal.

Porém, a manutenção de pautas ideológicas locais ainda deverá ser sentida durante o mandato de Tarcísio, em especial a expansão do programa de escolas cívico-militares na rede estadual de ensino, além da continuidade da manutenção da Polícia Militar como ativo de engajamento político e de permanências de uma base eleitoral conservadora no estado de São Paulo.

BREVE ANÁLISE COMPARATIVA

Com a promulgação da PEC e o futuro estabelecimento do Ministério da Segurança Pública, a comparação entre os estados considera a atitude de cada gestão frente ao novo aparato regulatório federal:

Dimensão Analítica	Eixo Nordeste - BA/CE (Lulismo)	Eixo Sudeste - SP e RJ (Bolsonarismo)
Relação com o novo Ministério	Cooperação total e protagonismo na aplicação de programas e diretrizes do Ministério da Segurança Pública.	Relação institucional e pragmática; busca por recursos sem abrir mão da liderança política das polícias locais.
Adequação às exigências da PEC	Adesão imediata às regras de transparência, dados unificados no Sinesp e câmeras corporais operacionais.	Adesão gradual motivada pela necessidade de vinculação de verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública.
Estratégia Antifacção	Conexão direta com a Lei Antifacção federal e ações integradas pelas FICCOs locais.	Ações focadas em sufocamento regional e propostas de endurecimento penal no âmbito do Congresso.
Projeção Política (2028/2030)	Uso dos possíveis resultados de redução de violência como vitória da aliança entre Lula e os governadores.	Uso da bandeira da autonomia estadual e eficiências técnica para fortalecer a oposição nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reeleição de Lula e a nova legislação federal irão moldar o debate das eleições municipais de 2028. Os prefeitos das capitais dos estados trazidos neste boletim possivelmente buscarão financiamento direto com a União para suas Guardas Municipais. Esse reordenamento institucional instaura uma nova etapa na política criminal do Brasil. A polarização Lulismo x Bolsonarismo continuará a existir, porém agora mediada, dentro desse campo, por regras constitucionais unificadas.

Será necessário continuar observando alguns pontos importantes nesse percurso, como a regulamentação do processo, o repasse de verbas operados pelo novo Ministério, o grau de adesão e integração dos sistemas estaduais e como isso causará um impacto direto na redução dos índices de Mortes Violentas Intencionais e no freamento do crime organizado.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2026. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf

G1. Lula pressionou por PEC da Segurança no Senado de olho na campanha; Alcolumbre desengavetou texto. Blog do Valdo Cruz, 14 ago. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2026/08/14/lula-pressionoupor-pec-da-seguranca-no-senado-de-olho-na-campanha-alcolumbre-desengavetou-texto.ghtml

POLÍTICA AO PONTO. "Teremos uma outra Bahia": Jerônimo defende Ministério da Segurança Pública e recursos federais contra o crime organizado. 2026. Disponível em:https://politicaaoponto.com.br/teremos-uma-outra-bahia-jeronimodefende-ministerio-da-seguranca-publica-e-recursos-federais-contra-o-crime-organizado/

BRASIL DE FATO. Para especialistas, sistema único para segurança pública é positivo,mas PEC esbarra em conflitos de poder. Out. 2026. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/10/31/para-especialistas-sistema-unico-para-seguranca-publica-e-positivo-mas-pec-esbarra-em-conflitos-de-poder/

G1. "A gente ganha eleição é com um time", diz Elmano após ser reeleito para o governo do Ceará. G1 Ceará, 5 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/eleicoes/2026/noticia/2026/10/05/a-gente-ganha-eleicao-e-com-um-timediz-elmano-apos-ser-reeleito-para-o-governo-do-ceara.ghtml.

G1. Douglas Ruas: quem é o policial civil e deputado eleito governador do RJ. G1 Rio de Janeiro, 10 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2026/noticia/2026/10/10/douglas-ruas-quem-e-o-policial-civil-e-deputado-eleito-governador-do-rj.ghtml.

O GLOBO. Entenda o que acontece com investigação sobre Douglas Ruas após eleição. 11 out. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/11/entenda-o-que-acontece-com-investigacao-sobredouglas-ruas-apos-eleicao.ghtml.

G1. Tarcísio diz que saúde e segurança serão prioridades e promete antecipar a entrega da nova sede do governo para 2030. G1 São Paulo, 4 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/saopaulo/eleicoes/2026/noticia/2026/10/04/tarcisio-diz-que-saude-e-seguranca-serao-prioridades-e-promete-antecipar-aentrega-da-nova-sede-do-governo-para-2030.ghtml.

FOLHA DE S. PAULO. Tarcísio 2 será desafiado por PCC, feminicídios e resultado de privatizações. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/tarcisio-2-sera-desafiado-por-pcc-feminicidios-e-resultado-deprivatizacoes.shtml

Depois das urnas: como fica a relação entre religião e política no próximo governo Lula?

Maria Carolina Barreto[5]

Os boletins anteriores deste monitoramento acompanharam como a religião chegou às eleições presidenciais de 2026, quais atores disputaram a representação política dos cristãos e como essas mobilizações apareceram ao longo da campanha. Nesse período, observou-se que a participação da religião ultrapassou a identificação religiosa formal dos candidatos ou a indicação direta de voto por padres e pastores, aparecendo também nas alianças com lideranças e organizações religiosas, nas redes sociais, na mobilização de símbolos e na utilização de repertórios religiosos para interpretar acontecimentos políticos.

Com o fim das eleições, a disputa passa a ocorrer em outro contexto, com Luiz Inácio Lula da Silva reeleito presidente com 51,79% dos votos válidos, contra 48,21% de Flávio Bolsonaro. Embora o Tribunal Superior Eleitoral não registre a religião dos eleitores, as pesquisas realizadas na reta final mantiveram uma diferença importante segundo pertencimento religioso. No último Datafolha antes da votação, Flávio registrava 70% dos votos válidos entre evangélicos, contra 30% de Lula; entre católicos, Lula aparecia com 56% e Flávio com 44%. Assim, a eleição terminou sem que desaparecesse uma das principais clivagens observadas durante a campanha. A partir de 2027, porém, a questão deixa de ser apenas quem conquista o voto religioso e passa a envolver a atuação do

[5] Doutoranda em ciência política pelo IESP - UERJ e coordenadora de pesquisa no OPEL.

Congresso, a interlocução do governo com diferentes organizações cristãs e as formas de oposição mobilizadas por atores religiosos.

O que as eleições deixam para 2027?

Ao longo da campanha, Lula ampliou a aproximação com lideranças e organizações evangélicas, participou de encontros com representantes desse segmento e divulgou cartas dirigidas especificamente a esse público. Ainda assim, Flávio Bolsonaro manteve ampla vantagem entre evangélicos até a reta final. Durante a campanha, Lula pareceu ter alcançado um limite em sua capacidade de ampliar esse apoio, ainda que seu terceiro governo tenha adotado iniciativas voltadas a esse público, sancionado medidas relacionadas ao universo gospel e estabelecido parcerias com igrejas, essas ações não se traduziram, necessariamente, em uma aproximação eleitoral de mesma intensidade.

A questão para o próximo mandato passa a ser se a interlocução construída durante a eleição continuará depois dela. Setores evangélicos criticam há anos a aproximação da esquerda com esse público apenas em períodos eleitorais, e a mesma crítica reapareceu em 2026. No discurso após a reeleição, Lula afirmou que todas as religiões deveriam ser respeitadas em igualdade de condições e relacionou essa posição ao caráter laico do Estado e à liberdade religiosa. A partir do novo mandato, será possível observar se essa posição será acompanhada por canais permanentes de diálogo com organizações, lideranças e comunidades religiosas.

Esse diálogo também não se resume às grandes denominações. A campanha mostrou que a circulação política da religião ocorre por influenciadores, parlamentares, pequenas igrejas, movimentos religiosos, redes comunitárias e grupos de mensagens. Na pesquisa Religião e Vida Pública no Brasil, 66% dos entrevistados afirmaram utilizar o WhatsApp como espaço de articulação de comunidades e grupos religiosos. Dessa forma, a interlocução com o campo evangélico tende a envolver atores mais diversos do que aqueles tradicionalmente reconhecidos como representantes nacionais das igrejas.

Um Congresso amplamente cristão

A nova composição do Congresso é uma das principais dimensões para compreender o cenário que Lula encontrará em 2027. Levantamento do ISER sobre os 513 deputados federais eleitos identificou 264 católicos, equivalentes a 51,5% da Câmara, 92 evangélicos, ou 17,9%, e outros 67 parlamentares classificados como cristãos sem denominação específica, que representam 13,1%. No Senado, dos 81 integrantes, 58 são católicos, 15 evangélicos e quatro cristãos sem denominação específica.

A distribuição partidária mostra, contudo, que pertencimento religioso e posicionamento político não são equivalentes. Na Câmara, o PL reúne 37 deputados classificados como evangélicos e 25 como cristãos, enquanto o Republicanos possui 14 evangélicos. O PT, por sua vez, elegeu três deputados evangélicos e três classificados como cristãos. No Senado, o PL concentra oito dos 15 evangélicos. Assim, a presença cristã é ampla, mas está distribuída de maneira desigual entre partidos e campos políticos.

Também é importante diferenciar identidade religiosa e participação nas frentes parlamentares. Deputados identificados como católicos ou evangélicos não necessariamente integrarão as respectivas frentes, assim como parlamentares de outras identidades podem aderir a esses agrupamentos. A composição das novas frentes será definida apenas no início da próxima legislatura. Por isso, mais do que contar parlamentares por religião, será necessário observar como essas identidades serão mobilizadas na atuação legislativa.

Essa atuação também não se restringe às chamadas pautas de costumes. Monitoramentos do ISER na legislatura anterior identificaram referências religiosas em debates sobre segurança, família, educação, direitos, cultura e democracia. Ao mesmo tempo, as eleições de 2026 mostraram o crescimento de candidaturas que combinam identidade cristã, posicionamento conservador e forte presença digital, sem depender necessariamente de grandes estruturas denominacionais. Logo, o novo governo encontrará não apenas grandes igrejas e lideranças nacionais, mas uma representação religiosa mais dispersa entre parlamentares, influenciadores e diferentes redes políticas.

A oposição religiosa depois das urnas

A derrota de Flávio Bolsonaro não significou o desaparecimento da mobilização religiosa conservadora. Nos dias posteriores ao segundo turno, redes e lideranças evangélicas continuaram disputando os significados da eleição e a legitimidade política de cristãos identificados com a esquerda. Monitoramento da Casa Galileia e do Instituto Democracia em Xeque, com mais de 30 mil publicações de perfis evangélicos entre 12 e 29 de outubro, identificou conteúdos defendendo que igrejas deixassem de receber pregadores, cantores e organizações ligados à esquerda e, em alguns casos, apoiando a exclusão de eleitores de Lula de determinadas relações e atividades. Ao mesmo tempo, outras lideranças evangélicas reagiram contra essas propostas.

O episódio mostra que a disputa sobre quem possui legitimidade para falar em nome dos cristãos não terminou com as eleições. Durante a campanha, setores conservadores apresentaram determinadas candidaturas e agendas como mais compatíveis com valores cristãos, enquanto evangélicos progressistas associaram sua fé a temas como democracia, direitos humanos, combate à fome e justiça social. A partir de 2027, essas disputas podem reaparecer em debates legislativos, manifestações públicas, redes digitais e posicionamentos diante das ações do governo.

Ao mesmo tempo, alguns repertórios mobilizados contra a esquerda podem apresentar limites. Depois do segundo turno, análises apontaram que narrativas sobre fechamento de igrejas ou perseguição generalizada aos cristãos perderam parte de sua força após não se concretizarem durante o terceiro mandato de Lula. Isso não significa o desaparecimento dessas narrativas, sobretudo porque Flávio manteve vantagem expressiva entre evangélicos até o fim da campanha, mas indica que a oposição religiosa poderá precisar reorganizar parte de seus repertórios no novo mandato.

E os católicos no próximo governo?

A melhor posição de Lula entre católicos nas pesquisas não significa a existência de um campo católico organizado em torno do governo. O boletim anterior mostrou que o catolicismo brasileiro também é politicamente heterogêneo e possui setores conservadores fortemente articulados ao

bolsonarismo. Parlamentares como Bia Kicis, Chris Tonietto e Júlia Zanatta, por exemplo, articulam publicamente sua identidade católica a pautas relacionadas à família, ao aborto, ao gênero e à sexualidade. Assim, temas morais podem produzir convergências entre católicos e evangélicos conservadores, ainda que suas tradições religiosas e formas de organização sejam distintas.

A reação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil à reeleição de Lula também expressa essa combinação de convergências e divergências. A CNBB parabenizou o presidente e defendeu prioridades como combate à fome e à miséria, trabalho digno, saúde, educação, moradia, proteção aos povos indígenas e preservação ambiental. Ao mesmo tempo, reafirmou a defesa da vida "desde a concepção até seu fim natural". A relação do novo governo com o campo católico, portanto, deverá variar conforme as agendas em disputa e não pode ser reduzida à vantagem eleitoral de Lula nesse segmento.

Considerações finais

As eleições de 2026 encerram a disputa presidencial, mas não a disputa pela representação política dos cristãos observada ao longo deste monitoramento. Lula inicia um novo mandato diante de um Congresso amplamente cristão, de uma oposição com forte presença de políticos que mobilizam identidades religiosas e digitais e de diferentes organizações católicas e evangélicas com agendas próprias.

A partir de 2027, três dimensões merecem atenção: a primeira é a continuidade da interlocução do governo com os evangélicos e, sobretudo, se os canais construídos durante a campanha se tornarão permanentes. A segunda é a atuação parlamentar, mais do que o pertencimento religioso dos congressistas, será necessário observar quais pautas produzirão alianças entre atores cristãos e como essas identidades serão acionadas na relação entre governo e oposição. A terceira são as redes digitais, que permaneceram como espaços importantes de mobilização religiosa mesmo após o fim da campanha.

Nesse sentido, acompanhar a relação entre religião e política no próximo governo exige deslocar a pergunta de "como os religiosos votam" para como identidades, organizações e repertórios religiosos serão mobilizados fora do período eleitoral. A eleição terminou, mas a disputa sobre os sentidos políticos

da religião continuará presente no Congresso, nas redes, nas relações entre governo e organizações religiosas e nas próprias disputas internas do campo cristão.

O fim da escala 6x1 e a vitória de Lula no 2 turno nas eleições de 2026

Tamyres Ravache Alves de Marco[6]

A campanha presidencial de 2026 foi marcada pela polarização entre Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), mas também pela disputa em torno de respostas concretas às demandas da população. Ao longo dos boletins anteriores, acompanhamos como o fim da escala 6x1 ganhou espaço nesse cenário, passando da defesa de propostas distintas pelos candidatos à disputa sobre sua tramitação no Congresso Nacional. A análise apontou que a pauta expressava diferenças importantes entre os dois campos políticos, sobretudo em relação ao papel do Estado na proteção dos trabalhadores e à regulação das relações de trabalho.

Esse percurso chegou a um momento decisivo em 14 de outubro, quando o Senado aprovou a medida em dois turnos, com 75 votos favoráveis e um contrário, encaminhando o texto para promulgação. A decisão ocorreu durante o segundo turno e acrescentou um fato novo à disputa eleitoral: uma pauta defendida ao longo da campanha havia se convertido em uma conquista institucional concreta. Com isso, o fim da escala 6x1 passou a oferecer não apenas um contraste entre os projetos políticos em disputa, como também um resultado que Lula e seus aliados puderam incorporar à campanha. Neste último boletim, o foco se desloca do acompanhamento da tramitação para o significado político e eleitoral do tema e sua contribuição para a vitória de Lula no segundo turno.

[6] Cientista Política pelo IESP/UERJ e Coordenadora de Pesquisa do OPEL.

A análise considera a combinação entre o aumento da rejeição ao bolsonarismo e as medidas concretas adotadas pelo governo e a mobilização das ruas e das redes.

2º TURNO: DA DISPUTA PROGRAMÁTICA À APROVAÇÃO NO CONGRESSO

Ao longo dos boletins, acompanhamos a diferença entre os projetos de governo de Lula e Flávio Bolsonaro sobre as relações de trabalho. Enquanto Lula defendia a redução da jornada sem redução salarial, associando a proposta à ampliação dos direitos sociais, Flávio Bolsonaro enfatizava a flexibilização das relações de trabalho e a negociação direta entre empregadores e empregados. Essa divergência expressava duas orientações distintas: de um lado, a atuação do Estado na garantia de direitos e, de outro, uma perspectiva economicista, centrada na flexibilização das relações de trabalho. Essa oposição se expressou ainda no esforço para sua tramitação no Congresso: enquanto Lula e seus aliados buscaram acelerar sua votação, o campo de Flávio Bolsonaro atuou para adiá-la, inserindo o calendário legislativo em parte da disputa eleitoral.

Contudo, com a aprovação do fim da jornada 6x1 no Senado, em 14 de outubro, durante o segundo turno, a pauta se transformou em uma conquista institucional concreta, dando à campanha de Lula força para atuar politicamente na defesa dos direitos sociais e deslocando parte da disputa do campo das propostas para o das realizações concretas. Essa vitória permitiu ao presidente associar a sua campanha a sua capacidade política de modificar as condições de vida dos trabalhadores.

O PESO DAS MEDIDAS CONCRETAS E O AVANÇO DO SENTIMENTO ANTIBOLSONARISTA

A aprovação do fim da escala 6x1 no Senado introduziu um fato novo em uma disputa já fortemente marcada pela polarização. No segundo turno, a competição entre os campos passou a se concentrar não apenas na avaliação dos dois candidatos, como também na mobilização em torno dos projetos políticos que defendiam e nas respostas que ofereciam às demandas da população. O antibolsonarismo cresceu, contribuindo para reunir eleitores para além da base tradicional do PT. A rejeição ao campo adversário aproximou diferentes

segmentos do eleitorado, inclusive aqueles cuja escolha não estava necessariamente vinculada a uma identificação partidária. Nesse cenário, a campanha de Lula encontrou condições para associar a oposição ao bolsonarismo à defesa de direitos sociais e à apresentação de medidas capazes de alcançar o cotidiano da população.

A melhoria na avaliação do governo e a apresentação de realizações institucionais contribuíram para dar conteúdo a essa disputa. Lula pôde relacionar as medidas aprovadas às condições de vida dos trabalhadores, aproximando a atuação do governo de demandas que ultrapassavam o debate partidário. O fim da escala 6x1 foi uma dessas medidas e assumiu relevância particular nesse processo, por tratar de uma reivindicação diretamente relacionada à rotina de um conjunto amplo de trabalhadores brasileiros. Sua aprovação no Senado, durante o segundo turno, permitiu apresentar a pauta como uma conquista institucional concreta, reforçando a mensagem de que seu governo seria capaz de produzir mudanças nas relações de trabalho, além de garantir e ampliar os direitos sociais.

É importante destacar que esse cenário se articulou diretamente à mobilização das ruas e das redes sociais. Movimentos sociais, organizações e diferentes formas de articulação digital contribuíram para dar visibilidade a essas conquistas. Ao ampliar a circulação dessas pautas, essas iniciativas ajudaram a conectar a atuação institucional às reivindicações presentes na sociedade, mobilizando novos eleitores em torno da disputa. A relação entre as medidas adotadas pelo governo e essas formas de participação social foi importante para que as realizações ganhassem expressão política durante a mobilização, alcançando diferentes segmentos do eleitorado.

A composição da vitória de Lula resultou, portanto, da convergência entre fatores distintos: o predomínio do antibolsonarismo sobre o antipetismo, a melhoria na avaliação do governo, a apresentação de medidas concretas entre o primeiro e o segundo turno e a mobilização das ruas e das redes. A rejeição ao campo adversário teve peso na aproximação de diferentes eleitores, enquanto as realizações governamentais ofereceram referências concretas para a disputa. Nesse contexto, o fim da escala 6x1 representou uma conquista institucional que

fortaleceu a associação entre a candidatura de Lula e a ampliação dos direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sugerido ao longo dos boletins, o fim da escala 6x1 assumiu papel fundamental nas eleições de 2026 e, consequentemente, na vitória histórica do presidente Lula no segundo turno. Sua trajetória revelou como uma demanda social pode ganhar relevância eleitoral ao atravessar diferentes etapas. A medida contribuiu para tornar visíveis as diferenças entre Lula e Flávio Bolsonaro sobre os direitos dos trabalhadores e o papel do Estado nesse cenário. Ao ser aprovada, somou-se a outras medidas concretas do governo, fortalecendo a campanha do presidente em um momento decisivo da disputa.

A vitória resultou da combinação entre a rejeição ao bolsonarismo, as respostas concretas apresentadas pelo governo entre o primeiro e o segundo turno e a mobilização das ruas e das redes. Essa articulação foi fundamental para reunir diferentes setores sociais em torno da disputa e aproximar a campanha de demandas que ultrapassaram a identificação partidária. O fim da escala 6x1 integrou esse processo ao transformar uma reivindicação trabalhista em conquista institucional, dando expressão concreta à defesa dos direitos sociais.

Para o governo Lula 4, o presidente deve agora ampliar essa relação entre representação social e ação institucional, incorporando às prioridades do novo mandato as demandas que ganharam expressão durante a campanha. As manifestações nas ruas e a mobilização nas redes expressam expectativas que precisam encontrar espaço na condução do governo. Isso exige a construção de canais efetivos de representação, tanto na composição das instituições e na escolha dos agentes políticos como na formulação e execução de políticas públicas capazes de responder a esses anseios. Essa aproximação será importante para fortalecer a sustentação política do novo mandato. A experiência do terceiro mandato reforça a importância de manter o diálogo com os movimentos e setores sociais e de responder às suas expectativas, evitando o distanciamento entre as demandas da sociedade e as decisões governamentais.

A trajetória da escala 6x1 oferece uma referência para esse caminho. Em 2027, Lula terá a oportunidade de dar continuidade a esse processo,

transformando a mobilização social em novas conquistas e ampliando a capacidade do governo de responder às necessidades da população. A aprovação dessa medida demonstra que reivindicações históricas podem alcançar resultados concretos quando encontram representação política e capacidade de realização institucional. A perspectiva do quarto mandato está, portanto, na possibilidade de converter a força social expressa nas urnas em avanços efetivos nas condições de vida dos brasileiros. Feito que o presidente parece ter conquistado de forma robusta, com os 64,2 milhões de votos obtidos no segundo turno.

FONTES E REFÊNCIAS

https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/10/14/senado-aprova-fim-da-escala-6x1-1
https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvrlyj213l53o
https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/6x1-pode-ser-vitoria-de-lula-se-virar-votos-no-2-turno-diz-especialista/
https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2026/10/14/senado-votacao-fim-6x1.ghtm
https://www.congressoemfoco.com.br/artigo/129588/a-matematica-por-tras-da-virada-historica-de-lula
https://pt.org.br/lula-faz-lista-de-10-acoes-do-governo-que-impactam-na-vida-do-brasileiro/
https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2026/10/28/o-que-explica-a-virada-historica-de-lula-no-segundo-turno.htm

Poder Judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026

Thaís Climaco Cavalcante[7]

Os três boletins do presente monitoramento partiram da hipótese de que o Poder Judiciário, sobretudo o STF, seria um vetor da polarização nas eleições presidenciais de 2026, por meio de duas estratégias antagônicas: Lula como defensor da institucionalidade do STF e Flávio Bolsonaro como promotor da deslegitimação da Corte.

O presente quarto boletim mostra como a crise do STF atravessou toda a campanha e foi instrumentalizada por ambos os lados, mas a deslegitimação da Corte, embora eficaz para mobilizar o eleitorado bolsonarista, não bastou para enfraquecer Lula nem coibir a capacidade de mobilização do eleitorado do presidente. Ao mesmo tempo, o desfecho das eleições presidenciais mostra que o conflito político em torno do judiciário mudou de natureza. Em vez de insistir em uma defesa ampla do STF, Lula adotou uma postura propositiva e ancorou propostas no pós-eleição em direção à reforma do Judiciário. O ponto mais relevante nesse período pós-eleitoral e para o próximo mandato deve ser a participação da sociedade civil quanto às discussões no STF.

Flávio, por sua vez, atravessou a eleição trazendo para o palanque o STF, endossando o questionamento da legitimidade da instituição bem como o enfrentamento à Justiça Eleitoral, além de se proteger de investigações por meio da fuga aos Estados Unidos. Esse movimento demonstra que a polarização em torno do Poder Judiciário extrapola o período eleitoral, representando um desafio sobretudo para o presidente reeleito. Este boletim traz ainda, em um novo quadro comparativo, as estratégias políticas frente ao tema do Poder Judiciário, agora após o fim do pleito.

[7] Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

Poder Judiciário como arena de intenso conflito político

O processo eleitoral demonstrou que o Poder Judiciário não foi um mero tema de campanha, mas foi uma arena de conflito político. O judiciário operou como vetor da polarização e de diferentes estratégias de campanha, em que as eleições presidenciais de 2026 foram marcadas ainda pela judicialização dos conflitos. A hipótese central do monitoramento eleitoral sustentou que haveria polarização no pleito de 2026 sobretudo em torno do Supremo Tribunal Federal, expressa em estratégias de campanha antagônicas em relação à instituição.

Foi o que ocorreu. A polarização política sobre o judiciário se estruturou a partir da crise de legitimidade da instituição e orientou o desenvolvimento das estratégias de campanha do PT e do PL. Lula inicialmente se apresentou como defensor da institucionalidade frente aos ataques sofridos pelo Poder Judiciário.

Mas, com o desenvolvimento da campanha, o presidente e o PT reconheceram a necessidade de sair da defensiva, passando a pautar reformas para garantir um poder judiciário mais eficiente e democrático. Flávio Bolsonaro mobilizou a deslegitimação do STF desde o princípio do processo eleitoral, se apoiando na estratégia de confronto mesmo após a derrota nas urnas. A crítica ao processo eleitoral e o questionamento da validade do rito constituíram uma forma de agitar seu eleitor e sustentar uma posição de liderança, mesmo após a fuga para os Estados Unidos, 48 horas após as eleições.

O primeiro boletim mostrou que Flávio buscava se consolidar como uma liderança de extrema direita na América. A partir do quadro de diferenças de posicionamento no período pré-eleitoral Flávio buscava fortalecer laços na política externa a partir da articulação com Donald Trump e Javier Milei, na tentativa de se consolidar como liderança da extrema direita na América do Sul.

No segundo boletim, foi constatado um deslocamento no posicionamento de Lula quanto ao agravamento das tensões do STF intensificadas com o andamento do *caso Master*. Neste monitoramento, vê-se que a campanha de Lula não abandonou simplesmente a identidade do presidente como defensor da democracia, mas exigiu maior energia para resolver o dilema político diante do judiciário. Essas proposições surtiram um efeito positivo, pois contribuíram para consolidar a narrativa de que Lula seria a única candidatura capaz de confrontar o sistema.

No que diz respeito à crise do STF, a vantagem de Flávio e o desempenho eleitoral se combinaram com o saldo positivo do PL no Congresso, graças a uma inegável capacidade do bolsonarismo de canalizar a desconfiança no STF (concentrada entre seus eleitores) em capital político, personalizando o conflito em Moraes e vinculando um possível impeachment ao controle do Senado Federal em 2027.

As disputas entre as candidaturas sobre o poder judiciário sugerem que o conflito sobre esta esfera constituiria um grande risco democrático, pois as insatisfações sobre o Poder Judiciário poderiam ser cada vez mais instrumentalizadas para o enfraquecimento de instituições democráticas e o desequilíbrio dos poderes, e os projetos políticos presentes nesta eleição expressaram modelos essencialmente distintos de canalização da crise.

Enquanto Flávio propunha expressamente no seu plano de governo limitar as competências do STF e ampliar o poder de maiorias legislativas, o que enfraqueceria o judiciário, Lula apostou em mecanismos de participação e controle social, preservando a autonomia dos Poderes. Nesse sentido, as propostas de reforma de Flávio se aproximam sobretudo do padrão de erosão democrática por vias legais (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Perspectivas sobre o Poder Judiciário após as eleições de 2026

Durante o período eleitoral, a estratégia de deslegitimação do STF produziu efeitos políticos, mas não suficientes para garantir a eleição de Flávio Bolsonaro. Dentre os obstáculos enfrentados pelo candidato bolsonarista, as grandes manifestações em favor do presidente foram um dos trunfos da campanha de Lula.

Com a derrota na disputa presidencial e a fuga de Flávio, a extrema direita perde ao menos a proximidade com um de seus elos. As investigações sobre o senador que está prestes a perder o foro privilegiado, estão em curso no Supremo Tribunal Federal, o que representa um risco à sua legitimidade e seu poder de articulação partidária, não obstante a forte presença do PL no Congresso.

O discurso que sustenta o bolsonarismo atualmente é sobretudo a narrativa de perseguição política por parte do Poder Judiciário. Esse discurso

continua circulando e alimentando a desconfiança do eleitorado bolsonarista com relação ao STF. Assim, a derrota de Flávio não representa o fim do bolsonarismo nem elimina a desconfiança desse eleitor com relação ao poder judiciário.

Além disso, a reforma do STF permanece como um dos temas relevantes para o próximo período de 4 anos. Tendo em vista que o Poder Judiciário deve ser ainda um ponto de tensão para o governo Lula 4, o presidente tem a tarefa de não somente lidar com a desconfiança com relação à Suprema Corte, mas de continuar sendo propositivo, fomentando ainda participação de seu eleitorado nos processos democráticos.

A participação por vias institucionais deve ser uma das importantes bases políticas do governo. O alcance das medidas adotadas pelo governo, como a proibição dos *bets* é um exemplo: o presidente Lula usou o Instagram para convocar seus seguidores à mobilização na audiência pública sobre a proibição das apostas esportivas.

Desse modo, Lula tem como desafio principal trabalhar para aumentar os canais de comunicação e de contestação, como o 'Canal do Lula', 'Exército do Lula', além do perfil do governo federal no Instagram. Além disso, as ruas precisam e devem seguir como arena. Esses foram verdadeiros mecanismos democráticos de enfrentamento do bolsonarismo nestas eleições.

Atualização do quadro com as principais temáticas em torno da polarização política

O quadro a seguir mostra como a polarização em torno das instituições mudou de eixo. Lula passou a ser mais ativo com relação à participação social. As propostas de reforma também integram a agenda do próximo mandato, apesar de depender da negociação com um Congresso mais à direita. Flávio Bolsonaro, derrotado nas eleições, usa o questionamento do resultado eleitoral como forma de se proteger politicamente.

Dimensão	Lula (PT)	Flávio Bolsonaro (PL)
Polarização em torno das instituições	Realiza propostas de reforma que passam a integrar a agenda anunciada para o próximo mandato.	Contesta o resultado eleitoral. Após a derrota, faz alegações de fraude sem apresentar provas.
Instituição-alvo	Se torna mais crítico às condutas de integrantes do STF, preservando o reconhecimento institucional da Suprema Corte.	Mantém o STF e Alexandre de Moraes como alvos e estende a contestação à Justiça Eleitoral, especialmente quanto à prorrogação da votação do segundo turno.
Discurso central	Defende a democracia com mudanças no Judiciário, apresentadas como necessárias à recuperação da credibilidade das instituições.	Alega perseguição política e fraude eleitoral. Em uma versão da carta divulgada após a derrota, apresenta-se como "verdadeiro presidente eleito do Brasil", expressão posteriormente substituída por "líder do Brasil".
Arena de atuação	Assume um forte papel na negociação entre poderes para viabilizar reformas.	A atuação combina a mobilização de aliados no Brasil com presença política para os EUA, anunciando a intenção de liderar a oposição.
Estratégia política após o resultado	Busca converter a vitória eleitoral em capacidade de conduzir mudanças institucionais, diante de um Congresso adverso.	Busca se proteger e preservar sua liderança após a derrota por meio da contestação do resultado e endossa o discurso de perseguição.
Mudanças propostas para o STF	Defende discutir mandatos, rever critérios de indicação e ampliar a participação de outros atores na seleção de ministros.	Nos boletins anteriores, defendeu restringir competências do STF e decisões monocráticas, além do impeachment de Moraes.
Participação da sociedade civil	Propõe envolver a sociedade civil e um colegiado na avaliação de nomes para o STF.	Não apresentou mecanismo de participação social na reforma do Judiciário. A mobilização agora se concentra em aliados e apoiadores que contestam o resultado das eleições.

Conclusão

O fim do segundo turno não encerrou a polarização política em torno do Poder Judiciário, mas abriu um novo capítulo. Este novo capítulo representa uma

oportunidade para o governo Lula contribuir para a ampliação dos canais de comunicação com a sociedade civil. Lula tem ainda como desafio superar o antagonismo político destrutivo representado pelo bolsonarismo.

Ainda, a ausência de Flávio Bolsonaro no Brasil, apesar de mitigar a sua articulação partidária, não encerra os conflitos produzidos pela política bolsonarista devido à flagrante sinalização de manutenção do questionamento do STF e da Justiça Eleitoral. Não obstante, o afastamento de Flávio da política formal pode ser explorado por meio do debate público e da ampliação de canais de participação democrática, com o objetivo de fortalecer as instituições democráticas.

Referências

Após fuga, Flávio se diz 'presidente eleito', apaga post e passa a se chamar de 'líder do Brasil'. **G1**, 28 out. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2026/10/28/apos-fugir-do-brasil-flavio-fala-em-fraude-na-eleicao-e-se-autoproclama-presidente.ghtml. Acesso em: 3 nov. 2026.

CAVALCANTE, Thaís Climaco. Poder judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026. In: OBSERVATÓRIO POLÍTICO E ELEITORAL (OPEL). **Boletim temático: monitoramento eleitoral 2026**. [S. l.]: OPEL, 2026a. n. 1, p. 26-31. Disponível em: https://opelbrasil.com. Acesso em: 3 nov. 2026.

CAVALCANTE, Thaís Climaco. Poder judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026. In: OBSERVATÓRIO POLÍTICO E ELEITORAL (OPEL). **Boletim temático: monitoramento eleitoral 2026**. [S. l.]: OPEL, 2026b. n. 2, p. 21-26. Disponível em: https://opelbrasil.com. Acesso em: 3 nov. 2026.

CAVALCANTE, Thaís Climaco. Poder Judiciário como vetor de polarização política nas eleições 2026. In: OBSERVATÓRIO POLÍTICO E ELEITORAL (OPEL). **Boletim temático: monitoramento eleitoral 2026**. [S. l.]: OPEL, 2026c. n. 3, p. 35-42. Disponível em: https://opelbrasil.com. Acesso em: 3 nov. 2026.

LABOISSIÈRE, Paula. Flávio Bolsonaro chega aos Estados Unidos depois de fugir do Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 28 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-10/flavio-bolsonaro-chega-aos-estados-unidos-depois-de-fugir-do-brasil. Acesso em: 3 nov. 2026.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARCOLINO, Aline. Antes de debate no STF, Lula cobra mobilização da sociedade contra bets. **CNN Brasil**, 3 nov. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/antes-de-debate-no-stf-lula-cobra-mobilizacao-da-sociedade-contra-bets/. Acesso em: 3 nov. 2026.

Desinformação e os Desafios da Democracia Brasileira Após o Segundo Turno

Ariene Castilho[8]

A corrida presidencial de 2026 deixou evidente que a disputa pelo poder no Brasil já não se resolve nos moldes tradicionais da propaganda eleitoral ou nos embates de palanque. Em meio a uma sociedade polarizada, o controle da narrativa e a circulação da informação assumiram o papel de eixo central na forma como os cidadãos leem os candidatos, avaliam as propostas e julgam a própria credibilidade das instituições democráticas.

MUDANÇAS NO PERFIL DA DESINFORMAÇÃO

Um estudo conduzido pelo Observatório da Agência Lupa e veiculado pela Folha de São Paulo, em outubro de 2026, revelou guinadas importantes na dinâmica da informação falsa. Ao analisar o comportamento do fenômeno no primeiro turno dos pleitos de 2018, 2022 e 2026, a equipe debruçou-se sobre 310 declarações colhidas entre 16 de agosto e 4 de outubro de 2026. Desse volume, 230 partiram diretamente de atores políticos, enquanto 80 circularam de forma orgânica ou impulsionada nas redes sociais.

Foi justamente no grupo dessas 80 verificações digitais que a mudança estratégica ficou límpida. Cerca de 21,3% dos conteúdos (17 casos) focavam na criação de falsos sinais de força política, recorrendo a sondagens inventadas ou a apoios públicos que jamais existiram. Em paralelo, 18,8% dos materiais (15 checagens) nasceram de ferramentas de inteligência artificial ou foram alterados por elas, gerando desde imagens manipuladas a declarações falsamente atribuídas e simulações de eventos irreais. Por outro lado, velhas táticas perderam terreno: as mentiras focadas nas regras do dia da votação despencaram de 21,3% em 2022 para apenas 3,8% em 2026. Da mesma forma, as narrativas contra a

[8] Ariene Castilho é mestranda em Ciências Sociais pela UFRRJ

integridade do sistema eletrônico recuaram de 23,4% para 7,5%. Essa deslocação mostra que os produtores de desinformação preferiram fabricar um clima de vitória antecipada e popularidade a atacar frontalmente o mecanismo de voto. Importa sublinhar que estes dados refletem a amostragem específica checada pela Lupa e não medem a totalidade das mensagens em circulação.

O cenário ganhou traços ainda mais complexos no segundo turno da eleição, quando o confronto direto entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro absorveu a atenção pública. Os debates televisivos, idealizados como espaço para o confronto civilizado de ideias, transformaram-se em arenas pela validação dos factos. No encontro promovido pela TV Globo, em 23 de outubro, a Lupa examinou 35 frases ditas pelos postulantes. O resultado mostrou 20 declarações classificadas como falsas, exageradas ou descontextualizadas, frente a 11 afirmações verdadeiras sobre temas sensíveis como economia, saúde pública, apostas digitais e programas sociais. Ficou demonstrado que a imprecisão informativa não foi exclusiva das redes, partindo também dos próprios candidatos.

A MANIPULAÇÃO PELO CONTEXTO E O IMPACTO NA SOCIEDADE

O comportamento da campanha em 2026 ensina que a desinformação raras vezes atua através da mentira pura e simples. Na maioria dos casos, o recurso passa por recortar um facto real, isolar um número ou descontextualizar uma imagem para induzir conclusões equivocadas no eleitor. Essa nuance torna a resposta ao fenômeno muito mais exigente, pois obriga o cidadão a desenvolver uma capacidade crítica para identificar a distorção oculta atrás de um dado parcialmente verdadeiro. No levantamento do primeiro turno, a classificação "falta de contexto" atingiu 24,3% das afirmações checadas, cifra colada aos 24,8% das declarações estritamente falsas. Essa proximidade reflete como a manipulação de acontecimentos reais se tornou um instrumento tão danoso quanto a invenção total de uma narrativa. O perigo deste processo reside na forma como ele molda a percepção coletiva. A insistência em narrativas enviesadas, sobretudo, quando difundidas por círculos de confiança ou figuras públicas com forte apelo emotivo, faz com que a leitura distorcida passe a ser encarada como verdade natural. A informação manipulada deixa de ser um

evento isolado e passa a estruturar a leitura do eleitor sobre a economia, a segurança e a idoneidade dos adversários, aprofundando o fosso da polarização social.

O RESULTADO DAS URNAS

Em 25 de outubro, o segundo turno confirmou a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva com 51,79% dos votos válidos, enquanto Flávio Bolsonaro registou 48,21%. Contudo, a proliferação de boatos seguiu ativa nos dias posteriores. Em 30 de outubro, uma verificação do UOL Confere desmentiu a história de que 165.699 votos sem origem teriam entrado na contagem de Lula, demonstrando que os vídeos em circulação usavam capturas de ecrã do Tribunal Superior Eleitoral tiradas em momentos diferentes da apuração. Do mesmo modo, o Projeto Comprova, em relatório divulgado a 28 de outubro no UOL, comprovou que os sensivelmente 34,4 mil votos registados na prorrogação do horário regular corresponderam a escassos 0,03% do total, sem qualquer peso na alteração do resultado. Estes episódios revelam a intenção deliberada de prolongar a desinformação para além do período eleitoral, deslocando o foco da conquista de votos para a tentativa de retirar legitimidade ao vencedor. A estabilidade das instituições exige, assim, não só a realização técnica do pleito, mas condições de transparência que assegurem a aceitação pública dos factos.

A OBSERVAÇÃO INTERNACIONAL E OS DESAFIOS DE GOVERNANÇA

A escala transnacional do problema acrescenta novas camadas de complexidade. A Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos alertou para o impacto das notícias falsas, a contestação do sistema eletrônico e a presença de atores externos na campanha brasileira. Num relatório publicado a 6 de outubro, a OEA elogiou o rigor organizacional da Justiça Eleitoral do Brasil, mas expressou apreensão com a polarização extrema e as estratégias desenhadas para semear a dúvida institucional. A CNN Brasil noticiou ainda que a missão identificou episódios de ativismo político externo com ataques a candidaturas, embora sem ligação formal provada a governos estrangeiros.

Num ecossistema digital sem fronteiras, discursos ideológicos fluem facilmente entre países, influenciando o olhar da comunidade internacional sobre a política doméstica. O caso brasileiro insere-se no debate global sobre como assegurar a integridade dos processos democráticos perante as redes sociais e as novas tecnologias sem descambar na censura. Para o novo mandato de Lula, a governabilidade envolverá desafios que vão muito além da gestão de políticas públicas. Será vital construir canais de diálogo com uma parcela significativa da população e restaurar a confiança nas instituições. O combate à desinformação requer o envolvimento de agentes públicos, o fortalecimento do jornalismo, programas sérios de literacia mediática e regras claras de transparência para as plataformas tecnológicas. Da mesma forma, qualquer esforço regulatório deve garantir a liberdade de expressão e a pluralidade. O objetivo fundamental não passa por ditar uma verdade oficial, mas por assegurar um debate público que se assente em factos verificáveis e no respeito mútuo.

CONCLUSÃO

A experiência de 2026 comprova que a disputa política contemporânea se travou com particular intensidade no plano da informação. A grande questão que permanece é como reconstruir o espaço público e o diálogo democrático num ambiente minado pela desconfiança. Mais do que rebater falsidades pontuais, o desafio central do Brasil residirá em consolidar uma cultura política onde o contraditório não implique a recusa da realidade e onde a democracia seja exercida com compromisso coletivo com a verdade factual, a pluralidade e o respeito às instituições.

REFERÊNCIAS

BBC NEWS BRASIL. Quem está por trás da campanha que dissemina desconfiança da urna eletrônica às vésperas da votação? 30 set. 2026. Disponível em: https://bbc.com.im/portuguese/articles/cr158yn44l1po. Acesso em: out. 2026.

CNN BRASIL. OEA aponta interferência externa e desinformação na eleição brasileira. 6 out. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/oea-aponta-interferencia-externa-e-desinformacao-na-eleicao-brasileira/. Acesso em: out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Desinformação sobre urnas recua, e falso apoio a candidatos cresce em 2026, diz Lupa. São Paulo, 14 out. 2026. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/desinformacao-sobre-urnas-recua-e-falso-apoio-a-candidatos-cresce-em-2026-diz-lupa.shtml. Acesso em: out. 2026.

FOLHA DE S.PAULO. Lupa aponta 20 afirmações consideradas inadequadas e 11 totalmente verdadeiras no debate da Globo. São Paulo, 24 out. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/flavio-bolsonaro-e-lula-citam-informacoes-falsas-exageradas-e-fora-de-contexto-no-debate-da-globo.shtml. Acesso em: out. 2026.

UOL. É falso que Lula recebeu 165 mil votos de origem desconhecida no 2º turno. UOL Confere, 30 out. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2026/10/30/falso-lula-165-mil-votos-origem-desconhecida.ghtm. Acesso em: out. 2026.

UOL. PT vai à OEA com denúncias de interferência nas eleições pela Meta. Reuters, 14 out. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2026/10/14/pt-vai-a-oea-com-denuncias-de-interferencia-nas-eleicoes-pela-meta.amp.htm. Acesso em: out. 2026.

UOL. Votos registrados após as 17h representaram 0,03% do total e não alteraram a vitória de Lula. Projeto Comprova, 28 out. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/comprova/ultimas-noticias/2026/10/28/desinformacao-falso-votos-prorrogacao-alteraram-vitoria-lula-flavio-eleicao.ghtm. Acesso em: out. 2026.

Lideranças evangélicas não alinhadas

Eduardo Borges Frascino[9]

A hipótese que orientou este boletim é que está em movimento a construção de um campo político, por parte de lideranças evangélicas, que buscam se distanciar do bolsonarismo e esse movimento pode se apresentar como uma novidade para as eleições de 2026; o que não significa uma imediata adesão ao lulismo por simples oposição, mas a possibilidade de um apoio circunstancial que visa atingir objetivos políticos específicos que colaborem para a construção de um campo político não alinhado.

GOVERNO LULA 3 (2023–2026)

O governo Lula 3 é o período em que a hipótese ganha seus primeiros contornos empíricos. O que se observa não é um campo constituído, mas um processo de diferenciação: lideranças que, em algum momento, foram aliadas ao bolsonarismo passam a se distanciar dele sem aderir ao lulismo. O caso mais evidente é o de Otoni de Paula (PSD/RJ), cujo afastamento começou com o não apoio de Jair Bolsonaro à sua pré-candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro em 2024 — com a opção bolsonarista por Alexandre Ramagem — e se aprofundou com a derrota na disputa pela presidência da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em 2025, vencida por Gilberto Nascimento por 117 votos a 61.

A aproximação de Otoni de Paula com o presidente Lula (encontro e oração pelo presidente[10], proposta de apoio da direita a Lula em eventual segundo turno[11], alerta sobre a repercussão negativa do desfile de carnaval[12]), o afastamento do bolsonarismo (responsabilização da "direita bolsonarista" pela

[9] Eduardo Borges Frascino é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ e graduado em Ciências Sociais pela UFRRJ.
[10] Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-governo/lula-publica-video-orando-com-otoni-de-paula-evangelico-e-ex-bolsonarista/
[11] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/gustavo-uribe/politica/em-segundo-turno-com-flavio-deputado-evangelico-defende-direita-com-lula/
[12] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/otoni-de-paula-revolta-com-desfile-sobre-lula-nao-e-so-bolsonarista/

crise de segurança do Rio de Janeiro[13], a qualificação de Flávio como "evangélico fake"[14], o apoio a Michelle Bolsonaro e Damares Alves na crise interna do clã)[15] e a articulação de um campo conservador não bolsonarista em torno de Ronaldo Caiado[16].

Também podem ser lidos como sinais de um não alinhamento como linha preferencial no primeiro turno, o posicionamento pela neutralidade dos partidos Republicanos e Podemos[17]. Os sinais de não alinhamento se apresentam apesar de dispersos. O comportamento pendular das grandes denominações — que ora se aproximam do governo, ora do bolsonarismo — sugere que o não alinhamento pode ser mais uma tática para ter ganhos políticos do que um projeto de campo. Contudo, podemos observar que existe um elemento de diferenciação dos não alinhados com o campo lulista e dos bolsonaristas, contudo essa diferenciação que não se converteu em organização.

AS ELEIÇÕES DE 2026 - A HIPÓTESE EM TESTE E MOVIMENTO

As eleições de 2026 funcionam como teste decisivo e revelam três movimentos sucessivos.

Campanha: este período evidência a estratégia da campanha de Lula junto aos evangélicos, apoiada em grupos progressistas, influenciadores e pastores locais, não nas grandes denominações.[18] A estratégia da campanha de Flávio é manter a liderança no eleitorado evangélico. Apoiadores centrais - como o pastor Silas Malafaia - ainda mantém o apoio público ao candidato.[19] O fenômeno

[13] Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd7jzxxvzd4o
[14] Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/119566/otoni-de-paula-diz-que-caiado-e-o-suprassumo-da-direita-brasileira
[15] Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/120208/otoni-critica-bolsonaro-por-nao-defender-michelle--parece-morto
[16] Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/119566/otoni-de-paula-diz-que-caiado-e-o-suprassumo-da-direita-brasileira
[17] Disponível https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/121172/mesmo-neutros-uniao-pp-e-republicanos-dao-mais-espaco-a-flavio
[18] Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/politica/grupos-evangelicos-reforcam-apoio-a-reeleicao-de-lula/#1
https://revistaforum.com.br/brasil/evangelicos-descem-dos-pulpitos-para-apoiar-lula/#1
https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/de-olho-nos-evangelicos-janja-canta-com-cantor-gospel-em-ato-de-lula/
[19] Disponível em: https://oglobo.globo.com/blogs/bela-megale/post/2026/07/campanha-de-flavio-bolsonaro-cria-nucleo-para-frear-investidas-de-lula-junto-a-evangelicos.ghtml?interno_origem=materiasoglobo&interno_midia=recomendacaotema&interno_campanha=oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2025/04/malafaia-

Augusto Cury é o ponto mais aderente à hipótese: crescimento nas redes e nas pesquisas, narrativa de "pacificação" e "cansaço com a polarização", mas apoio concentrado em influenciadores digitais (Vini Rodrigues, Rayssa Buq, Fabiola Melo) e pastores locais, sem líderes denominacionais de grande expressão.[20] O momentum de projeção de crescimento de Augusto Cury se perde no meio da crise no STF.

Primeiro turno: o tamanho eleitoral do campo não alinhado: 7,31% dos votos válidos somados por Cury (2,89%), Renan Santos (2,24%) e Caiado (2,18%). O dado evidencia que o campo não é desprezível e que se torna potencial aliado na barganha do segundo turno. Importante destacar que lideranças evangélicas tradicionais ligadas à BE e à FPE — Cezinha de Madureira, Eli Borges, Gilberto Nascimento, Silas Câmara — não se elegeram, perdendo espaço para representantes do bolsonarismo (Nikolas Ferreira, Lucas Pavanato, Deltan Dallagnol) cuja identidade evangélica é mais difusa e menos definida pela representação de instituições religiosas. A representação mais identificada com as instituições religiosas tradicionais não se converteu em voto.[21]

Segundo turno: igrejas evangélicas relevantes no cenário político explicitaram apoio a Flávio[22] (CGADB, com a família do pastor José Wellington; CONAMAD, com bispo Samuel Ferreira pregando que "irmão vota em irmão"[23]); a IURD manteve neutralidade cautelosa, enquanto o partido Republicanos - historicamente ligado a IURD - se aliou a Flávio; Otoni de Paula foi a ato de Lula,

---

expoe-deputados-do-partido-de-bolsonaro-que-nao-votaram-pela-pl-da-anistia-duas-trairas.ghtml
https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes/desgracar-o-supremo-e-arrebentar-com-a-democracia-afirma-malafaia/

[20] Disponível em: https://diplomatique.org.br/como-augusto-cury-mobiliza-evangelicos-nas-redes-e-incomoda-o-bolsonarismo/
https://www.instagram.com/reel/DchED01hbgP/?stkn=MWRiaWdybG12aDljNA%3D%3D
https://www.instagram.com/reel/DcjY7t8hr3K/?stkn=azM4d3ZlemkxeGdr
https://www.instagram.com/reel/DchED01hbgP/?stkn=MWRiaWdybG12aDljNA%3D%3D
https://www.brasil247.com/brasil/apoio-de-influenciadores-evangelicos-e-catolicos-impulsiona-candidatura-de-augusto-cury-a-presidencia/

[21] Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/10/09/deputados-ligados-a-igrejas-evangelicas-perdem-votos-para-bolsonaristas.ghtm
https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/07/ascensao-de-bolsonaristas-evangelicos-leva-candidatos-da-universal-e-da-assembleia-de-deus-a-perderem-votos-e-mandato.ghtml

[22] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/maiores-assembleias-de-deus-explicitam-apoio-a-flavio-bolsonaro-e-universal-permanece-neutra.shtml

[23] Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/10/nao-posso-pedir-voto-mas-se-pudesse-pediria-para-o-flavio-bolsonaro-diz-bispo-samuel-ferreira-em-evento-evangelico-com-candidato-no-maracanazinho.ghtml

defendeu "conscientizar evangélicos" e afirmou que Lula conquistará indecisos[24]. Após a vitória de Lula, as lideranças evangélicas que apoiaram Flávio adotaram tom resignado — "vida que segue", "a nação continua nas suas mãos", "Lula soube jogar"[25]. Não houve bloco não alinhado negociando coletivamente.

O balanço do ciclo é matizado. A hipótese encontrou respaldo parcial com base nos dados das pesquisas eleitorais que poderia caracterizar a movimentação de lideranças evangélicas na construção de um campo não alinhado - representado no efêmero "fenômeno Cury".[26] Ficou caracterizado, no entanto, como o início de um processo embrionário, cuja consolidação dependerá da capacidade da articulação entre as lideranças difusas e as lideranças mais estabelecidas no campo evangélico para superar a dispersão, construir uma narrativa própria para num primeiro momento resistir e, depois, crescer e fortalecer esse campo. Esse movimento não se consolidou e se dispersou rapidamente após o primeiro turno.

PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

O próximo período será decisivo para avaliar se o campo evangélico não alinhado conseguirá ultrapassar sua condição de articulação circunstancial e se consolidar como um campo próprio. A reeleição de Lula abre espaço para novas negociações entre o governo e lideranças evangélicas que não se identificam integralmente com o bolsonarismo. Para as lideranças não alinhadas, o desafio será transformar a crítica à polarização em uma agenda política mais consistente. A defesa da autonomia das instituições religiosas diante dos partidos, o diálogo com diferentes setores da sociedade e a construção de alternativas à

[24] Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/otoni-de-paula-diz-que-lula-conquistara-evangelicos-indecisos/
[25] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/lideres-evangelicos-que-apoiaram-flavio-adotam-tom-resignado-e-bispo-diz-que-lula-soube-jogar.shtml
[26] Disponível em: https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/09/QUAEST3PRESIDENCIAL0709.pdf
https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2026/09/08/ytu06vgp4wq-0ibvzl4ra35bdjmrzjl1d-4kmkky97a.pdf
https://static.poder360.com.br/uploads/2026/09/BTG-Nexus-nacional-8set2026.pdf
https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://admin.cnnbrasil.com.br/wp-content/uploads/sites/12/2026/09/BTG-Nexus-Eleicoes-2026-Rodada-14-14.set_.2026.pdf
https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2026/09/14/f-hnvjf55zmpjscgsbg20nrqy8mru8d-jnnyarlihkk.pdf
https://quaest.com.br/wp-content/uploads/2026/09/QUAEST4PRESIDENCIAL1409.pdf

identificação entre identidade evangélica e bolsonarismo podem constituir elementos importantes desse projeto. Ainda assim, será necessário produzir uma maior articulação entre lideranças regionais, organizações religiosas, representantes parlamentares e movimentos que atuam no ambiente digital.

Outro aspecto relevante é a disputa pela representação política evangélica. Os resultados de 2026 indicam que lideranças tradicionais, vinculadas à representação institucional de denominações, enfrentam a concorrência de políticos que mobilizam uma identidade evangélica mais difusa, fortemente presente nas redes sociais e associada ao antipetismo. Esse deslocamento sugere que a representação evangélica no Congresso Nacional e no debate público não depende exclusivamente da autoridade das grandes igrejas. Ao mesmo tempo, a perda de espaço de algumas lideranças tradicionais não significa o desaparecimento de sua influência religiosa ou institucional.

Há, portanto, uma tensão que deverá marcar o próximo período: de um lado, a tentativa de construir um campo político capaz de superar a polarização; de outro, a permanência de práticas pragmáticas de negociação e alianças com forças já estabelecidas. Essa contradição aproxima o campo não alinhado de práticas do chamado *centrão*, embora sua proposta pareça ser a de construir uma alternativa política de longo prazo. A capacidade de conciliar certa autonomia, coerência programática e viabilidade eleitoral será fundamental para sua consolidação.

Em síntese, a hipótese de formação de um campo não alinhado ganhou consistência ao longo do governo Lula 3 e das eleições de 2026, mas sua consolidação permanece em aberto. O campo demonstrou capacidade de articulação, alguma presença eleitoral - mesmo perante a forte polarização - e influência no debate público, porém ainda se caracteriza pela heterogeneidade de seus integrantes, pela ausência de uma liderança que seja capaz de unificar os diversos grupos e pela dependência de alianças circunstanciais. O principal desafio será converter o afastamento do bolsonarismo e a recusa ao alinhamento automático ao lulismo em um projeto político próprio. Resta saber se até 2030 o campo não alinhado terá capacidade de articulação e formulação que seja capaz disputar parte do eleitorado de políticos carismáticos que, provavelmente, devem sair dos holofotes da política eleitoral como Lula e Jair Bolsonaro; as disputas

internas pela herança lulismo de um lado e do bolsonarismo de outro pode vir a arrefecer a carga da polarização e abrir espaço para uma outra força política que ainda não tem forma ou espaço eleitoral para se firmar.

REFERÊNCIAS

https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2026/10/otoni-de-paula-critica-posts-que-associam-fuga-de-flavio-bolsonaro-a-de-figuras-biblicas-como-davi-e-jesus.ghtml
https://www.metropoles.com/brasil/ex-bolsonarista-vai-a-ato-de-lula-e-defende-conscientizar-evangelicos
https://sbtnews.sbt.com.br/colunas/coluna-do-gayer/ex-bolsonarista-promete-levar-lula-a-evangelicos-no-2-turno
https://www.poder360.com.br/poder-eleicoes-2026/otoni-de-paula-diz-que-lula-conquistara-evangelicos-indecisos/
https://www.cartacapital.com.br/politica/igreja-universal-evita-declarar-apoio-a-flavio-bolsonaro-e-se-diz-neutra-no-2o-turno/
https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/maiores-assembleias-de-deus-explicitam-apoio-a-flavio-bolsonaro-e-universal-permanece-neutra.shtml
https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckz7z7j25g19o
https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/lideres-evangelicos-que-apoiaram-flavio-adotam-tom-resignado-e-bispo-diz-que-lula-soube-jogar.shtml
https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/10/nao-posso-pedir-voto-mas-se-pudesse-pediria-para-o-flavio-bolsonaro-diz-bispo-samuel-ferreira-em-evento-evangelico-com-candidato-no-maracanazinho.ghtml

Da candidatura à representação: quais mulheres chegaram à Câmara dos Deputados em 2026?

Giulia Gouveia[27]

O monitoramento desenvolvido ao longo dos últimos boletins teve como objetivo acompanhar a representação política das mulheres nas eleições de 2026 para a Câmara dos Deputados, com atenção especial aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A investigação partiu de duas hipóteses: a de que as mudanças promovidas na legislação eleitoral ainda são insuficientes para garantir a efetiva inclusão das mulheres na política institucional; e a de que as eleições de 2026 poderiam apresentar resultados relativamente mais favoráveis à representação feminina do que aqueles observados nas últimas eleições.

A hipótese se confirmou, uma vez que os resultados eleitorais de 2026 apontaram para um crescimento da representação feminina na Câmara dos Deputados. As mulheres passaram de 91 deputadas eleitas, em 2022, para 109, em 2026, correspondendo a 21,25% das cadeiras. Apesar desse avanço, a permanência da sub-representação feminina evidencia que as mudanças promovidas na legislação eleitoral, embora tenham contribuído para ampliar a participação das mulheres, ainda são insuficientes para assegurar maior igualdade no acesso à representação política.

Diante desse cenário, o presente boletim busca examinar quais mulheres conseguiram chegar à Câmara dos Deputados em 2026 e quais características distinguem as candidaturas da composição efetivamente eleita. Para isso, são analisadas, através dos dados disponibilizados no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as variáveis de gênero, raça, escolaridade, estado civil, faixa etária, identidade de gênero, orientação sexual e filiação partidária, considerando o cenário nacional e, complementarmente, os resultados de São Paulo e do Rio de

[27] Doutoranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ), coordenadora do Projeto Mulheres Eleitas e pesquisadora do Laboratório de Partidos, Eleições e Política Comparada (LAPPCOM).

Janeiro. A comparação permite identificar desigualdades na conversão das candidaturas em mandatos e observar, a partir de uma perspectiva interseccional, em que medida o crescimento da bancada feminina foi acompanhado por maior diversidade na representação parlamentar.

Da disputa eleitoral à conquista do mandato: a conversão das candidaturas

Em 2026, foram registradas 7.801 candidaturas à Câmara dos Deputados, das quais 2.869 eram de mulheres (36,78%) e 4.932 de homens (63,22%). Após o pleito, as mulheres passaram a ocupar 109 das 513 cadeiras da Casa, correspondentes a 21,25% das cadeiras. Os homens, por sua vez, conquistaram 404 cadeiras, o equivalente a 78,75%.

A comparação entre a distribuição das candidaturas e a composição da Câmara revela uma assimetria na conversão eleitoral dos dois grupos. Considerada a relação entre o número de pessoas eleitas e o total de candidaturas de cada gênero, observa-se uma proporção de 3,80% entre as mulheres e de 8,19% entre os homens. Em outros termos, a participação feminina, que correspondeu a mais de um terço das candidaturas, reduziu-se a pouco mais de um quinto das cadeiras em disputa.

Esse padrão também se manifesta nos estados analisados. Em São Paulo, as mulheres representaram 34,13% das candidaturas (386 de 1.131) e conquistaram 16 das 70 cadeiras disponíveis (22,86%). A relação entre eleitas e candidatas foi de 4,15%, diante de 7,25% entre os homens. No Rio de Janeiro, as mulheres corresponderam a 34,17% das candidaturas (271 de 793) e ocuparam 10 das 46 cadeiras do estado (21,74%). Nesse caso, a taxa de conversão das candidaturas femininas em mandatos foi de 3,69%, enquanto entre os homens alcançou 6,90%.

A recorrência dessa diferença nos três recortes suscita reflexões sobre os fatores que condicionam o acesso das mulheres à representação política, especialmente a distribuição dos recursos de campanha. Nesse sentido, os resultados reforçam a importância de investigar como o financiamento eleitoral é distribuído entre candidaturas femininas e masculinas, considerando as desigualdades historicamente observadas no acesso das mulheres aos recursos partidários e eleitorais. Embora os dados apresentados não permitam estabelecer

uma relação direta entre financiamento e desempenho eleitoral, a diferença nas taxas agregadas de conversão evidencia a necessidade de examinar em que medida a distribuição desigual dos recursos pode contribuir para a manutenção da sub-representação feminina.

Raça: desigualdades na passagem das candidaturas para a representação

A distribuição racial das candidaturas femininas apresenta diferenças expressivas em relação à composição racial da bancada eleita. No cenário nacional, mulheres brancas correspondiam a 48,97% das candidatas, enquanto mulheres pardas representavam 32,35% e mulheres pretas, 16,97%. Entre as deputadas eleitas, a participação de mulheres brancas alcançou 67,59%, ao passo que mulheres pardas corresponderam a 18,52% e mulheres pretas, a 12,04%. Consideradas conjuntamente, mulheres pretas e pardas passaram de 49,32% das candidaturas femininas para 30,56% das eleitas.

A comparação com os homens revela uma dinâmica semelhante: entre os candidatos, pessoas brancas correspondiam a 53,35%, enquanto entre os deputados eleitos representavam 74,81%. A proporção de homens pardos passou de 33,80% para 20,65%, e a de homens pretos, de 11,44% para 4,03%.

Nos estados, as diferenças também são observáveis, embora com configurações próprias. Em São Paulo, mulheres brancas correspondiam a 68,65% das candidatas e a 75% das eleitas. A participação de mulheres pardas passou de 16,58% para 6,25%, enquanto a de mulheres pretas diminuiu de 12,95% para 6,25%. Entre os homens paulistas, a proporção de pessoas brancas passou de 69,93% nas candidaturas para 88,89% entre os eleitos. Homens pardos passaram de 18,39% para 9,26%, enquanto homens pretos correspondiam a 9,80% das candidaturas e não aparecem entre os eleitos apresentados.

No Rio de Janeiro, mulheres brancas representavam 49,45% das candidatas e 70% das eleitas. A proporção de mulheres pardas passou de 25,83% para 10%, enquanto a de mulheres pretas passou de 24,72% para 20%. Entre os homens, a participação de pessoas brancas aumentou de 54,79% nas candidaturas para 86,11% entre os eleitos. Homens pardos passaram de 30,08% para 5,56%, e homens pretos, de 14,75% para 8,33%.

Em conjunto, os resultados apontam para uma concentração relativa de pessoas brancas entre as pessoas eleitas, em comparação com o universo de candidaturas, tanto entre mulheres quanto entre homens. No caso da bancada feminina, os dados evidenciam que a ampliação da presença das mulheres na disputa eleitoral, bem como na ocupação de cargos eletivos, não se distribui de maneira homogênea entre os diferentes grupos raciais.

Escolaridade: a maior seletividade na composição da bancada feminina

A escolaridade constitui outra dimensão relevante para a caracterização dos perfis das candidaturas e da representação parlamentar. No conjunto nacional, 61,83% das candidatas possuíam ensino superior completo e 11,61% tinham ensino superior incompleto. Consideradas conjuntamente, essas categorias correspondiam a 73,44% das mulheres que disputaram a eleição. Entre as deputadas eleitas, 89,81% possuíam ensino superior completo e 4,63% ensino superior incompleto, totalizando 94,44% com alguma formação superior.

Entre os homens, 69,85% dos candidatos possuíam ensino superior completo ou incompleto. Na composição da bancada eleita, essa proporção alcançou 88,42%, considerando 79,60% com ensino superior completo e 8,82% com ensino superior incompleto. Embora a formação superior seja predominante entre os eleitos dos dois grupos, sua incidência é maior entre as mulheres, tanto no conjunto das candidaturas quanto na composição da bancada.

A mesma tendência é observada nos estados. Em São Paulo, 70,21% das candidatas possuíam ensino superior completo e 9,84% ensino superior incompleto. Entre as deputadas eleitas, todas as 16 possuíam ensino superior completo. Entre os homens, a proporção de candidatos com alguma formação superior era de 76,24%, alcançando 98,15% entre os eleitos, dos quais 90,74% tinham ensino superior completo.

No Rio de Janeiro, 52,03% das candidatas possuíam ensino superior completo e 11,07% ensino superior incompleto. Entre as eleitas, 90% tinham ensino superior completo e 10% ensino médio completo. Entre os homens, 62,07% dos candidatos possuíam alguma formação superior; entre os eleitos, essa proporção chegou a 80,55%, considerando 72,22% com ensino superior completo e 8,33% incompleto.

Assim, embora a diferença na escolaridade das pessoas eleitas não seja tão expressiva em termos proporcionais, a maior incidência de formação superior entre as mulheres merece atenção. Esse resultado também deve ser considerado à luz da maior presença feminina no ensino superior, mas suscita questões sobre como a qualificação formal se relaciona com o acesso à representação política. Uma hipótese a ser investigada é se as mulheres precisam apresentar credenciais educacionais mais elevadas para obter reconhecimento como candidatas legítimas e competitivas, enquanto os homens têm sua aptidão para a atividade política socialmente reconhecida com menor dependência desse tipo de atributo. Essa possível assimetria pode se manifestar tanto nas estratégias partidárias de recrutamento e distribuição de recursos de campanha quanto nas percepções do eleitorado sobre os requisitos para o exercício de um mandato. Os dados apresentados não permitem estabelecer essas relações, mas apontam caminhos para investigar como gênero e escolaridade se articulam nos processos de seleção e legitimação das candidaturas.

Estado civil: mudanças na composição entre candidatas e eleitas

No cenário nacional, 39,87% das candidatas eram solteiras, 38,76% casadas, 17,22% divorciadas, 3,14% viúvas e 1,01% judicialmente separadas. Entre as deputadas eleitas, 55,56% eram casadas, 22,22% solteiras e 18,52% divorciadas. Observa-se, portanto, maior participação relativa de mulheres casadas entre as eleitas em comparação com o conjunto de candidatas. Entre os homens, a proporção de casados também é mais elevada na bancada eleita: passa de 55,64% entre os candidatos para 73,30% entre os deputados. A participação de solteiros, por sua vez, diminui de 31,59% para 17,63%.

Nos estados, a distribuição apresenta características semelhantes. No Rio de Janeiro, 39,85% das candidatas eram solteiras, 36,90% casadas e 18,08% divorciadas. Entre as eleitas, metade era casada e metade divorciada. Entre os homens, a proporção de casados passou de 57,66% nas candidaturas para 69,44% entre os eleitos, enquanto a de solteiros diminuiu de 29,31% para 19,44%.

Em São Paulo, 41,71% das candidatas eram casadas, 32,12% solteiras e 21,24% divorciadas. Entre as eleitas, 56,25% eram casadas, 31,25% solteiras, 6,25% divorciadas e 6,25% viúvas. Entre os homens, a proporção de casados

passou de 57,99% nas candidaturas para 72,22% entre os eleitos, enquanto a de solteiros diminuiu de 28,59% para 16,67%.

A maior proporção de pessoas casadas entre as eleitas e os eleitos, em comparação com o conjunto das candidaturas, constitui uma regularidade nos três recortes analisados. Esse resultado suscita reflexões sobre como o estado civil pode interferir na construção da legitimidade política de homens e mulheres, uma vez que as expectativas sociais em torno da vida familiar não operam necessariamente da mesma maneira para ambos. Mulheres solteiras ou divorciadas, por exemplo, podem estar mais sujeitas a julgamentos sociais relacionados às expectativas tradicionais de conjugalidade e maternidade. Para os homens, por outro lado, a condição de casado pode contribuir para a construção de uma imagem pública associada à estabilidade, à responsabilidade familiar e à respeitabilidade social. Essas possibilidades apontam para a importância de considerar o estado civil não apenas como uma característica sociodemográfica, mas também como uma dimensão atravessada por normas e expectativas de gênero que podem influenciar a percepção pública das candidaturas.

Faixa etária: concentração nas idades intermediárias

No conjunto nacional, observa-se uma diferença na distribuição etária das candidaturas femininas e masculinas. As mulheres apresentam maior concentração na faixa de 30 a 49 anos (50,6%), em comparação aos homens (44,6%). Em contrapartida, a participação de candidatos com 60 anos ou mais é proporcionalmente maior entre os homens (23,6%) do que entre as mulheres (16,5%). Esses dados indicam que as candidaturas femininas estão relativamente mais concentradas em faixas etárias intermediárias, enquanto as masculinas apresentam maior presença nas idades mais avançadas.

A comparação entre candidaturas e eleitos, considerando a faixa de 40 a 54 anos, revela uma distribuição bastante semelhante nos dois momentos. Entre as mulheres, esse grupo representa 49,58% das candidatas e 49,07% das deputadas eleitas. Entre os homens, os percentuais são de 45,95% e 45,84%, respectivamente. A proximidade desses valores indica que, nessa faixa etária, a

composição das candidaturas se reproduz praticamente na mesma proporção entre os eleitos, sem diferenças expressivas entre os gêneros.

Nos estados, entretanto, a composição etária das bancadas apresenta particularidades. No Rio de Janeiro, embora as mulheres também estejam mais concentradas nas faixas intermediárias entre as candidaturas, a bancada feminina eleita apresenta uma distribuição mais heterogênea: 40% das deputadas têm entre 40 e 49 anos, enquanto 30% estão na faixa de 65 a 69 anos. Entre os deputados eleitos, por sua vez, há maior concentração entre 40 e 54 anos, faixa que reúne 61,11% da bancada masculina.

Em São Paulo, as distribuições etárias das candidaturas femininas e masculinas são mais próximas: 61,01% das mulheres e 59,02% dos homens estão entre 40 e 59 anos. Na bancada eleita, contudo, observa-se uma concentração distinta entre os gêneros. Entre as deputadas, 31,25% têm de 45 a 49 anos e outros 31,25% têm menos de 40 anos. Entre os deputados, as maiores proporções estão nas faixas de 60 a 64 anos (18,52%) e de 40 a 44 anos (16,67%).

A distribuição etária revela diferenças importantes entre os perfis de homens e mulheres na disputa eleitoral. A maior concentração feminina nas faixas etárias intermediárias, em contraste com a presença masculina mais expressiva nas idades avançadas, pode estar relacionada a trajetórias distintas de ingresso e permanência na política institucional. Essa diferença merece atenção porque a construção de carreiras políticas envolve condições de acesso, continuidade e acumulação de capital político que não necessariamente se apresentam da mesma forma para homens e mulheres. Os dados estaduais também mostram que não há um padrão único entre as mulheres eleitas: em São Paulo, há participação expressiva de deputadas com menos de 40 anos, enquanto, no Rio de Janeiro, a bancada feminina apresenta maior dispersão etária, incluindo uma proporção relevante de parlamentares com 65 a 69 anos. Assim, a idade não apenas diferencia os perfis das bancadas masculina e feminina, mas também evidencia a diversidade de gerações e trajetórias que compõem a representação das mulheres. Essa dimensão ganha relevância quando considerada em conjunto com outras características, como experiência em mandatos anteriores, vínculos familiares e trajetória partidária, que ajudam a

compreender as condições de ingresso e permanência de homens e mulheres na política.

Identidade de gênero e orientação sexual: diversidade e limites da representação

Os dados declarados de identidade de gênero indicam predominância de pessoas cisgênero entre candidatas e candidatos e entre as pessoas eleitas. No cenário nacional, 55,80% das candidatas se identificaram como cisgênero e 1,57% como transgênero, enquanto 42,59% não informaram sua identidade de gênero. Entre os candidatos homens, 56,16% se identificaram como cisgênero, 0,08% como transgênero e 43,73% não apresentaram essa informação.

Entre as deputadas eleitas, três são mulheres trans, correspondentes a 2,75% da bancada feminina. Já as mulheres cisgênero representam 61,11% desses registros, enquanto 36,11% não apresentam declaração. Há, portanto, um registro ausente em relação ao total de 109 deputadas eleitas. Entre os deputados eleitos, 65,49% se identificaram como cisgênero e 34,51% não informaram sua identidade de gênero.

Em relação à orientação sexual, 48,55% das candidatas se declararam heterossexuais, 1,60% bissexuais, 1,39% lésbicas, 0,38% pansexuais e 0,10% assexuais. Entre os candidatos homens, 53,97% se declararam heterossexuais, 0,93% gays, 0,28% bissexuais, 0,06% pansexuais e 0,06% assexuais. A parcela restante corresponde a registros sem declaração ou informação disponível.

Entre as deputadas eleitas, 52,78% se declararam heterossexuais, 1,85% bissexuais e 1,85% lésbicas, enquanto 43,52% não informaram sua orientação sexual. Entre os deputados eleitos, 62,47% se declararam heterossexuais, 0,50% gays e 0,25% bissexuais; 36,78% não apresentaram informação sobre essa variável.

A composição da Câmara dos Deputados revela os limites da diversidade de identidade de gênero e orientação sexual na representação parlamentar. Apesar do elevado percentual de registros sem declaração, as informações disponíveis apontam para a baixa presença de pessoas trans e de candidaturas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou pansexuais. Entre as mulheres eleitas, a presença de três deputadas trans constitui um dado

particularmente relevante, tanto pela ampliação da diversidade na representação feminina quanto pela ocupação de um espaço institucional historicamente marcado por barreiras à participação política da população LGBTQIAPN+, especialmente de pessoas trans.

Também merece atenção a maior proporção de mulheres eleitas que se declaram lésbicas ou bissexuais, em comparação com a proporção de homens que se identificam como gays ou bissexuais. Essa diferença suscita reflexões sobre a maneira como as normas de gênero e as expectativas sociais em torno da sexualidade incidem sobre homens e mulheres na política. Embora ambos estejam sujeitos a padrões normativos de masculinidade e feminilidade, a afirmação pública de uma orientação sexual considerada dissidente pode envolver constrangimentos específicos para os homens, particularmente em um espaço institucional historicamente marcado pela predominância masculina e por padrões tradicionais de masculinidade. Nesse contexto, a expectativa de correspondência entre masculinidade, heterossexualidade e exercício da autoridade política pode tornar mais custosa a visibilidade de homens LGBTQIAPN+. Assim, as diferenças observadas não devem ser interpretadas apenas como variações na composição da bancada, mas também como possíveis expressões das distintas pressões sociais que atravessam a afirmação pública de identidades sexuais no campo político.

Partidos e dinâmicas político-partidárias: quem concentra as mulheres eleitas?

A distribuição partidária das candidaturas femininas no cenário nacional revela a presença de mulheres em diferentes legendas, sem concentração expressiva em um único partido. Os maiores contingentes foram registrados no PL, com 188 candidatas, seguido por NOVO (176), MDB (175), PDT (174), Podemos (171), Republicanos (166), PSD (160), PSB (155), Avante (147) e PT (139). A comparação entre esses números e a composição da bancada feminina eleita permite observar, entretanto, que a quantidade de candidaturas apresentadas por uma legenda não corresponde necessariamente à sua participação entre as mulheres que conquistaram uma cadeira. Tal fator pode ser explicado, dentre outros fatores, à luz da predominância masculina nas direções partidárias,

minando a distribuição igualitária de recursos para as campanhas de homens e mulheres.

Entre as 109 deputadas eleitas, a Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) reuniu 34 parlamentares, aproximadamente 31,2% da bancada feminina. Considerado isoladamente, o PT elegeu 25 mulheres, enquanto o PL elegeu 22. Chama a atenção, nesse sentido, que o PL, embora tenha apresentado o maior número de candidaturas femininas no país (188), não concentrou o maior número de deputadas eleitas. Já o PT, que registrou 139 candidatas, elegeu 25 mulheres.

A distribuição ideológica da bancada feminina também apresenta diferenças em relação à composição masculina e ao conjunto da Câmara. Entre as deputadas, 48% estão vinculadas a partidos de direita, 43% a partidos de esquerda e 9% a partidos de centro. Entre os deputados homens, essas proporções são de 62%, 19% e 19%, respectivamente. Considerando a Câmara em sua totalidade, 59,1% dos parlamentares estão classificados à direita, 24,2% à esquerda e 16,8% ao centro. A comparação indica uma presença proporcionalmente mais expressiva da esquerda entre as mulheres eleitas em relação aos homens e ao conjunto da Casa. Ainda assim, a direita permanece como o maior agrupamento ideológico entre as deputadas.

Nos estados analisados, a relação entre candidaturas e resultados eleitorais também apresenta configurações distintas. No Rio de Janeiro, PL e PSB registraram os maiores contingentes de candidatas, com 17 mulheres cada (6,27%), seguidos por Avante, DC e MDB, com 16 cada (5,90%). Entre as eleitas, entretanto, o PL concentrou cinco das dez deputadas fluminenses (50%), enquanto o PT elegeu duas representantes e PCdoB, PSDB e PSOL, uma cada. O PL, portanto, além de apresentar um dos maiores contingentes de candidatas, reuniu metade da bancada feminina eleita no estado.

Em São Paulo, o NOVO registrou o maior número de candidatas, com 28 mulheres (7,25%), seguido pelo PL, com 24 (6,22%), e por Avante, PSB e Agir, com 23 cada (5,96%). A composição da bancada eleita, contudo, apresenta outra distribuição: o PSOL elegeu cinco das 16 deputadas paulistas (31,25%), enquanto NOVO, PL, Podemos e PT elegeram duas mulheres cada. PSB, Republicanos e União elegeram uma deputada cada. Nesse caso, o partido que concentrou o

maior número de candidaturas femininas não foi aquele que elegeu mais mulheres.

A comparação entre os dois estados evidencia, assim, que a distribuição partidária das candidaturas não se traduz de maneira uniforme na composição das bancadas femininas. Enquanto no Rio de Janeiro o PL concentra metade das deputadas eleitas, em São Paulo o PSOL ocupa a primeira posição, com quase um terço da bancada feminina. Essas diferenças também precisam ser consideradas à luz da composição das bancadas masculinas: no Rio de Janeiro, o PL reúne 27,78% dos deputados homens, enquanto, em São Paulo, concentra 31,48% deles. O PSOL, por sua vez, tem maior expressão entre as mulheres eleitas em São Paulo, ao passo que o PL se destaca entre os homens.

Considerações finais

Os resultados das eleições de 2026 apontam para o crescimento da representação feminina na Câmara dos Deputados, com o aumento de 91 para 109 mulheres eleitas. Apesar do avanço, as deputadas ocuparão apenas 21,25% das cadeiras, evidenciando a permanência da sub-representação. A comparação entre candidaturas e resultados eleitorais reforça esse quadro: embora representassem 36,78% das candidaturas, as mulheres conquistaram pouco mais de um quinto dos mandatos. A taxa de conversão eleitoral foi de 3,80% entre as mulheres, diante de 8,19% entre os homens, diferença também observada em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A análise dos perfis evidencia que essas desigualdades não atingem todas as mulheres da mesma maneira. O recorte racial é especialmente expressivo: mulheres pretas e pardas passaram de 49,32% das candidaturas femininas para 30,56% das eleitas, enquanto a participação de mulheres brancas aumentou de 48,97% para 67,59%. A maior escolaridade entre as eleitas também chama atenção: 94,44% possuíam formação superior, ante 73,44% das candidatas. Esses resultados suscitam questões sobre os atributos e as condições que favorecem o acesso aos mandatos.

A análise da identidade de gênero e da orientação sexual, por sua vez, evidencia os limites da diversidade na representação parlamentar. Embora a eleição de três mulheres trans constitua um avanço relevante, a baixa presença

de pessoas LGBTQIAPN+ e o elevado percentual de informações não declaradas restringem as possibilidades de análise. Já as diferenças partidárias e ideológicas demonstram que a bancada feminina não constitui um grupo homogêneo: apesar da predominância da direita, a esquerda apresenta maior participação proporcional entre as mulheres do que entre os homens. As diferenças entre São Paulo e Rio de Janeiro reforçam, ainda, que a composição partidária da representação feminina assume configurações próprias em cada estado.

À guisa de conclusão, a análise mostra que o crescimento do número de mulheres eleitas, embora importante, permanece distante de alterar de maneira significativa a composição da Câmara dos Deputados. Em 2026, elas conquistaram 109 das 513 cadeiras, pouco mais de um quinto do total. Além da sub-representação, a passagem das candidaturas aos mandatos permanece atravessada por desigualdades de gênero e raça, que afetam de maneira distinta as possibilidades de acesso à representação parlamentar. Ampliar a presença feminina exige, portanto, mais do que acompanhar o crescimento das candidaturas e dos mandatos. Requer medidas capazes de enfrentar os obstáculos que operam ao longo de todo o processo eleitoral, desde o recrutamento partidário e a distribuição de recursos até as condições de disputa e de permanência nos espaços de decisão. Também implica reconhecer que não existe uma experiência feminina única: os marcadores sociais condicionam de maneiras distintas quem consegue chegar ao Parlamento. Não basta, assim, que a presença feminina avance gradualmente a cada eleição; é preciso transformar as condições que determinam quais mulheres conseguem chegar ao poder e cujas experiências e agendas encontram espaço na política institucional.

A polarização entre lulismo e bolsonarismo na Baixada Fluminense: mobilizações políticas, políticas públicas e a eleição presidencial de 2026

Hermann Zimmerle[28]

INTRODUÇÃO

Este quarto boletim do OPEL dá continuidade ao acompanhamento das eleições de 2026 na Baixada Fluminense, deslocando o foco da disputa pelo Governo do Estado, abordada nos boletins anteriores, para a eleição presidencial. A análise concentra-se em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti, buscando compreender como a polarização entre lulismo e bolsonarismo, principal vetor da disputa política nacional, se expressou nesses territórios durante o segundo turno.

Nos boletins anteriores, observamos como essa polarização se articulou às alianças locais, às estratégias eleitorais e às disputas pelo poder estadual. A votação expressiva de Douglas Ruas (PL) nos quatro municípios, em consonância com o desempenho de Flávio Bolsonaro no primeiro turno presidencial, demonstrou a presença eleitoral do campo bolsonarista na região. O segundo turno, porém, apresentou novos elementos: a ampliação da votação de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a intensificação das mobilizações em torno de sua candidatura.

A campanha também foi marcada por atos públicos, caminhadas, carreatas e mobilizações nas redes sociais. Movimentos populares, organizações políticas, lideranças locais e grupos de apoiadores organizaram atividades em defesa de Lula e em oposição ao projeto representado por Flávio Bolsonaro. Para

[28] Jornalista, bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em História e Ciências Sociais pelo IUPERJ/UCAM e mestrando em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA/UFRJ.

compreender esse cenário, o boletim recupera ainda a trajetória das políticas federais implementadas durante os governos Lula e Dilma, especialmente nas áreas de habitação, infraestrutura, saúde e educação. A reeleição de Lula para um quarto mandato, com início em janeiro de 2027, recoloca essas relações na agenda regional.

A questão central é como a polarização entre lulismo e bolsonarismo se manifestou na Baixada durante o segundo turno, considerando resultados eleitorais, mobilizações nas ruas e nas redes, estruturas políticas municipais e a trajetória das políticas públicas federais.

A POLARIZAÇÃO NACIONAL NAS REDES E NAS URNAS

A campanha presidencial ultrapassou a propaganda eleitoral e as articulações entre partidos e lideranças. A disputa também se expressou em atos públicos, caminhadas, carreatas e na circulação de conteúdos digitais. Na primeira quinzena de outubro, o movimento Muda BXD convocou manifestações em Belford Roxo e São João de Meriti, integradas à articulação "Favelas e Baixada com Lula", que buscava mobilizar movimentos populares e apoiadores para além das estruturas partidárias tradicionais.

Em 17 de outubro, apoiadores de Lula foram às ruas em diferentes cidades brasileiras. Na Baixada, a mobilização foi concentrada em Duque de Caxias, com ato na Praça do Pacificador, registrado pelo Jornal Nacional. A atividade ocorreu a oito dias do segundo turno, em um momento de intensificação das campanhas. Em Nova Iguaçu, um ato pró-Lula previsto para a Via Light foi adiado; no mesmo local inicialmente indicado, apoiadores de Flávio Bolsonaro organizaram uma carreata. O episódio evidencia a disputa por visibilidade e presença territorial.

A articulação política em torno da candidatura de Lula também envolveu lideranças com atuação na Baixada Fluminense. Em Belford Roxo, Waguinho e Daniela do Waguinho participaram da organização de atividades de campanha e da mobilização de apoiadores, com distribuição de materiais, caminhadas, carreatas e encontros com movimentos sociais e trabalhadores. Em Duque de Caxias, o deputado federal Marcos Tavares (PDT), reeleito em 2026, também se destacou como uma das lideranças políticas na mobilização em defesa da candidatura petista, assumindo publicamente o apoio a Lula em um município

no qual Flávio Bolsonaro manteve a maioria dos votos. Nas ruas e nas redes sociais, convocações, imagens, vídeos e mensagens ajudaram a conectar a disputa nacional às relações políticas e sociais dos municípios.

As manifestações devem ser compreendidas como expressões territoriais da polarização. Os espaços públicos, as redes de comunicação e as organizações locais tornaram-se arenas de disputa política. A campanha, portanto, não se restringiu às estruturas partidárias: incorporou movimentos sociais, organizações comunitárias, lideranças e iniciativas de comunicação digital.

Outro aspecto relevante é a relação entre as candidaturas e as estruturas políticas municipais. Grupos que controlam ou influenciam administrações locais constituem atores importantes na articulação de lideranças e redes de apoio. Flávio Bolsonaro contou com apoios de representantes políticos municipais, entre eles o prefeito de Duque de Caxias, Netinho Reis. É necessário, contudo, distinguir o posicionamento individual de prefeitos, as alianças dos grupos que integram as administrações e o apoio institucional das prefeituras: não são dimensões equivalentes e exigem comprovação específica em cada município.

A comparação eleitoral apresenta uma questão importante: mesmo diante da presença de grupos locais alinhados ao campo bolsonarista, Flávio não registrou crescimento de votação equivalente ao de Lula entre os turnos. O candidato do PL manteve a maioria dos votos válidos nas quatro cidades, mas o crescimento absoluto da votação petista foi muito superior. Isso permite discutir os limites da transferência de influência municipal para uma eleição presidencial, na qual também pesam identificação ideológica, mobilização social, redes de apoiadores e a dinâmica nacional da campanha.

A relação entre lulismo e Baixada, entretanto, não se limita à identificação partidária. Durante os governos Lula e Dilma, políticas federais alcançaram municípios da região, sobretudo em habitação, infraestrutura, saúde e educação. Em Duque de Caxias, foram entregues 500 unidades do Residencial Volterra, em 2015, com investimento federal de R$ 31,4 milhões. Em Belford Roxo, 700 moradias do Minha Casa, Minha Vida foram entregues em 2018, com investimento de R$ 52,5 milhões. Esses empreendimentos materializaram uma política nacional no território, embora não tenham eliminado o déficit habitacional nem os problemas de infraestrutura urbana.

Lançado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reuniu ações de saneamento, habitação, mobilidade e urbanização. No terceiro mandato de Lula, o Novo PAC retomou essa agenda e anunciou previsão de R$ 342,6 bilhões em investimentos para o estado do Rio de Janeiro. Esse valor é estadual, não podendo ser atribuído integralmente aos quatro municípios, mas demonstra a continuidade da participação federal no financiamento de obras e serviços.

Na educação, a expansão da Rede Federal ampliou a presença de instituições públicas. Em Belford Roxo, em fevereiro de 2024, o governo anunciou recursos para a sede definitiva do campus do IFRJ e para um hospital oncológico, reunindo projetos nas áreas de educação e saúde.

Esses exemplos situam historicamente a presença federal na Baixada, mas não permitem afirmar que os investimentos determinaram o comportamento eleitoral. A relação entre políticas públicas e voto envolve também avaliações dos governos, experiências individuais, lideranças locais, redes de sociabilidade e a polarização nacional.

Os resultados do segundo turno reforçam a relevância dessa discussão. Lula ampliou sua votação nos quatro municípios, enquanto Flávio Bolsonaro manteve a maioria dos votos válidos em todos eles. A tabela apresenta a comparação entre os turnos:

Município	Lula 1º	Lula 2º	Flávio 1º	Flávio 2º
Duque de Caxias	183.125	227.830	274.289	280.880
Nova Iguaçu	151.528	190.623	267.454	274.403
Belford Roxo	91.783	114.648	144.676	146.920
São João de Meriti	96.017	118.990	147.563	149.784
TOTAL	**522.453**	**652.091**	**833.982**	**851.987**

No conjunto, Lula passou de 522.453 votos no primeiro turno para 652.091 no segundo, acréscimo de 129.638 votos (24,8%). Flávio Bolsonaro avançou de 833.982 para 851.987, aumento de 18.005 votos (2,2%). Assim, o crescimento absoluto da votação de Lula foi aproximadamente 7,2 vezes maior que o de Flávio. Apesar disso, o candidato do PL manteve a dianteira nos quatro municípios.

A diferença entre os candidatos diminuiu em todas as cidades: em Duque de Caxias, de 91.164 para 53.050 votos; em Nova Iguaçu, de 115.926 para 83.780;

em Belford Roxo, de 52.893 para 32.272; e em São João de Meriti, de 51.546 para 30.794. A variação não identifica, por si só, a origem dos novos votos: comparecimento, abstenção e redistribuição dos votos de candidaturas eliminadas também interferem na comparação.

O dado é especialmente relevante quando considerado diante das alianças e dos apoios políticos municipais a Flávio Bolsonaro. A presença de lideranças ligadas às administrações locais não se converteu automaticamente em crescimento eleitoral proporcional. Isso não significa perda de relevância dessas estruturas, mas indica que a disputa presidencial possui dinâmicas próprias. Mobilizações, redes de apoio e identificação política também precisam integrar a explicação.

Com a reeleição de Lula para um quarto mandato, a Baixada permanece diante de demandas históricas por habitação, saneamento, mobilidade, saúde e educação. A capacidade do governo federal de manter investimentos e responder às necessidades locais será um elemento importante para acompanhar a relação entre a política nacional e os municípios da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição presidencial de 2026 demonstra a permanência da polarização entre lulismo e bolsonarismo como vetor central da disputa política nacional na Baixada Fluminense. Nos quatro municípios analisados, essa polarização apareceu nas urnas, nas mobilizações de rua, nas articulações entre lideranças e na atuação de redes de apoiadores.

Flávio Bolsonaro manteve a maioria dos votos válidos nas quatro cidades, mas Lula apresentou crescimento absoluto de votação aproximadamente 7,2 vezes maior entre os turnos. A diferença chama atenção diante da presença de grupos políticos locais alinhados ao campo bolsonarista e evidencia que a influência das lideranças municipais não se converte automaticamente em votos na mesma proporção. A identificação ideológica, as mobilizações sociais e as redes de comunicação também participam da dinâmica eleitoral.

A trajetória das políticas federais durante os governos Lula e Dilma em habitação, infraestrutura, saúde e educação, constitui outra dimensão da relação entre o lulismo e a Baixada. Programas como PAC, Minha Casa, Minha Vida e

Farmácia Popular, além da expansão da rede federal de ensino e de equipamentos de saúde, marcaram a presença do governo federal na região. A permanência de problemas estruturais, contudo, demonstra que esses investimentos não eliminaram as desigualdades territoriais.

O quarto mandato de Lula oferece um novo período para observar como a política nacional se relacionará com as demandas locais. Este boletim conclui que a polarização na Baixada não pode ser compreendida apenas pelos resultados eleitorais: sua expressão territorial envolve mobilização social, lideranças, redes digitais e a relação histórica entre políticas públicas federais e municípios. O acompanhamento dos próximos anos permitirá observar como essas dimensões continuarão a se relacionar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS. Favelas e Baixada organizam atos pró-Lula para o segundo turno. 9 out. 2026.

AGÊNCIA GOV. Duque de Caxias recebe 500 unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida. 9 abr. 2015. https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/duque-de-caxias-recebe-500-unidades-habitacionais-do-minha-casa-minha-vida.

AGÊNCIA GOV. Lula: vamos investir muito na educação, na saúde e na geração de emprego. 6 fev. 2024. https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/lula-vamos-investir-muito-na-educacao-na-saude-e-na-geracao-de-emprego.

AGÊNCIA GOV. Novo PAC vai investir R$ 342,6 bilhões no Rio de Janeiro. 11 ago. 2023. https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202308/novo-pac-vai-investir-r-342-6-bilhoes-no-rio-de-janeiro-em-obras-e-servicos-para-melhorar-a-vida-da-populacao.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Moradores de Belford Roxo (RJ) recebem 700 moradias do Minha Casa, Minha Vida. 21 set. 2018. https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/moradores-de-belford-roxo-rj-recebem-700-moradias-do-minha-casa-minha-vida/.

BRASIL. Ministério da Saúde. Farmácia Popular. Balanço da Saúde 2024. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/balancos/2024/farmacia-popular/farmacia-popular/.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultados das eleições 2026. https://resultados.tse.jus.br/.

BRASIL DE FATO. Lula amplia votação nos municípios da Baixada Fluminense; Duque de Caxias e Nova Iguaçu lideram. 26 out. 2026. https://www.brasildefato.com.br/2026/10/26/lula-amplia-votacao-nos-municipios-da-baixada-fluminense-duque-de-caxias-e-nova-iguacu-lideram/.

ELEITOR BRASIL. Rio de Janeiro — Presidente: comparação entre o primeiro e o segundo turno de 2026. https://eleitorbrasil.com/2026/comparar/turnos/presidente/rj.

O DIA. Waguinho e Daniela reforçam articulação na Baixada em campanha de Lula. 2026. https://odia.ig.com.br/belford-roxo/2026/10/amp/7316882-waguinho-e-daniela-reforcam-articulacao-na-baixada-em-campanha-de-lula.html.

JORNAL NACIONAL. Apoiadores de Lula foram às ruas neste sábado em cidades e capitais. 17 out. 2026. https://g1.globo.com/google/amp/jornal-nacional/noticia/2026/10/17/apoiadores-de-lula-foram-as-ruas-neste-sabado-em-cidades-e-capitais.ghtml.

Balanço dos partidos de esquerda

Klaus Graban[29]

O presente artigo se insere na sequência das análises acerca do campo progressista e sua atuação na eleição de 2026, compondo o 4 boletim acerca do tema. A escrita deste volume ocorre após a vitória de Luís Inácio Lula da Silva sobre o candidato Flávio Bolsonaro, vitória esta que rompe com características históricas de nossos pleitos e assegura ao petista o quarto mandado como presidente do Brasil, outro fato inédito. Nesta semana posterior a vitória de Lula sobre o candidato da extrema direita, acompanhamos movimentações importantes sobre o rumo da democracia brasileira e quais serão seus arranjos pelos próximos quatro anos, a começar pela fuga do candidato Bolsonaro para os Estados Unidos, a tentativa de descredibilizar o processo eleitoral e ainda articular com os norte-americanos algum tipo de intervenção.

Porém o foco de análise deste breve artigo será aprofundar algumas teses acerca do surgimento de um novo campo de renovação no campo progressista e focar na sua atuação no segundo turno da eleição presidencial. Como proposto no artigo anterior, houve um processo de renovação dentro da esquerda no Congresso Nacional e foi justamente a estas figuras que podemos associar uma mudança de postura da campanha petista no segundo turno. Não que estes não estivessem engajados com a campanha de Lula desde o primeiro turno, mas a partir da derrota e do sinal de alerta sobre a coordenação que gerou o resultado do primeiro momento da eleição, estas novas figuras foram convocadas a estarem a frente das redes sociais e das estratégias da campanha petista.

De forma resumida renovação das candidaturas da esquerda representou uma ampliação das formas de mobilização política em torno da candidatura de Lula, incorporando novas pautas, atores sociais, linguagens e espaços de disputa que ultrapassaram as estruturas tradicionais dos partidos políticos. Portanto,

[29] Doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFF, é graduado e mestre em Ciências Sociais pela UERJ.

artigo investigará qual foi o papel político, social e eleitoral das novas lideranças da esquerda na construção da candidatura e da vitória de Lula.

Linha do Tempo

A votação no dia 4 de Outubro terminou com o candidato Flávio Bolsonaro obtendo 56.104.503 contra 53. 879.538 votos em Lula, totalizando um percentual de 47,03% a 45,16% para a candidatura bolsonarista. Em termos históricos, nunca antes em nossa história republicana um candidato que havia largado na frente do primeiro turno sofreu a virada no segundo turno. Além disso, os números de abstenções e votos brancos/nulos também esteve em um dos patamares mais elevados da história, chegando a 21,08% do eleitorado, cerca de 33,4 milhões de pessoas. O quadro posto era de grande dificuldade para o campo progressista, enquanto a candidatura bolsonarista discutia até formação do futuro magistério e negociava como atuaria com a maioria obtida tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado Federal. Candidatos eleitos como Lucas Pavanatto, Nicolas Ferreira e Eduarda Campoppiano assumiram papel de destaque por suas expressivas votações e se colocavam como a "nova cara" da política brasileira.

Na segunda seguinte a eleição, há um primeiro movimento de rua convocado por estudantes de Universidade Federal Fluminense (UFF) convocando os estudantes do Brasil e se posicionarem contra a proposta de cortes de verbas proposta por Flávio, chamado de "tesouraço". Este parece ter sido o estopim para que a juventude se organizasse e convocasse atos e manifestações por todo território nacional. No dia 7 de Outubro há outro evento importante que de fato baseia nossa hipótese, Lula convoca uma reunião com os jovens parlamentares eleitos, lideranças da juventude e influenciadores digitais para discutir as estratégias para o segundo turno. Lá estavam diversos nomes apresentados no boletim anterior, como Ana Elisa, Guilherme Cortez, Erika Hilton, entre outros.

A partir deste encontro as estratégias de rede, os conteúdos e formatos dos vídeos do presidente Lula mudam por completo já nas primeiras horas, neste ponto talvez a mudança mais emblemática tenha sido a incorporação de vídeos selfies, com menor produção profissional e uma linguagem mais direta. Estas

mudanças soma-se ao aumento de atos de rua e a maior mobilização das pautadas da juventude acerca de melhorias para o futuro. Além disso, alguns eventos como a votação pelo fim da escala 6x1, o fim das Bets e a promessa de mais investimentos em educação e empreendedorismo fizeram o governo Lula melhorar seus níveis de aprovação em um curto espaço de tempo. Ao mesmo tempo, houve outro ponto importante para a mobilização das redes sociais, o Exército do Lula, iniciativa do deputado federal André Janones, este foi mais um dos acontecimentos que permitiram que a campanha petista mudasse a estratégia e "ganhasse" as redes. Neste canal do aplicativo Whatsapp, o deputado "comandava missões" de engajamento para que as propostas e conteúdos do presidente assumissem um lugar de destaque e fosse entendido pelos algoritmos como um conteúdo relevante a ser distribuído pelos aplicativos.

Este conjunto de fatores por si só não mudariam os resultados da eleição no sentido de buscar os votos dos candidatos mais alinhados a direita, e foi exatamente neste entendimento que as novas estratégias de comunicação e da campanha coordenada com as jovens lideranças voltaram sua atenção para os votos indecisos, nulos e brancos. A disputa pelos eleitores de Caiado, Zema e Renan não seria o mais produtivo, era necessário buscar os votos das pessoas que não foram as urnas no primeiro turno. Esse voto, teria de ser conquista com estratégias que dialogassem com o cansaço da velha política e suas práticas, que reconhecesse os limites do governos Lula3 e que ainda pudesse trazer algum grau de otimismo e esperança acerca do futuro do país, e ninguém melhor que as novas lideranças da juventude para fazer essa ponte e dialogar com tais anseios.

Novos protagonistas, novas estratégias

O ponto central da renovação da esquerda ocorrida no Congresso nacional, não reflete propriamente uma questão geracional, a mudança vai muito além apenas de um recorte de idade das candidaturas, devemos destacar quais foram as características e transformações que estes nomes trouxeram para o campo progressista e posteriormente para campanha presidencial. Primeiramente há de se reconhecer que estes não vieram de uma origem partidária "clássica", a entrada de lideranças que não construíram suas trajetórias

exclusivamente dentro das estruturas partidárias tradicionais fez com que tais candidaturas não tivessem algumas das práticas políticas da velha guarda e tivessem ainda uma autonomia maior de atuação perante as redes socias e a campanha como um todo.

Outro aspecto importante deste novo momento foi presença de representantes de movimentos populares, movimentos trabalhistas e organizações sociais que não estavam mais alinhados com o petismo de primeira hora. Assim como destaco no boletim anterior, pautas como os direitos trabalhistas de uma nova classe trabalhadora, impactada diretamente pelo avanço das tecnologias de comunicação e os impactos das reformas trabalhista e da previdência, trouxe para a arena política temas contemporâneos e pautas como o fim da escala 6x1 para exemplificar. Esta pauta, por mais que tenha sido incorporada pelo governo petista não foi tratada como uma vitória governista apenas e foi muito explorada pelo fato da candidatura bolsonarista se colocar contrária desde o início do debate. Outras pautas também foram incorporadas como o perdão dos MEIs e o Pé de Meia para a graduação, dialogando com os anseios de uma juventude ainda indecisa sobre o voto.

A maior visibilidade de mulheres, pessoas negras e representantes LGBTQIA+ também fez com que as pessoas se mobilizassem para ir para a rua com o mote de defesa de direitos individuais e coletivos, se opondo a candidatura bolsonarista que por muitas vezes se associava a figuras e discursos de violência e exclusão de minorias sociais. A ida as ruas em grandes mobilizações nacionais fizeram com que os movimentos sociais ganhassem folego para disputar os votos indecisos e de pessoas mais velhas, incluindo aquelas que não eram mais obrigadas a votar pela legislação eleitoral do país.

Em resumo, a entrada destas novas lideranças da esquerda permitiu a capacidade de estabelecer comunicação com segmentos da população que não necessariamente se identificam com a linguagem tradicional da esquerda e ampliassem a atuação em conjunto com a campanha petista, assumindo novas formas de dialogo virtual, em consonância com atividades de rua e nos territórios. Como dito anteriormente, este não foi o único aspecto que transformou um resultado ruim no primeiro turno em uma virada histórica, foi uma das mudanças que permite investigar a virada petista.

Assim é necessário entender que a mobilização digital caminhou em conjunto organização popular. Nas redes sociais anônimos e lideranças eram incentivadas a relatar suas experiências cotidianas em seus lugares de trabalho e moradia lincando com os vídeos e incentivos dos novos representantes parlamentares. As novas lideranças conseguiram se somar pautas históricas da esquerda como a diminuição da carga horário, renovando a linguagem e trazendo novas formas de comunicação. Pautas como trabalho, qualidade de vida, tempo livre e direitos sociais explodiram nas redes sociais, diferenciando em dois projetos distintos entre esquerda e direta, lulismo e bolsonarismo, logo a escolha para o cargo de presidente não era mais sobre quem comandava o país pelos próximos 4 anos, mas assumia um aprofundamento no impacto sobre a vida real das pessoas em seu cotidiano, essa foi das chaves para chamar para o centro do debate os indecisos e abstenções.

Vale aprofundar quais foram as estratégias de redes sociais utilizadas de forma mais intensa no segundo turno. Desde o encontro do dia 7 de Outubro a mudança foi imediata, a campanha passou a adotar a utilização de vídeos curtos e conteúdos de linguagem popular. Esses novos atores também tiveram a capacidade de transformar assuntos complexos em debates cotidianos, aproximando os eleitores. Outro aspecto que fugiu do controle da coordenação da campanha petista foi comunicação política sem depender exclusivamente da estrutura de comunicação dos próprios partidos, assim qualquer figura podia não só engajar ou compartilhar conteúdos, mas ser um criador dos mesmos, e este foi um dos aspectos que consolidou a esquerda como um força real na disputa de narrativas com a direita nas plataformas digitais, terreno dominado pelo bolsonarismo desde a eleição de 2018. A participação de influenciadores, comunicadores e militantes digitais coordenados pelas novas lideranças da esquerda fizeram total diferença nesta estratégia de embate. Por fim, A relação entre os perfis pessoais das novas lideranças e a comunicação institucional da campanha de Lula aproximou a campanha petista de forma orgânica ao terreno que antes era tido como um grande desafio.

"Nunca antes na história deste país"

Como resultado, o presidente Luís Inácio Lula da Silva obteve 64.256.232 votos, correspondentes a 51,79% dos votos válidos. Flávio Bolsonaro obteve 48,21%, conquistando seu quarto mandato e fazendo uma histórica virada com a chegada de mais de 10 milhões de votos entre um turno e outro. Os pontos apresentados neste boletim não são totalmente conclusivos pois esta eleição ainda será debatida por algum tempo, estes são o pontapé inicial na tentativa de compreender de que forma foi possível o campo progressista sair de um resultado muito ruim no primeiro turno para uma das vitórias mais emblemáticas da democracia brasileira.

Ao mesmo tempo, as dificuldades impostas na conjuntura permanecem assim como terminou o primeiro turno: Câmara e Senado com maioria da extrema direita bolsonarista, o desgaste da própria democracia frente a escândalos envolvendo os três poderes da República e ainda uma sociedade que dividiu novamente em dois projetos que extrapolam o ambiente político e dominam o cotidiano de milhões de brasileiros e brasileiras.

Em relação ao campo progressista, objeto de análise deste o primeiro boletim, diversos desafios ainda estão colocados. A Federação PSOL e REDE obteve vitória em relação ao arredondamento de sua votação no Espírito Santo e conseguiu superar a cláusula de barreira, garantindo aos partidos condições mínimas para seu funcionamento durante os próximos 4 anos. O desafio agora é pensar como manter-se independente do projeto petista e seguras suas lideranças e candidaturas que enxergam a Federação Brasil da Esperança como um caminho viável. Ao mesmo tempo o PDT já se reuniu e tem como encaminhamento a federação com o PSB como estratégia prioritária, apesar de não ser a única, mas esta federação ganha um contorno de necessidade para que a legenda trabalhista se mantenha atuante em nível institucional. Todas estas movimentações se tornam menos complexas com a vitória do presidente Lula, dando folego as legendas da base de apoio ao governo federal.

Por fim, concluo esta série indicando mais dois aspectos importantes para o futuro campo progressista e sua renovação. Primeiramente é o reconhecimento que há uma nova geração pedindo passagem para liderar a esquerda nos próximos anos, novas pautas, formatos e estratégias começam a surgir no

horizonte. E essa renovação deve ser um dos temas mais importantes e debatidos pelos próximos anos, principalmente por esta ser uma necessidade em buscar o sucessor de Lula, tarefa muito difícil e espinhoso, ainda mais quando pensada a partir do tamanho da figura histórica que o Presidente se tornou sendo um dos pilares para a democracia brasileira desde sua gestação ainda durante o período da ditatura até os dias atuais e a luta pela preservação da mesma.

Soberania Alimentar Pós Campanha Presidencial: Perspectivas e propostas para o novo Governo Lula

Luíza Betânia Gevergí Lacerda[30]

INTRODUÇÃO

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, recoloca no centro do debate político brasileiro os desafios relacionados à soberania alimentar, ao custo de vida e à capacidade do Estado de assegurar condições dignas de alimentação à população. Após uma disputa eleitoral acirrada, marcada por diferentes interpretações sobre os rumos econômicos e sociais do país, a vitória de Lula abre um novo período de expectativas em torno da continuidade e do aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à produção, ao abastecimento e ao acesso aos alimentos.

A vitória de Lula nas urnas evidencia a necessidade da população a valorização das demandas sociais que deverão assumir importância significativa para o próximo mandato. Nesse contexto, a questão alimentar merece atenção especial. Embora o Brasil tenha apresentado avanços no enfrentamento da fome, a permanência de dificuldades relacionadas ao preço dos alimentos, à distribuição de renda e às desigualdades regionais demonstra que a soberania alimentar não pode ser compreendida apenas pela capacidade nacional de produzir grandes quantidades de alimentos.

Trata-se também de discutir quem produz, como os alimentos circulam, quais interesses orientam sua comercialização e em que condições chegam à mesa das famílias brasileiras. Diante disso, este boletim busca analisar as perspectivas para a soberania alimentar no governo Lula de 2027 a 2030, considerando especialmente os preços praticados nos supermercados, os instrumentos públicos de incentivo à produção de alimentos e os desafios para

[30] Luiza Betânia Gevergí Lacerda, Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, pela UFRRJ.

transformar avanços econômicos e produtivos em melhorias concretas nas condições de vida da população.

A reeleição de Lula e os desafios do poder de compra

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2026, representa a continuidade de um projeto político que historicamente atribui importância às políticas sociais, à valorização do salário-mínimo, ao fortalecimento da agricultura familiar e ao combate à fome. Entretanto, a permanência desse projeto no governo não assegura, por si só, a superação das desigualdades que dificultam o acesso da população à alimentação adequada. Entre os principais desafios do próximo mandato, destaca-se o preço dos alimentos, uma questão diretamente relacionada às condições de vida das famílias brasileiras. Os supermercados constituem espaços onde a população percebe concretamente os efeitos da economia, uma vez que o custo dos produtos essenciais compromete parte significativa da renda familiar, especialmente entre os grupos socialmente mais vulneráveis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2026), a inflação acumulada nos doze meses encerrados em setembro de 2026 alcançou 4,58%. Embora esse indicador represente a variação geral dos preços, é importante considerar que os alimentos apresentam comportamentos distintos. Além disso, a desaceleração inflacionária não significa necessariamente a redução dos preços anteriormente praticados, o que evidencia a permanência das dificuldades enfrentadas pelas famílias na aquisição de produtos básicos. Nesse contexto, uma das principais expectativas para o governo Lula entre 2027 e 2030 consiste na implementação de estratégias capazes de aproximar a capacidade produtiva brasileira das necessidades alimentares da população. A estabilidade dos preços depende de fatores como condições climáticas, custos de produção, transporte, armazenamento e dinâmica dos mercados. Embora o governo não determine diretamente os preços dos supermercados, dispõe de instrumentos para estimular a produção, fortalecer o abastecimento e reduzir vulnerabilidades nas cadeias alimentares.

A atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a formação de estoques públicos estratégicos e o incentivo à comercialização regional

constituem possibilidades para ampliar a estabilidade da oferta. Entretanto, essas iniciativas exigem planejamento e investimentos contínuos. Assim, o desafio ultrapassa a promessa de alimentos mais baratos, envolvendo a construção de condições para que a produção nacional se traduza em maior acesso à alimentação e melhoria do poder de compra.

Políticas públicas e perspectivas para a soberania alimentar (2027–2030)

O fortalecimento da agricultura familiar deverá ocupar posição estratégica nas políticas de soberania alimentar do próximo governo. Além de contribuir para o abastecimento interno, esse segmento desempenha papel relevante na geração de renda, na permanência das famílias no campo e na valorização das economias locais. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2026/2027 prevê R$ 85,2 bilhões para operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), incluindo linhas de crédito com juros reduzidos para a produção de alimentos e sistemas agroecológicos (BRASIL, 2026b). Entretanto, o acesso ao financiamento precisa estar associado à assistência técnica, à infraestrutura, à adaptação climática e às oportunidades de comercialização, de modo que os investimentos resultem efetivamente no fortalecimento produtivo.

Nesse sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) constitui um importante instrumento de articulação entre produção e consumo, ao possibilitar a compra de produtos da agricultura familiar destinados ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade. Da mesma forma, a ampliação de 30% para 45% do percentual mínimo de recursos federais destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar representa uma oportunidade de valorização da produção local e de diversificação alimentar (BRASIL, 2026c). Apesar dessas perspectivas, a consolidação da soberania alimentar dependerá da capacidade de enfrentar desafios estruturais. A necessidade de articulação entre governo federal, Congresso Nacional, estados e municípios, associada às limitações orçamentárias e aos impactos das mudanças climáticas, poderá influenciar diretamente a continuidade e a efetividade das políticas públicas.

Outro aspecto fundamental será a relação entre produção, renda e consumo. O fortalecimento das cooperativas, das feiras e dos mercados regionais

poderá contribuir para ampliar os canais de comercialização e reduzir determinados custos de intermediação. Paralelamente, a valorização do salário-mínimo e as políticas de transferência de renda poderão favorecer o poder de compra das famílias, desde que acompanhadas de condições adequadas de abastecimento. Dessa forma, a avaliação do governo Lula entre 2027 e 2030 não deverá se restringir ao volume de recursos anunciados ou à expansão da produção agropecuária. Será necessário observar resultados concretos, como a evolução dos preços da cesta básica, a redução da insegurança alimentar, a ampliação da renda e o acesso dos agricultores às políticas públicas. A soberania alimentar exige, portanto, uma compreensão que ultrapasse a disponibilidade de alimentos, incorporando a autonomia produtiva, a sustentabilidade e a garantia de acesso à alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2026 representa não apenas a continuidade de um projeto político que historicamente prioriza o enfrentamento da fome e das desigualdades sociais, mas também a renovação de expectativas em torno da capacidade do Estado brasileiro de promover avanços na garantia do direito à alimentação. Entretanto, a continuidade das políticas públicas, por si só, não assegura a superação dos desafios estruturais que ainda caracterizam o sistema agroalimentar brasileiro. Embora o país apresente expressiva capacidade produtiva e ocupe posição de destaque no cenário agrícola internacional, persistem contradições entre a abundância da produção, a distribuição de renda e as condições reais de acesso aos alimentos por parte da população.

Nesse contexto, os preços praticados nos supermercados continuarão sendo um dos principais indicadores dos desafios econômicos e sociais enfrentados pelas famílias brasileiras. A redução da inflação, embora importante, não significa necessariamente a recuperação do poder de compra, especialmente entre as populações de menor renda. Dessa forma, o enfrentamento da questão alimentar exige medidas que ultrapassem o controle das oscilações de preços, envolvendo o fortalecimento da produção de alimentos essenciais, a organização

dos sistemas de abastecimento e a ampliação das condições de acesso a uma alimentação adequada e saudável.

As políticas de incentivo à agricultura familiar, como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as compras públicas destinadas à alimentação escolar, apresentam possibilidades concretas de aproximação entre produção, comercialização e consumo. Contudo, sua efetividade dependerá da continuidade dos investimentos, da ampliação da assistência técnica e da capacidade de enfrentar desafios relacionados às desigualdades territoriais, às limitações orçamentárias e aos impactos das mudanças climáticas. Nesse sentido, a soberania alimentar deve ser compreendida como uma construção que envolve não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também a autonomia dos produtores, a valorização dos territórios rurais, a sustentabilidade ambiental e a distribuição social dos benefícios gerados pela produção agrícola.

Diante desse cenário, o principal desafio do governo Lula entre 2027 e 2030 será transformar a continuidade das políticas públicas em mudanças estruturais capazes de aproximar a capacidade produtiva brasileira das necessidades alimentares de sua população. Mais do que ampliar a produção ou anunciar investimentos, será necessário assegurar que os resultados dessas iniciativas sejam percebidos na renda dos agricultores, nos preços dos alimentos e, sobretudo, nas condições de vida das famílias. Afinal, de que maneira um país reconhecido mundialmente por sua capacidade de produzir alimentos poderá consolidar sua soberania alimentar se parte de sua população ainda enfrenta dificuldades para acessá-los de forma digna, regular e economicamente viável? Essa reflexão deverá permanecer no centro do debate sobre os rumos das políticas alimentares brasileiras nos próximos quatro anos.

Considerações finais

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2026/2027**. Brasília, DF: MDA, 2026b. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2026/07/plano-safra-da-agricultura-familiar-2026-2027.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Brasília, DF: MDS, [s.

d.]. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Nova resolução do PNAE traz novas regras para fortalecer a agricultura familiar e amplia oportunidades de comercialização**. Brasília, DF: MDA, out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2026/10/nova-resolucao-do-pnae-traz-novas-regras-para-fortalecer-a-agricultura-familiar-e-amplia-oportunidades-de-comercializacao.

IBGE. **Painel de Indicadores: inflação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indicadores/inflacao.

Caminhos e impasses de Lula IV: entre austeridade fiscal, populismo penal e a agenda popular

Michel da Rosa Gonçalves[31]

INTRODUÇÃO

Projetar um futuro que se abre só é possível numa mirada retrospectiva. Não se trata necessariamente de olhar para um passado distante. Muitas vezes, os impasses do presente encontram suas explicações nos processos políticos mais recentes. Este boletim busca refletir sobre os desafios estratégicos do governo Lula IV. Para isso, será necessário recuperar o contexto histórico e geopolítico que tornou possível a abertura deste novo ciclo político.

O próximo governo Lula será confrontado por uma questão que ultrapassa os limites tradicionais da segurança pública. Mais do que um debate sobre policiamento, encarceramento ou combate ao crime organizado, a segurança tornou-se um dos principais instrumentos de disputa política, econômica e geopolítica na América Latina. Compreender os rumos dessa agenda significa compreender também as possibilidades e os limites do novo ciclo político inaugurado pela derrota da extrema direita na disputa presidencial.

Nesse sentido, a principal questão para os próximos anos não é apenas como o governo responderá à violência ou ao avanço das organizações criminosas, que têm ampliado seu repertório de formas de regular a vida das populações. A questão central é se o governo Lula IV conseguirá retirar a segurança pública da posição de eixo organizador do conflito político nacional. A hipótese deste boletim é que o peso da segurança pública na vida política brasileira não depende apenas dos indicadores de violência, mas, sobretudo, da capacidade do governo de responder aos anseios materiais da população.

Caso Lula consiga impulsionar um novo ciclo de distribuição de renda, desenvolvimento econômico, industrialização e ampliação das condições de vida

[31] Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ)

das maiorias populares, a segurança pública, enquanto tema moralizante do debate público, tende a perder parte de sua força mobilizadora. A violência continuará existindo como problema social relevante, mas deixará de funcionar como principal canal de capitalização política do descontentamento popular pela extrema direita.

O cenário oposto também é possível. Caso o governo permaneça subordinado às restrições fiscalistas e preserve mecanismos de austeridade que limitem investimentos sociais e produtivos, a segurança pública poderá reassumir posição central na disputa política. Em contextos de deterioração das condições de vida, o discurso punitivista reaparece como resposta simplificada para problemas cuja origem é econômica, social e política.

Ao mesmo tempo, essa disputa não ocorre apenas no âmbito interno. A transformação da segurança pública em eixo estratégico da política externa dos Estados Unidos faz com que o debate sobre violência, narcotráfico e crime organizado seja também um debate sobre soberania nacional e sobre o papel do Brasil no cenário internacional.

Em suma, parte importante do sucesso ou fracasso do governo Lula IV dependerá da sua capacidade de converter recursos estratégicos em desenvolvimento nacional. O país inicia este novo período dispondo de condições para isso, tanto pela expansão da exploração petrolífera na margem equatorial quanto pela abundância de minerais críticos necessários à transição energética e ao desenvolvimento de novas tecnologias. O desafio consiste em converter essas vantagens em infraestrutura, industrialização, inovação tecnológica soberana e melhoria das condições concretas de vida da população.

Para compreender como a segurança pública alcançou tamanha centralidade na vida política brasileira, no entanto, é necessário observar brevemente o processo histórico que conduziu o país até aqui.

OS MARCOS DO CONFLITO POLÍTICO RECENTE

Para compreender os desafios colocados ao governo Lula IV é necessário observar brevemente o processo histórico que tornou possível sua eleição. O debate sobre soberania nacional e os riscos de subordinação do país a interesses

externos desempenhou papel relevante na mobilização política do segundo turno de 2026.

Os riscos representados por uma eventual vitória do bolsonarismo, que havia formado maioria no primeiro turno com expressiva presença parlamentar, tornaram-se cada vez mais evidentes nas declarações de Flávio Bolsonaro, então candidato à Presidência da República. Ao defender mudanças constitucionais, o fim da reeleição presidencial e a ampliação do tempo de mandato, o candidato sinalizava para uma ruptura com os marcos políticos estabelecidos pela Constituição de 1988. Em um dos episódios mais emblemáticos, chegou a afirmar que iria "redemocratizar" o país e colocar fim ao Partido dos Trabalhadores.

Essas declarações acenderam o alerta de que o projeto político bolsonarista possuía como horizonte o encerramento do ciclo inaugurado pela Nova República. O que estava sob ataque não eram apenas governos específicos ou determinadas lideranças políticas, mas os próprios marcos institucionais estabelecidos pela Constituição de 1988, que consolidou importantes direitos sociais, políticos e civis e estabeleceu as bases para a construção de um país mais democrático e soberano.

Os governos petistas foram, em larga medida, a principal expressão política desse ciclo histórico. A primeira década dos governos Lula caracterizou-se por crescimento econômico, distribuição de renda e ampliação do acesso ao ensino superior para camadas populares historicamente excluídas desses espaços. Todavia, a ausência de reformas estruturantes, especialmente as reformas agrária e urbana, preservou contradições que emergiram com força nas Jornadas de Junho de 2013.

As manifestações iniciadas em torno da pauta do passe livre rapidamente se transformaram em um movimento de massas difuso que expressava tanto expectativas de aprofundamento democrático quanto insatisfações com os limites do modelo de inclusão social construído até então. Ao mesmo tempo, abriram espaço para o surgimento de uma nova direita organizada que passou a disputar o significado político das ruas.

Significativo, no entanto, é que mais de uma década depois o debate sobre o passe livre tenha voltado a aparecer, ainda que parcialmente, no horizonte do governo Lula IV, associado à discussão sobre o fim da escala 6x1. A aproximação

dessas pautas sugere uma tentativa de responder, ainda que nos limites da pactuação com as elites econômicas, a demandas historicamente ligadas à ampliação da cidadania social e urbana.

Naquele momento, as respostas inicialmente ensaiadas pelo governo Dilma às Jornadas de Junho incluíram a ampliação dos investimentos em mobilidade urbana, a criação do Programa Mais Médicos e a destinação de parte significativa dos royalties do petróleo para a educação e a saúde. Propostas mais ambiciosas, contudo, como a reforma política, não avançaram.

A reeleição de Dilma em 2014 marcaria uma inflexão distinta. Diante da desaceleração econômica e das pressões dos mercados financeiros, a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda sinalizou uma tentativa de repactuação com as elites econômicas por meio de uma agenda de ajuste fiscal. O movimento aprofundou o desgaste do governo, abriu caminho para o impeachment de Dilma Rousseff e para a agenda da direita tradicional, sintetizada na Ponte para o Futuro, criando as condições políticas que culminaram na prisão de Lula, posteriormente anulada pelo Supremo Tribunal Federal, e na ascensão do bolsonarismo.

MORALISMO ANTICORRUPÇÃO, PUNITIVISMO E A ASCENSÃO DO POPULISMO PENAL

O golpe contra Dilma Rousseff e a implementação da agenda contida na "Ponte para o Futuro" não foram produzidos apenas por rearranjos parlamentares ou por pressões estritas do mercado financeiro. Esse processo foi precedido e sustentado pela construção de uma poderosa moralidade pública organizada em torno da anticorrupção. A cobertura e concomitante produção intensiva de grandes escândalos pelos principais veículos de comunicação contribuiu para consolidar, no imaginário social brasileiro, uma associação duradoura entre corrupção e o Partido dos Trabalhadores, associação que ultrapassou os próprios acontecimentos materiais que lhe deram origem e permaneceu sendo mobilizada pela extrema direita ao longo dos anos. A corrupção oferecia, assim, a gramática mobilizadora da insatisfação pública, enquanto a punição fornecia os instrumentos e a legitimidade institucional para neutralizar adversários políticos.

Esse punitivismo, por sua vez, não se restringia ao campo da disputa eleitoral nem nasceu da noite para o dia. Ele foi cultivado ao longo de décadas por processos sociais complexos, que incluem a consolidação de novas formas de governança criminal, a expansão territorial de facções armadas e milícias, frequentemente em coexistência com segmentos do próprio aparelho estatal, e o fortalecimento progressivo das burocracias policiais e penais. A ampliação constante das operações de Garantia da Lei e da Ordem, o crescimento acelerado do encarceramento e a militarização da gestão urbana sedimentaram um senso comum penal compartilhado por amplos setores da sociedade. Em nome da produção da ordem, legitimaram-se formas crescentes de controle sobre periferias e populações vulneráveis.

Paradoxalmente, a mesma racionalidade punitiva que encontrou aceitação inclusive entre parcelas importantes do campo progressista converteu-se em um dos maiores obstáculos para a própria esquerda. Ao naturalizar a expansão do poder punitivo e fortalecer instituições investidas de elevada autoridade moral, criaram-se as condições para que essas mesmas ferramentas fossem posteriormente mobilizadas contra lideranças, movimentos e projetos identificados com a esquerda.

A convergência entre a crise econômica pós-2014, a moralidade anticorrupção e a consolidação do punitivismo produziu o terreno no qual o bolsonarismo emergiu não como uma ruptura fortuita, mas como a radicalização de tendências já presentes na democracia brasileira. O populismo penal encontrou nele sua expressão política mais acabada, transformando a militarização da vida pública e o combate ao inimigo interno em um projeto explícito de governo.

A NOVA GEOPOLÍTICA DA SEGURANÇA

Contudo, essa dinâmica não pode ser compreendida exclusivamente a partir de fatores domésticos. Nos últimos anos, a segurança pública deixou de ser um tema meramente local para se posicionar no centro da política internacional e da geopolítica hemisférica. A influência histórica dos Estados Unidos sobre as políticas de segurança da América Latina adquiriu nova escala diante da intensificação da disputa geopolítica global com a China. A

reatualização de preceitos da Doutrina Monroe articula, sob uma mesma estratégia, segurança regional, comércio internacional, política externa e disputa por áreas de influência.

Nesse contexto, o combate ao narcotráfico e ao crime organizado deixa de operar como simples assunto de segurança pública e passa a funcionar como vetor de reorganização geopolítica do continente. A tentativa de enquadrar o crime organizado na gramática do contraterrorismo, impulsionada de forma incisiva no cenário internacional recente, amplia as justificativas para intervenções econômicas, institucionais e até militares na América Latina. Iniciativas de cooperação militar regional buscam alinhar os países do continente à estratégia geopolítica norte-americana, convergindo o discurso do combate às facções armadas com interesses econômicos vitais, como o controle de mercados estratégicos, a garantia de reservas energéticas e o acesso prioritário a minerais críticos fundamentais para a transição energética e a corrida tecnológica global.

Foi precisamente nessa interseção entre pressões econômicas cotidianas e disputas de soberania que o pleito eleitoral de 2026 se estruturou. Diferente do cenário de 2018, no qual o populismo penal prosperou de forma quase desimpedida, as eleições de 2026 demonstraram os limites do discurso centrado exclusivamente na repressão policial. A vitória do projeto liderado por Lula não resultou de uma aprovação plena ou entusiástica a um governo mantido sob as amarras de regras fiscais restritivas, mas da compreensão de que a candidatura de Flávio Bolsonaro representava a ameaça de perda ampla de direitos sociais historicamente conquistados e a deterioração definitiva das condições de vida.

Ao mesmo tempo, acenos estratégicos relevantes e conquistas decisivas, viabilizados pela articulação política e pela pressão vinda das redes e das ruas, com destaque para a aprovação do fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais sem diminuição salarial (uma das maiores vitórias da classe trabalhadora neste século), converteram-se em apoio popular direto nas urnas, permitindo ao campo progressista reconectar-se com os anseios materiais da população e abrir caminho para a eleição do governo Lula IV.

IMPASSES E AS SAÍDAS ESTRATÉGICAS PARA LULA IV

Diante desse quadro, a questão decisiva que se abre para o governo Lula IV não é a elaboração de uma nova doutrina de segurança, mas a capacidade de escapar da armadilha armada pelo populismo penal. Em termos analíticos, a superação desse impasse exige compreender que a força da pauta de segurança no debate público é inversamente proporcional à capacidade do governo de responder às necessidades materiais da população.

Caso a gestão permaneça subordinada ao estrangulamento fiscalista e à preservação de regras de austeridade, a tendência projetada é que a deterioração das condições concretas de vida faça com que a segurança pública volte a se impor como o centro organizador do conflito político nacional. Em contextos de estagnação e perda de horizontes, o discurso punitivista reaparece como a resposta simplificada mais eficiente para capitalizar o descontentamento popular.

Por outro lado, se o governo adotar uma agenda popular fundada no desenvolvimentismo material, na reindustrialização e na expansão da renda, projeta-se um deslocamento profundo no debate público. A violência urbana continuará existindo como um problema social relevante, mas a segurança pública deixará de mobilizar os anseios políticos e a angústia da população brasileira, esvaziando o principal canal de mobilização da extrema direita. Essa encruzilhada desenha dois cenários prospectivos claros para o próximo período.

Projeção de Cenários para o Governo Lula IV

Dimensão	Cenário I: Governo Popular	Cenário II: Governo com restrição fiscalista
Diretriz Econômica	Expansão de investimentos sociais, distribuição de renda e reindustrialização.	Preservação de regras rígidas de austeridade e bloqueio de investimentos.
Capacidade mobilizadora do eixo de segurança pública	Retração como pauta moral e moralizante: a violência urbana perde força apelativa e passa a ser tratada como problema social relativo.	Reassunção da segurança pública como eixo organizador do conflito político: a violência passa a ser associada à incapacidade da esquerda.
Dinâmica Eleitoral	Neutralização do principal vetor de capitalização política da extrema direita.	Fortalecimento do discurso punitivista, como resposta simplificada à crise de bem-estar, e expansão da capacidade mobilizadora da extrema direita.

Retirar a segurança pública da posição de tema moralizador e centro da disputa política é, portanto, o teste decisivo dos próximos anos. Historicamente, quando o debate público se deixa tragar pela gramática do medo e da punição, o terreno favorece os projetos de corte autoritário. O sucesso do governo Lula IV dependerá menos da capacidade do Estado em responder com o endurecimento penal e mais da sua habilidade em converter ativos estratégicos em infraestrutura, inovação, soberania e bem-estar. Afinal, é apenas ao colocar o trabalho, a industrialização e a renda no centro da vida nacional que se torna possível desarmar a violência como principal linguagem da política brasileira.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Petrobras inicia testes e amplia plano de exploração de petróleo na Margem Equatorial. **Agência Brasil**, Economia, 2 out. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 3 nov. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 nov. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 3 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação nos royalties e da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 3 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013**. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12871.htm. Acesso em: 3 nov. 2026.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 198/2024**. Altera a redação do inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ (CEE-FIOCRUZ). **A Doutrina Monroe e a América Latina: um balanço**. Rio de Janeiro: CEE-Fiocruz. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/a-doutrina-donroe-e-a-america-latina-um-balanco/. Acesso em: 3 nov. 2026.

EL PAÍS BRASIL. As ruas de junho de 2013 e o estopim do passe livre: dez anos depois. **El País Brasil**, Política, São Paulo, 13 jun. 2023.

FACÇÕES criminosas e milícias avançam no controle territorial e na oferta de serviços públicos nas periferias. **O Globo**, Rio, Rio de Janeiro, 15 out. 2023.

FUNDAÇÃO MILTON CAMPOS. **Uma Ponte para o Futuro**. Documento programático do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Brasília, DF: PMDB, 2015.

MINERAIS críticos e terras raras entram no centro da disputa geopolítica entre EUA e China na América Latina. **Valor Econômico**, Internacional, São Paulo, 14 maio 2024.

OPERAÇÕES de GLO e encarceramento em massa não reduziram poder financeiro do crime organizado, apontam especialistas. **Estadão**, Política e Segurança, São Paulo, 20 nov. 2023.

PRESSÃO das redes e das ruas faz avançar PEC pelo fim da escala 6x1 no Congresso. **UOL**, Economia e Política, São Paulo, 13 nov. 2024.

SENADO aprova impeachment, cassa mandato de Dilma e mantém direitos políticos. **G1**, Política, Brasília, DF, 31 ago. 2016.

STF anula condenações de Lula na Lava Jato e devolve direitos políticos ao ex-presidente. **Folha de S.Paulo**, Poder, São Paulo, 8 mar. 2021.

THE GUARDIAN. Donald Trump, Western Hemisphere and Brazil elections: Lula vs Bolsonaro. **The Guardian**, Opinion, London, 4 oct. 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/commentisfree/2026/oct/04/donald-trump-western-hemisphere-brazil-elections-lula-bolsonaro. Acesso em: 3 nov. 2026.

Segurança pública no Rio de Janeiro após as eleições de 2026: os desafios da cooperação entre Lula e Douglas Ruas

Ricardo Ribeiro Baldanza[32]

INTRODUÇÃO

As eleições de 2026 produziram um cenário político particular no Rio de Janeiro. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi reeleito presidente, com 51,79% dos votos válidos no país, enquanto Flávio Bolsonaro (PL) obteve 53,10% dos votos no estado. Douglas Ruas (PL) foi proclamado governador eleito no primeiro turno, com 50,88% dos votos válidos após a retotalização realizada pela Justiça Eleitoral.

A partir de 2027, governos de campos políticos distintos terão responsabilidades complementares na segurança pública fluminense. O combate às facções, a recuperação de territórios e a integração das forças policiais exigirão atuação coordenada, embora existam diferenças sobre fiscalização policial e prioridades de gestão.

O artigo analisa em que medida as convergências e divergências entre as propostas de Lula e Douglas Ruas poderão favorecer ou dificultar essa cooperação. São examinados programas de governo e declarações de campanha, sem confundir propostas com medidas já implementadas.

COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO FEDERATIVA

A Constituição atribui aos estados o policiamento ostensivo e a investigação dos crimes de sua competência, enquanto a União possui atribuições próprias. A Lei nº 13.675/2018 instituiu o Sistema Único de Segurança

[32] Doutorando em Ciências Sociais (PPGCS-UFFRJ)

Pública (SUSP), voltado à integração e à troca de informações entre órgãos de segurança.

Lula propõe ampliar a coordenação federal, a integração da inteligência e o SUSP, além de criar um Ministério da Segurança Pública após a aprovação da PEC nº 18/2025, ainda em tramitação no Senado em 30 de outubro de 2026. Ruas prioriza mapeamento criminal, policiamento territorial e escolha técnica de comandos no Plano do Rio Real 2027–2030.

As medidas podem se complementar: a União oferece mecanismos nacionais, enquanto o estado os aplica à realidade local. O desafio está em conciliar autonomia estadual e critérios comuns de atuação e controle.

PRINCIPAIS CONVERGÊNCIAS

O enfrentamento financeiro ao crime organizado é uma das aproximações mais evidentes. Lula propõe atingir o patrimônio e as fontes de receita de facções e milícias, por meio de inteligência e investigações conjuntas. Ruas apresenta o "Cerco Financeiro", com cooperação entre órgãos policiais, Receita Federal e Ministério Público. Ambos reconhecem que prender executores, sem atingir o financiamento das organizações, tem alcance limitado.

Há convergência também no sistema prisional. Os dois defendem isolar lideranças criminosas e dificultar que presídios sejam utilizados para comandar delitos. Ruas destaca a construção de unidades, a separação dos presos e o rigor disciplinar; Lula enfatiza inteligência penitenciária, articulação entre sistemas e redução da reincidência. São diferenças de instrumentos e prioridades, não propostas necessariamente opostas.

Outra aproximação é a recuperação de territórios controlados por grupos armados. Lula associa a retomada à urbanização, à oferta de serviços e à presença estatal permanente. Ruas propõe policiamento contínuo, recuperação de espaços públicos e escolas como complexos de cidadania, evitando operações sem continuidade. A experiência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) indica, contudo, que a entrada policial não garante, por si só, controle estatal duradouro: são necessários serviços públicos, acompanhamento e participação dos moradores.

Os planos também se aproximam na defesa de tecnologia, inteligência, proteção às mulheres e valorização profissional. Lula enfatiza formação policial e integração nacional; Ruas propõe concursos, melhoria da investigação e ampliação da Patrulha Maria da Penha. A concordância sobre esses objetivos não elimina divergências quanto à fiscalização do trabalho policial.

DIVERGÊNCIAS NO CONTROLE DA ATUAÇÃO POLICIAL

A principal divergência entre Lula e Douglas Ruas está na forma de conciliar a atuação policial com os mecanismos de fiscalização e responsabilização. Lula defende a valorização e a qualificação dos profissionais, associadas à adoção de padrões nacionais para o uso da força, à ampliação das câmeras corporais e ao fortalecimento do controle da atividade policial. Ruas, por sua vez, enfatiza a necessidade de oferecer maior respaldo institucional aos agentes, especialmente nas situações em que precisam utilizar a força para proteger a própria vida ou a população.

Esse respaldo, segundo as propostas de Ruas, envolve a oferta de assistência jurídica gratuita aos policiais em ocorrências relacionadas ao exercício da profissão, além da revisão de processos administrativos que resultaram em expulsões consideradas indevidas. A proposta parte da preocupação de que o policial não seja prejudicado profissionalmente por uma atuação legalmente justificada. Entretanto, esse apoio não elimina a necessidade de investigar eventuais excessos ou irregularidades.

Outra questão importante envolve os indicadores de letalidade policial. Ruas critica o fato de mortes decorrentes de intervenções policiais integrarem o mesmo indicador de letalidade violenta utilizado para avaliar o desempenho das unidades, mesmo quando a atuação do agente é considerada legítima defesa. Para ele, essa situação pode prejudicar injustamente os policiais e influenciar suas decisões operacionais. Contudo, é necessário distinguir o registro estatístico de uma morte da avaliação sobre a legalidade da intervenção. A eventual confirmação da legítima defesa pode justificar tratamento diferenciado nas metas de desempenho, mas não a exclusão da ocorrência dos registros oficiais.

As câmeras corporais também representam um possível ponto de divergência. Enquanto Lula defende a ampliação de seu uso mediante padrões

nacionais, Ruas considera que as regras devem levar em conta as particularidades de cada atividade policial. Embora tenha criticado a utilização das imagens como instrumento de perseguição aos agentes, afirmou que cumprirá as decisões judiciais e que policiais que interferirem irregularmente no funcionamento dos equipamentos deverão ser responsabilizados.

Essas diferenças ganham importância diante das decisões do Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 635, que estabelecem medidas para reduzir a letalidade policial no Rio de Janeiro, aperfeiçoar o planejamento das operações e assegurar a investigação das mortes. Assim, o desafio para a cooperação entre os governos será conciliar a proposta estadual de maior respaldo aos policiais com as diretrizes nacionais de fiscalização e uso da força, respeitando as determinações judiciais. A proteção jurídica dos agentes e a responsabilização por eventuais irregularidades não são objetivos incompatíveis, mas exigem critérios claros para evitar tanto punições indevidas quanto a ausência de controle sobre a atividade policial.

TRABALHO POLICIAL E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Na Polícia Militar, Ruas prevê reorganização do efetivo e policiamento territorial; na Polícia Civil, reforço à investigação e à perícia. Lula destaca formação, integração de dados e inteligência. A cooperação exige atribuições e fluxos de informação definidos.

Câmeras corporais documentam intervenções policiais, enquanto videomonitoramento, reconhecimento facial e leitura de placas atendem a outras finalidades. O uso dessas tecnologias requer regras de acesso, armazenamento e proteção de dados. As câmeras podem auxiliar tanto a investigação de eventuais abusos quanto a comprovação de ações legítimas.

A avaliação da segurança pública não deve confundir atividade com resultado. Abordagens, operações e apreensões revelam produção policial, mas não demonstram, isoladamente, redução dos crimes. É preciso considerar vitimização, esclarecimento de delitos, segurança dos agentes, letalidade e comparação entre áreas e períodos equivalentes. Metas adequadas devem combinar resultados para a população, desempenho institucional e observância das normas.

Quando esses indicadores definem bonificações, comandos ou distribuição do efetivo, avaliações apenas numéricas podem gerar injustiças e insegurança. Uma unidade pode ser prejudicada por registrar morte decorrente de intervenção policial considerada legítima, sem exame das circunstâncias. O receio de afetar metas pode influenciar decisões operacionais e, potencialmente, a segurança da população e dos próprios policiais. Por isso, os critérios precisam considerar a legalidade, o contexto das ocorrências e a proteção efetiva das pessoas.

POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS À COOPERAÇÃO

As propostas convergentes oferecem oportunidades de cooperação no combate às finanças das facções, na inteligência penitenciária e na troca de informações. Sua execução exige investigações coordenadas e responsabilidades definidas entre polícias estaduais, Polícia Federal, Ministério Público e sistema prisional. Esses objetivos podem sustentar ações conjuntas mesmo sem alinhamento partidário.

As dificuldades podem surgir na definição de protocolos comuns. A proposta federal de ampliar padrões de fiscalização, câmeras corporais e controle do uso da força tem ênfase distinta da agenda estadual de respaldo aos policiais e revisão dos indicadores de letalidade. Isso pode complicar a negociação de critérios para operações conjuntas e avaliação de resultados. Ainda assim, acordos técnicos e respeito às decisões judiciais permitem compatibilizar prioridades sem exigir concordância integral.

A recuperação de territórios exigirá continuidade do policiamento e dos serviços, com recursos e participação municipal. A PEC nº 18/2025 poderá modificar a coordenação nacional se aprovada; a cooperação prevista no SUSP, porém, já é possível. Resultados públicos agregados, sem exposição de dados operacionais sensíveis, ajudarão a verificar essa atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise indica que os objetivos comuns de Lula e Ruas podem favorecer ações conjuntas contra o financiamento das facções, a atuação criminosa nos presídios e o domínio territorial de grupos armados. Por outro lado, diferenças

sobre câmeras corporais, controle da atividade policial e indicadores de letalidade podem dificultar procedimentos e metas compartilhados. São obstáculos potenciais de coordenação, não impedimentos inevitáveis à cooperação.

O principal desafio será transformar convergências em medidas concretas, com responsabilidades, recursos e regras transparentes, respeitando a autonomia estadual e as determinações legais e judiciais. Como os novos mandatos ainda não começaram, não é possível antecipar cooperação ou conflito. Seus resultados deverão ser avaliados pela redução sustentável da violência e pela proteção da população e dos policiais.

REFERÊNCIAS

AGENDA DO PODER. Ruas propõe novos presídios com iniciativa privada e unidade de regime disciplinar mais rigoroso. 12 set. 2026. Disponível em: https://agendadopoder.com.br/ruas-propoe-novos-presidios-com-iniciativa-privada-e-unidade-de-regime-disciplinar-mais-rigoroso/. Acesso em: 30 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública. Disponível em: https://legis.senado.gov.br/norma/27394952/publicacao/27397218. Acesso em: 30 out. 2026.

CNN BRASIL. Câmeras em policiais não podem ser "caça às bruxas", diz Douglas Ruas à CNN. 8 set. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/cameras-em-policiais-nao-podem-ser-caca-as-bruxas-diz-douglas-ruas-a-cnn/. Acesso em: 30 out. 2026.

GLOBOPLAY. Douglas Ruas propõe assistência jurídica a policiais e revisão de expulsões. RJ2, 8 set. 2026. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/14943277/. Acesso em: 2 nov. 2026.

LULA, Luiz Inácio. Diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil: um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo. Programa de governo, 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/propostas-de-governo-dos-candidatos-ao-cargo-de-presidente-da-republica-eleicoes-2026-segundo-turno. Acesso em: 30 out. 2026.

PORTAL N10. Apuração das Eleições 2026 — Rio de Janeiro: presidente, 2º turno. 25 out. 2026. Disponível em: https://portaln10.com.br/politica/eleicoes/2026/apuracao/rio-de-janeiro/. Acesso em: 30 out. 2026.

RUAS, Douglas. Plano do Rio Real 2027–2030. Plano de governo apresentado à Justiça Eleitoral. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2026/resource/fe53384a-b57e-4dc5-bd87-04b0bb8d0941. Acesso em: 2 nov. 2026.

SENADO FEDERAL. Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025: tramitação. 2026. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/pt_BR/web/atividade/materias/-/materia/172997. Acesso em: 30 out. 2026.

STF. Supremo Tribunal Federal. ADPF das Favelas: STF homologa parcialmente plano do Estado do Rio de Janeiro para reduzir letalidade policial. 3 abr. 2025. Disponível em: https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/adpf-das-favelas-stf-homologa-parcialmente-plano-do-estado-do-rio-de-janeiro-para-reduzir-letalidade-policial/. Acesso em: 30 out. 2026.

TRE-RJ. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. TRE-RJ proclama Douglas Ruas (PL) governador eleito. 15 out. 2026. Disponível em: https://www.tre-rj.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/tre-rj-proclama-douglas-ruas-pl-governador-eleito. Acesso em: 30 out. 2026.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Presidente do TSE anuncia reeleição de Lula e faz balanço do 2º turno das Eleições 2026. 26 out. 2026. Disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-reeleicao-de-lula-e-faz-balanco-do-2o-turno-das-eleicoes-2026. Acesso em: 30 out. 2026.

Lula venceu! Como realizar o Estado prometido?

Rodrigo Wrencher Cosenza[33]

Introdução

No presente texto e último boletim do Monitoramento Temático do Opel das Eleições de 2026, é feita a análise do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, dando ênfase ao que se pretende para a administração pública; a apresentação de possíveis problemas que podem ser enfrentados para o cumprimento do programa devido a política fiscal e a política de juros; e as disputas políticas a serem travadas para que o projeto vencedor se realize.

A reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu quarto mandato como presidente do Brasil já seria histórica. Mas a virada do primeiro para o segundo turno, fato que jornais e institutos de pesquisa julgavam improvável, foi fomentada por uma intensa mobilização popular, representando sobretudo o êxito da concepção de estado que estava posta na candidatura de Lula, contra Flávio Bolsonaro.

A vitória do projeto apresentado por Lula representou a resposta do eleitor ao medo das mudanças pretendidas por Flávio inspiradas no "tesouraço" do presidente Javier Milei, além do temor da postura entreguista frente a Donald Trump. Representa também uma resposta das urnas às notícias de possíveis ligações de Flávio com a milícia e com o conjunto de crimes cometidos pelo então banqueiro Daniel Vorcaro.

O programa vencedor

O projeto de Estado apresentado pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em relação a administração pública e a capacidade de entrega de políticas públicas por parte do Estado no plano de governo "Diretrizes para o Programa

[33] Doutorando em Ciências Sociais pela UFRRJ, Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, licenciado em História pela UVA.

de Transformação do Brasil" aparece uma preocupação em apresentar uma perspectiva de modernização do Estado e reconstrução de suas capacidades através de reformas institucionais.

Embora não apresente propriamente uma agenda de reformas, o programa apresenta objetivos a serem alcançados, principalmente através de uma gestão pública para gerar valor público, controle e transparência da administração pública, inovação digital e da relação com os servidores.

O plano busca a reconstrução e a ampliação da capacidade de planejamento, execução e investimentos do Estado. Há também a busca por racionalizar os serviços de suporte através da centralização e do compartilhamento de serviços administrativos. Analisado, as diretrizes voltadas para construir essa governança e à modernização do Estado podem ser sistematizadas em três eixos articulados.

O primeiro se refere justamente à governança federativa e à gestão estratégica do Estado, em que o documento propõe a consolidação de um modelo de gestão pública orientado à geração de valor público e à redução das desigualdades estruturais, sob o paradigma de "um governo para cada pessoa" (PT et al, 2026, p.16).

A estratégia prevê o fortalecimento da cooperação federativa por meio do compartilhamento de infraestruturas públicas digitais, da formação de quadros e da elaboração de estratégias nacionais de planejamento.

Há ainda uma dimensão patrimonial, com a continuidade do Programa Imóvel da Gente e a instituição do Fundo Imobiliário da União, com o intento de dar maior eficiência alocativa ao patrimônio imobiliário federal, para convertê-lo em ativos para regularização fundiária, habitação de interesse social e implantação de equipamentos públicos.

O segundo eixo trata da integridade, transparência e controle da administração pública, dando continuidade e o aprofundamento do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027, com ênfase nos mecanismos de prevenção, investigação e responsabilização de agentes públicos e privados, inclusive "os do andar de cima" (PT et al, 2026, p.18) , preservada a autonomia e a independência das instituições de controle. No campo da transparência ativa, propõe-se a evolução do Portal da Transparência para uma plataforma

inteligente ancorada em dados abertos e inteligência artificial. Esse processo de modernização é complementada pelo fortalecimento da Ouvidoria-Geral da União e pela institucionalização de mecanismos de participação e inovação cívica, como consultas públicas, laboratórios de inovação e observatórios temáticos, com vistas à construção de uma nova cultura democrática de controle social.

Por fim, o que trata da gestão de pessoas e da relação com os servidores públicos. O documento registra a ocorrência, no mandato 2023-2026, da maior reestruturação na gestão de pessoas do governo federal em um único mandato nas últimas três décadas, caracterizada pela retomada da política de valorização e de diálogo. Se propõe dar continuidade a esse processo a partir da Mesa Nacional de Negociação Permanente, reaberta no governo Lula 3, como instância institucionalizada de negociação coletiva no setor público.

Também se articula a construção da infraestrutura nacional de dados - Base de Dados do Brasil - e à universalização dos serviços públicos digitais por meio da plataforma http://Gov.br, que já congrega mais de 5 mil serviços federais, visando à personalização do atendimento ao cidadão e à melhoria das condições de exercício do trabalho no serviço público.

Vemos então, no que tange a administração pública e ao desenho do Estado pretendido, há uma necessidade de aumento de pessoal e valorização dos servidores e para o desenvolvimento de da infraestrutura de dados, centralização e integração de redes dos diversos setores governamentais, entre outros objetivos e para isso é preciso tratar de orçamento e de política fiscal.

Necessidades para cumprir o plano

O programa ¨Diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil" não defende uma política de austeridade, mas sim o que denomina de política fiscal responsável combinada com responsabilidade social e ambiental. Se rejeita explicitamente a tese de austeridade, mas defende a manutenção do novo arcabouço fiscal, instituído em 2023, sob o argumento de que ele "controlou o crescimento das despesas sem prejudicar as políticas sociais e permitiu uma redução significativa do déficit primário" (PT et al, 2026, p.49). A justificativa é de que o ajuste fiscal, entre 2023 e 2026, estimado em aproximadamente 2% do PIB, R$ 240 bilhões, levou o déficit primário para próximo de 0,4% do PIB, "bastante

próximo do equilíbrio fiscal" (PT et al, 2026, p.10-11), sem recorrer a cortes nos pisos constitucionais da saúde e educação, que foram restabelecidos.

A estratégia tida como correta para esse resultado fiscal se assenta em cinco pilares como a retomada do crescimento econômico, controle do aumento do gasto primário com melhoria da eficiência e da qualidade do gasto público, promoção de justiça tributária iniciada com tributação de super-ricos, offshores e fundos exclusivos e isenção para quem ganha até R$ 5 mil, combate a privilégios e benefícios fiscais ineficientes, e redução sustentada da taxa de juros com inflação controlada (PT et al, 2026). Em síntese o que se apresenta é que:

> "O resultado fiscal virá, como fizemos até aqui, da retomada do crescimento econômico, do controle do aumento do gasto primário, investindo na melhoria da eficiência e da qualidade do gasto público, da promoção de justiça tributária e do combate aos privilégios e às distorções." (PT et al, 2026, p. 49)

Porém há críticas à ideia de manutenção do arcabouço fiscal, indicando que é, no fim das contas, um mecanismo de manutenção da política de austeridade, o que impede que o Estado realize os investimentos necessários para o desenvolvimento do país, e pensando no programa de governo apresentado, é indispensável que o Estado consiga investir sem as travas do arcabouço fiscal e garantir que as expectativas criadas no segundo turno da eleição não sejam frustradas e podendo provocar um retrocesso político.

Como indicam Manoel e Alcântara (2026), tivemos dois momentos eleitorais, um primeiro turno em que entre outras coisas, o governo Lula 3 sofreu um julgamento, e esse é um governo marcado pelos limites impostos pelo arcabouço fiscal. A derrota no primeiro turno e a mobilização popular demandaram um projeto de futuro, além da mobilização realizada pelo deputado federal André Janones, da Rede Sustentabilidade de Minas Gerais, que fez a campanha mudar de rumo e iniciar a virada histórica que realizou.

Alguns pesquisadores opinam da necessidade de atacar a política de austeridade pondo fim ao arcabouço fiscal e buscando reverter a situação de independência do Banco Central e atuar numa progressiva diminuição da taxa de juros, passando a ter uma política de forte investimento público em setores estratégicos e atividades que tenham forte potencial de gerar externalidades positivas. Sobre esse aspecto, Kliass (2024) aponta que a permanência da austeridade fiscal, sob a forma do arcabouço, aprofunda o binômio perverso de

desindustrialização e financeirização. Já Resende (2026) defende que os juros elevados são a principal causa do desequilíbrio fiscal, e não os gastos primários, propondo um Conselho Fiscal e Monetário Nacional para coordenar metas de 4 a 5 anos.

Por fim, a atenção fica para os apontamentos que indicam as dificuldades em realizar o projeto político defendido na campanha, em que um pesado e estratégico investimento público é central e a manutenção da política de austeridade representadas pelo arcabouço fiscal e a política de juros do Banco Central.

Considerações finais

O presidente Lula saiu muito maior politicamente do processo eleitoral de 2026, porém travará batalhas políticas em um terreno de extrema dificuldade, afinal o Partido Liberal, com um programa de extrema-direita tornou-se o maior partido, na Câmara e no Senado, o que implicará uma forma nova do governo Lula atuar, não cabendo mais a dinâmica do governo de coalizão e dificuldades para manobras de conciliação tendo que realizar o projeto de Estado apresentado aos cidadãos.

Uma concepção de Estado que recupere a perspectiva de estabelecer políticas de bem-estar social, e que busque desenvolvimento do setor produtivo, depende de forte ação do Estado projetando e realizando através de financiamento a sofisticação e capacidade de inovação da nossa indústria.

Esse Estado demanda um corpo de servidores condizente com o projeto de crescimento pretendido e a arquitetura da administração pública desenhada para garantir que as políticas públicas sejam pensadas para que o cidadão brasileiro tenha acesso de qualidade aos seus direitos à seguridade social, à educação e uma melhoria de sua qualidade de vida.

Para que esse projeto de Estado se realize a disputa com o mercado financeiro será inescapável e saber qual o desenho da administração pública, como lidar com o arcabouço fiscal e com o Banco Central é fundamental e deve estar no topo das preocupações do governo Lula 4.

Referências

MANOEL, Jones; ALCÂNTARA, Pedro. Lições da vitória: mais povo, menos austeridade. CartaCapital, São Paulo, 31 out. 2026. Opinião. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/opiniao/licoes-da-vitoria-mais-povo-menos-austeridade/. Acesso em: 1 nov. 2026.

PT; PSB; PV; PCdoB; PDT; PSOL; REDE. Diretrizes para o programa de transformação do Brasil: um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo. Brasília, DF: PT, 2026. E-book em PDF.

KLIASS, Paulo. Pelo fim do arcabouço fiscal!. Terapia Política, São Paulo, dez. 2024. Disponível em: https://www.terapiapolitica.com.br/pelo-fim-do-arcabouco-fiscal/. Acesso em: 31 out. 2026.

KLIASS, Paulo. Por um teto para os juros. Outras Palavras, São Paulo, jun. 2025. Blog Mercado vs Democracia. Disponível em: https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/por-um-teto-para-os-juros/. Acesso em: 31 out. 2026.

RESENDE, André Lara. Eu acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos. Um cético esperançoso - Substack, São Paulo, 25 set. 2026. Disponível em: https://open.substack.com/pub/andrelararesende/p/eu-acuso-uma-proposta-para-eliminar. Acesso em: 2 nov. 2026.

Quem mobiliza o voto progressista? O debate sobre o "identitarismo" e as campanhas eleitorais no 2° Turno

Samara Ruzza Som Luciano[34]

1. Introdução

Este boletim analisa a contribuição da mobilização política de mulheres e da população LGBTQIA+ para a campanha presidencial de Lula em 2026, com foco na atuação de lideranças progressistas na circulação de conteúdos políticos nas redes sociais, no engajamento de eleitores e na mobilização presencial durante o segundo turno. Busca-se compreender como a atuação desses grupos contribuiu para ampliar o alcance da campanha, estimular a participação política de setores do eleitorado e articular a defesa de direitos sociais e civis ao debate eleitoral, sem atribuir exclusivamente a esses fatores o resultado das urnas.

A partir dessa discussão, o texto debate as críticas ao chamado "identitarismo" no campo progressista, questionando a interpretação de que as pautas de gênero e sexualidade seriam necessariamente obstáculos à construção de projetos políticos coletivos. Argumenta-se que a mobilização desses grupos também pode expressar demandas compartilhadas por parcelas mais amplas da sociedade, especialmente diante de ameaças a direitos e garantias sociais. Por fim, discute-se como a articulação entre representatividade política, enfrentamento das desigualdades estruturais e defesa de direitos sociais pode contribuir para a construção de projetos políticos coletivos e uma possível ruptura com a forma tradicional de coalizão de forças políticas.

2. O Protagonismo feminino e LGBTQIA+ na virada eleitoral

O pleito eleitoral de 2026 para a Presidência da República não foi marcado por um debate acerca das pautas identificadas como "identitárias", como por

[34] Graduada em Administração Pública, Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

exemplo a suposta "ideologia de gênero", ataques diretos ao eleitorado LGBTQIA+ e à autonomia das universidades públicas, conforme foi notável nas eleições de 2022. Como destacado em boletins anteriores, todas as candidaturas reconheceram a importância desses eleitores, sobretudo de jovens e mulheres. Para reduzir a rejeição eleitoral, propuseram políticas e/ou evitaram aprofundar essas questões, reafirmando a universalidade dos direitos já assegurados pela Constituição.

No Congresso Nacional, porém, o cenário foi diferente: as candidaturas mais expressivas em termos numéricos foram as de candidatos que representavam diretamente esses grupos ou que usavam o discurso sobre o identitarismo para intensificar a polarização política. Os casos mais notórios que exemplificam este cenário político-institucional foi a reeleição da Deputada Erika Hilton, que se tornou a 2° mulher mais votada da história com mais de 1 milhão de votos e da eleição em primeiro mandato do então vereador Lucas Pavanato, que obteve mais de 3 milhões votos. Ambos foram eleitos pelo estado de São Paulo e ambos mobilizam uma agenda voltada para a identidade: De um lado a representatividade política das mulheres transgênero e cisgênero e da comunidade LGBTQIA+ e do outro a mobilização do medo da ascensão dessa representatividade.

No segundo turno, foi possível constatar que os candidatos eleitos pela força desse debate e pelo alcance das redes sociais tiveram papel crucial na mobilização eleitoral que impulsionou a virada histórica do presidente Lula. Os dois candidatos à Presidência da República recorreram à ampla divulgação de conteúdo nas redes sociais, por meio de representantes eleitos ou apoiadores, intensificando a polarização política. Pode-se considerar que a principal diferença foi o direcionamento deste conteúdo: Enquanto a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) buscou reforçar a sua vitória expressiva no 1° turno, a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT) viu na abstenção expressiva uma chance da virada.

Nesta estratégia, o protagonismo foi jovem, feminino e LGBTQIA+. Principalmente dos deputados federais do campo progressista eleitos para a legislatura de 2027, que foram responsáveis por pautar a campanha neste segundo turno por meio da sua presença nas redes sociais. (CONGRESSO EM FOCO, 2026).). A consequência desta aproximação foi a retomada maciça do

campo progressista ocupando as ruas em todo o Brasil durante a campanha do 2° turno, protagonizada primeiramente pelos movimentos e estudantes universitários do Rio de Janeiro (MENDES, 2026). Ainda, a decisão do presidente do Congresso Nacional, o senador David Alcolumbre, de pautar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autoria da deputada Erika Hilton que elimina a escala 6x1. A decisão ocorreu em resposta à mobilização contra essa escala nas redes sociais, impulsionada por Rick Azevedo, agora eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro. Rick ganhou visibilidade ao expor as condições precárias dos trabalhadores submetidos a essa jornada, que já foi a sua realidade. Neste caso, para além da mera representatividade identitária, a projeção dos dois como impulsionadores do debate político e midiático acerca da temática apontam para um retrato atual da precarização do trabalho, onde jovens, mulheres, negros e pessoas pertencentes a grupos minoritários socioeconomicamente são os principais afetados.

Por fim, o impulsionamento da campanha política nas redes sociais no 2° turno e a sua influência na vitória do Presidente Lula, foi protagonizado majoritariamente pelos candidatos progressistas que conseguiram se eleger por meio da presença nas redes sociais. O identitarismo aqui se mostra eficaz como uma forma de angariar engajamento político e virtual, na medida que aproxima o eleitor do candidato de forma menos hierárquica e mais pessoal. Assim, o protagonismo de grupos historicamente subrepresentados demonstra a capacidade desses grupos em articular engajamento digital e mobilização presencial, fortalecendo o campo progressista e contribuindo para a vitória eleitoral de Lula.

3. Quem tem o direito de representar a classe trabalhadora? Identidade e disputa política

A hipótese defendida por Sérgio Costa (2025) sustenta que a popularidade eleitoral do conservadorismo pode ser explicada por essa relacionalidade das desigualdades. Nessa perspectiva, os resultados dos mandatos do presidente Lula teriam provocado uma reação de grupos historicamente estabelecidos que perceberam a ampliação da participação política de grupos anteriormente subalternizados como uma ameaça à sua posição de poder. Em outras palavras,

enquanto a inclusão desses grupos permanece circunscrita à lógica neoliberal, ampliando sua representação sem alterar estruturas profundas de dominação, ela tende a ser amplamente tolerada. Contudo, quando essa representatividade passa a questionar e desestabilizar relações de poder historicamente constituídas e reproduzidas, emerge a retórica do chamado "identitarismo" como forma de resistência às transformações sociais e políticas em curso.

Douglas Barros (2024) argumenta que o chamado "identitarismo progressista-laico" afeta a esquerda ao ser absorvido como um mecanismo de gestão neoliberal das diferenças. Quando desvinculado de uma crítica rigorosa à economia política e ao capitalismo, o ativismo corre o risco de ser reduzido à mera busca por representatividade corporativa, "selos de diversidade" ou cotas no mercado de trabalho. Essa "gestão da diversidade" neutraliza o potencial verdadeiramente revolucionário e transformador dos movimentos sociais, transformando lutas históricas por emancipação em uma disputa privada por posições e carreira no interior do próprio sistema capitalista.

Neste cenário, a retórica dos críticos ao protagonismo da agenda feminista e LGBQTIA+ no debate público mobiliza um suposto passado de "unificação" da classe trabalhadora, atribuindo a estes grupos a "culpa" pelo avanço da extrema-direita na capacidade eleitoral e pela intensificação da polarização política. Por esta situação que é importante compreender que existe divergências entre afirmar que o eleitorado brasileiro é majoritariamente de extrema-direita e que ele é majoritariamente conservador: o conservadorismo não pertence a um projeto político específico, ele possui uma capilaridade ideológica muito mais abrangente, uma vez que ele necessariamente implica na manutenção de um poder político essencialmente patriarcal. Assim, ignorar a importância da identidade de gênero e da interseccionalidade significa desconsiderar como as estruturas de desigualdade se entrecruzam na sociedade. Nesse contexto, os cortes orçamentários em políticas sociais promovidos pela gestão pública atingem sobretudo pessoas submetidas a múltiplas formas de subordinação política.

A virada que possibilitou a vitória de Lula no 2° turno evidenciou a representatividade, aliada ao engajamento nas redes sociais. Este é um fator relevante de escolha eleitoral. E que, para além da mera “gestão de diversidade”,

estes grupos também estão em sintonia com as demandas da sociedade como um todo, mas principalmente das gerações mais jovens. Nos últimos anos, especialmente após a reeleição de Lula para seu terceiro mandato, se intensificaram, sobretudo nos espaços acadêmicos, as tentativas de atribuir ao chamado "identitarismo" a responsabilidade pela perda de espaço eleitoral da esquerda e pela crescente descredibilização das ciências humanas e sociais produzidas nas universidades públicas. Essa interpretação, contudo, merece ser questionada, uma vez que desconsidera as relações históricas de poder que estruturam esses espaços[35].

Quando as Universidades eram predominantemente ocupadas por grupos brancos e pertencentes às elites sociais, a composição homogênea desses ambientes raramente era questionada publicamente como uma forma de identitarismo. Nesse sentido, a crítica ao identitarismo adquire força justamente concomitantemente às reivindicações por maior representatividade e protagonismo político por parte grupos historicamente excluídos da do acesso ao ensino superior gratuito e passam a produzir conhecimentos, consequência direta do legado das presidências de Lula e de Dilma Rousseff. Essa mudança acaba evidenciando a assimetria com que determinadas identidades são reconhecidas e estigmatizadas no debate público.

Dessa forma, a ascensão de lideranças políticas vinculadas ao campo da esquerda frequentemente denominado "identitário" evidencia que as reivindicações por transformações institucionais e sociais profundas também têm sido articuladas e protagonizadas por esses grupos, que assumem papel relevante na disputa política e na construção de projetos de transformação social. Esta diferenciação ficou evidente na campanha política do campo progressista em apoio à Lula no 2° turno. Não se trata de afirmar que a campanha foi pautada pelo identitarismo, mas de reconhecer que foi por meio de processos ligados à

[35] **Em defesa do pluralismo e da liberdade acadêmica.** Em defesa do pluralismo e da liberdade acadêmica. Disponível em: <https://pluralismoacademico.org/>. Acesso em: 28 out. 2026.
Opinião - Leonardo Avritzer: Identitarismo enfraquece capacidade política da esquerda. Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2024/07/identitarismo-enfraquece-capacidade-politica-da-esquerda.shtml>. Acesso em: 28 out. 2026.
MIGUEL, Luís Felipe. **"Lugar de fala".** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/lugar-de-fala/>. Acesso em: 28 out. 2026.

pluralidade que se tornou possível incorporar uma diversidade de demandas que atravessam a realidade social e evidenciam a importância da defesa de direitos e garantias fundamentais. Esses grupos que assumiram o protagonismo popular no 2° turno tem sido particularmente vulneráveis a discursos de extrema-direita que questionam o reconhecimento de sua cidadania e a legitimidade de seus direitos, reforçando mecanismos históricos de exclusão e desigualdade.

4. Conclusão

O protagonismo de candidatos jovens, mulheres e pertencentes a comunidade LGBTQIA+ na campanha eleitoral que culminou na reeleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva sinalizou a demanda por mudança na política institucional, colocando em evidência que o campo eleitoral progressista busca por uma representatividade interseccional. As desigualdades de gênero, raça e sexualidade afetam as condições de vida e de trabalho e, portanto, não estão dissociadas das demandas econômicas e sociais. O desafio colocado ao campo progressista é articular essas diferentes reivindicações sem reduzir a diversidade da classe trabalhadora a uma experiência única. A capacidade de mobilização digital e física destas lideranças também demonstram que a retórica do identitarismo falha em mensurar a realidade atual de expansão do debate político e acadêmico acerca do combate das diversas formas de hierarquização social.

Para o próximo mandato, a manutenção desta mobilização popular se coloca como desafio em participação efetiva na formulação e implementação de políticas públicas. A presença de lideranças femininas e LGBTQIA+ nos espaços institucionais do Poder Executivo pode ampliar a pressão por medidas de enfrentamento à violência de gênero, combate à discriminação, ampliação de direitos e melhoria das condições de trabalho. Entretanto, a representatividade não garante, por si só, a incorporação dessas demandas à agenda governamental, que também dependerá das prioridades do Executivo, da articulação com o Congresso Nacional e da capacidade de mobilização da sociedade civil. O principal desdobramento a ser observado será, portanto, se o protagonismo desses grupos durante a campanha se traduzirá em influência concreta sobre as decisões do governo e na continuidade das políticas voltadas à redução das desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** São Paulo, SP: Boitempo, 2024.

CONGRESSO EM FOCO. "Vingadores": quem são deputados chamados a impulsionar Lula nas redes. Congresso em Foco, 8 out. 2026. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/123074/vingadores--quem-sao-deputados-chamados-a-impulsionar-lula-nas-redes. Acesso em: 28 out. 2026.

COSTA, Sérgio. **Desiguais e divididos**.Todavia, 2025.

MENDES, Lívia. "A juventude pode mudar o mundo": palco da primeira manifestação pró-Lula no 2º turno, UFF tem ato de vitória em Niterói. O Globo, 26 out. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/26/a-juventude-pode-mudar-o-mundo-palco-da-primeira-manifestacao-pro-lula-no-2o-turno-uff-tem-ato-de-vitoria-em-niteroi.ghtml. Acesso em: 28 out. 2026

Lula 4: a confirmação e o caminho adiante

Igor de Carvalho Soares Magalhães[36]

A VIRADA

Numa virada sem precedentes, Lula vence o segundo turno, sagrando-se o primeiro presidente brasileiro a exercer quatro mandatos diretamente eleitos pela população, bem como o primeiro a virar um segundo turno na série histórica desde a redemocratização.

Com 51,79 a 48,21 % de votos válidos, Lula conquistou maioria no estado de Minas Gerais (considerado imprescindível para qualquer candidato que queira ganhar uma eleição presidencial), e viu sua votação crescer expressivamente nas principais capitais do país, tendo sua votação ultrapassado o crescimento de Flavio Bolsonaro em grande parte dos municípios brasileiros.

A campanha de Lula demonstrou que sua maior arma ainda era a mobilização orgânica de base, tanto nas redes quanto nas ruas, e projetou sua melhor estratégia num sentimento de rejeição a figura de Flavio Bolsonaro. Salienta-se que, embora seja uma derrota sentida para o clã Bolsonaro, o bolsonarismo segue a todo vapor enquanto ideologia e maneira de fazer política.

MÃOS A OBRA

Em seu discurso de vitória, atravessando diversos agradecimentos e pontuações, ressalta-se esse trecho que é o mais frutífero a área de interesse desta análise.

> "Responsabilidade com segurança pública, porque a constituição de 88 transferiu toda a responsabilidade para os Estados. Agora está provado que os Estados não dão conta. Nós vamos entrar agora. Vamos entrar para devolver, para devolver às mulheres, aos homens e aos trabalhadores a tranquilidade e a paz que eles precisam. Para o povo trabalhador, para o povo trabalhador a gente vai dar proteção. Para o bandido, a gente vai dar prisão. É isso que fica. Um abraço, gente..." – Lula em seu discurso de vitória, feito em 25/10/2026.

[36] Mestrando em Ciências Sociais (PPGCS-UFRRJ)

Nisto, o presidente já sinaliza em pleno discurso de vitória que as suas propostas e o seu plano de governo não eram meras plataformas eleitorais e discurso captadores de voto, utilizando do tema tão sensível da segurança pública. Existiu, segundo o discurso de Lula, e existe um projeto real de segurança no país e o próprio fez questão de salientar tão logo em sua vitória que o trabalho seguirá em frente.

A FUGA E OS VENTOS DO NORTE

Mesmo após declarar que não sairia do país e que entregaria seu passaporte, Flávio Bolsonaro protagonizou uma fuga cinematográfica, cerca de 48h após o encerramento das eleições. Tendo passado, supostamente, pela fronteira da Argentina por solo, voou com escala até a Florida, onde foi recebido por forças de segurança norte-americanas. De lá, o mesmo ainda declarou que seguiria como oposição e sendo "líder do Brasil", enquanto seus anfitriões

Com a proximidade das chamadas *midterms* ("eleições intermediárias", eleição para o congresso norte-americano), as projeções para Donald Trump e os Republicanos não poderiam ser piores. Com o indicativo de uma crescente "onda azul" por todo o país, os Democratas avançam em estados nos quais não são tradicionais e possuem boas chances de comandar a maioria de ambas as casas. Isto aponta uma grande insatisfação com a gestão Trump e com seus correligionários, que falham em entregar políticas de bem estar social suficientes, empilham cortes em políticas públicas internas e acumulam intervenções estrangeiras que não se convertem em benefício político, muito menos social.

Isso também gera uma pressão imensa na possível eleição presidencial dos EUA, a ocorrer em 2027, com candidatos despontando em popularidade, inclusive dentro do Partido Republicano, jogando areia demais para o atual caminhão Trump suportar. Isto pode ser um indicativo de que as políticas realizadas pelo Governo Trump quanto a classificação das organizações criminosas brasileiras como terroristas podem arrefecer e até serem desfeitas. A pouca disposição que o eleitorado pareceu ter com a presença do derrotado Flávio Bolsonaro, bem como o próprio governo, indica que suas políticas propostas só eram úteis enquanto ele representava um meio de acesso as

benesses que o Brasil poderia oferecer em eventuais parcerias econômicas e de segurança.

COMO SERÁ O AMANHÃ?

Através da já proposta PEC da Segurança Pública, aliada ao discurso vitorioso proferido por Lula, é possível depreender como o governo de segundo mandato lidará com a questão suscitada pelas facções criminosas.

Uma vez que tal trecho do Projeto de Lei Anti-facção já fora derrotado no passado em âmbito parlamentar, o governo não deve se preocupar com grande pressão externa e nem interna para que as facções sejam classificadas enquanto terroristas. Para o segundo mandato, fica claro que a posição governista vai no sentido de nacionalizar e uniformizar o combate ao crime organizado, empregando mais a Polícia Federal em conjunto com as polícias estaduais (tanto civil quanto militar).

A ineficiência dos Estados em lidar, sozinhos, com a problemática é evidente. A cada governador eleito, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro (berço e região de maior influência das duas principais facções criminosas do país), nenhuma nova política de segurança pública parece surgir, ou ao menos ser debatida, para que as atividades criminosas organizadas sejam frustradas e coibidas com mais eficiência. Os Estados parecem envoltos num eterno ato de "enxugar gelo", direcionando policiamento ostensivo e operações de confronto contra territórios conflagrados, sem nunca ameaçar a operação criminosa em seus meandros econômicos, muito menos diminuindo a sua área de influência e emprego de violência.

Aparentemente, a batalha será contra os governos estaduais, adversários diretos de legenda (uma vez que Lula é do PT, Tarcisio de Freitas e Douglas Ruas são do PL) e também de proposta para a segurança pública. A pressão exercida restará as frentes parlamentares, tanto estaduais quanto federais, que pressionarão os governos a entrar em consenso quanto a política de segurança pública a ser aplicada.

REFERÊNCIAS

UOL NOTÍCIAS. Leia na íntegra o discurso de Lula após a vitória. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2026/10/25/leia-na-integra-o-discurso-de-lula-apos-a-vitoria.ghtm.

G1. Lula avança em 97% das cidades e comparecimento sobe em 87%; veja mapas. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2026/noticia/2026/10/26/avanco-lula-comparecimento-veja-mapas.ghtml.

G1. Os bastidores da saída de Flávio Bolsonaro do Brasil. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2026/11/01/bastidores-da-saida-de-flavio-bolsonaro-do-brasil.ghtml.

G1. Midterms nos EUA: eleições podem mudar planos de Trump e mexer com dólar e juros no Brasil. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/11/02/midterms-nos-eua-eleicoes-podem-mudar-planos-de-trump-e-mexer-com-dolar-e-juros-no-brasil.ghtml.

Política ambiental no Brasil: avanços, contradições e desafios do quarto mandato de Lula

Letícia Nunes Berto[37]

Introdução

O quarto mandato de Luiz Inácio Lula da Silva inicia-se sob um paradoxo que resume três décadas de política ambiental no Brasil. O país acumula relevante capital diplomático desde a Rio-92 e registra taxas baixas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Contudo, o Poder Executivo lida com um Congresso Nacional que derrubou grande parte dos vetos à Lei Geral do Licenciamento Ambiental e apoia a expansão de fronteiras petrolíferas, como na Foz do Amazonas. A reeleição no segundo turno transfere esse embate para a execução prática das políticas públicas diante de um cenário legislativo adverso.

A estrutura ambiental consolidada antes de 2003

Quando Lula assumiu a presidência pela primeira vez, o país já contava com uma institucionalidade ambiental formada ao longo de três décadas. O primeiro marco estatal foi a Secretaria Especial do Meio Ambiente, criada em 1973, durante o regime militar sob a diretriz de priorizar o desenvolvimento econômico. A inflexão ocorreu em 1981 com a Lei número 6.938, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente e o Conama. Em 1986, normas do Conama estruturaram o processo de licenciamento com base no EIA/Rima. A Constituição de 1988 consagrou um capítulo próprio para o meio ambiente. Logo depois, a Lei número 7.735 criou o Ibama em 1989 para fortalecer a fiscalização estatal.

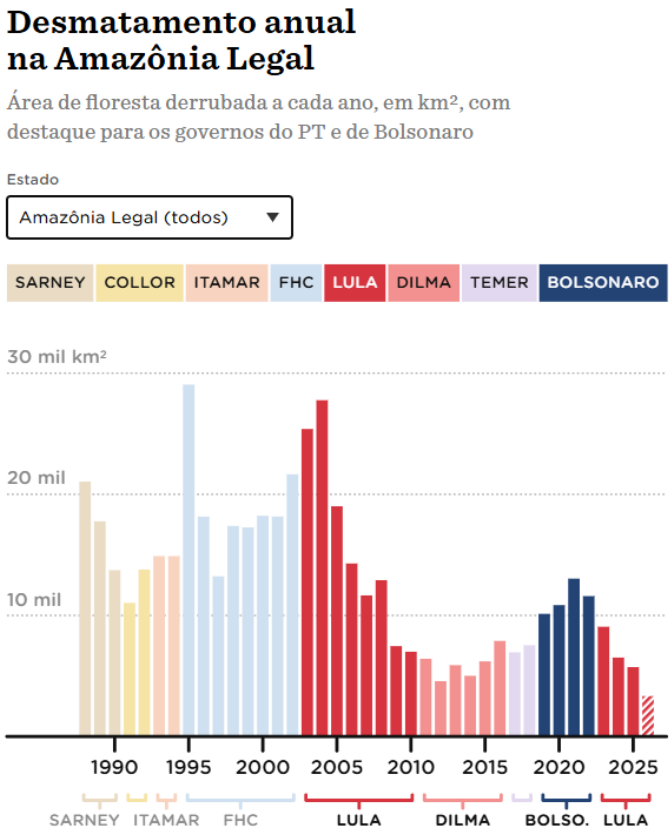
A década de 1990 consolidou esse arcabouço com a realização da Rio-92, a criação do Ministério do Meio Ambiente, a Lei das Águas de 1997, a Lei de Crimes Ambientais de 1998 e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação em 2000. Durante o segundo mandato de Lula, em 2007, o ICMBio foi criado para

[37] Graduanda em Ciências Sociais (UFRJ)

gerir as unidades de conservação federais. O desafio histórico nunca foi a falta de leis, mas a capacidade efetiva de implementação, visto que o desmatamento amazônico atingiu patamares altíssimos no início dos anos 2000.

O legado contraditório dos mandatos anteriores

O primeiro governo Lula promoveu uma queda histórica no desmatamento por meio do PPCDAm lançado em 2004, combinando satélites, fiscalização e incentivos econômicos que reduziram drasticamente a devastação anual até 2012. Paralelamente, priorizou-se a infraestrutura energética e logística na região amazônica por meio do PAC, gerando conflitos com povos originários e comunidades tradicionais, o que culminou na saída da ministra Marina Silva em 2008. O terceiro mandato, entre 2023 e 2026, marcou o afastamento do negacionismo anterior, reestruturando órgãos de controle, retomando demarcações de terras indígenas e alcançando reduções expressivas nas taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, além de forte atuação fiscalizatória e ampliação de projetos no Fundo Amazônia.



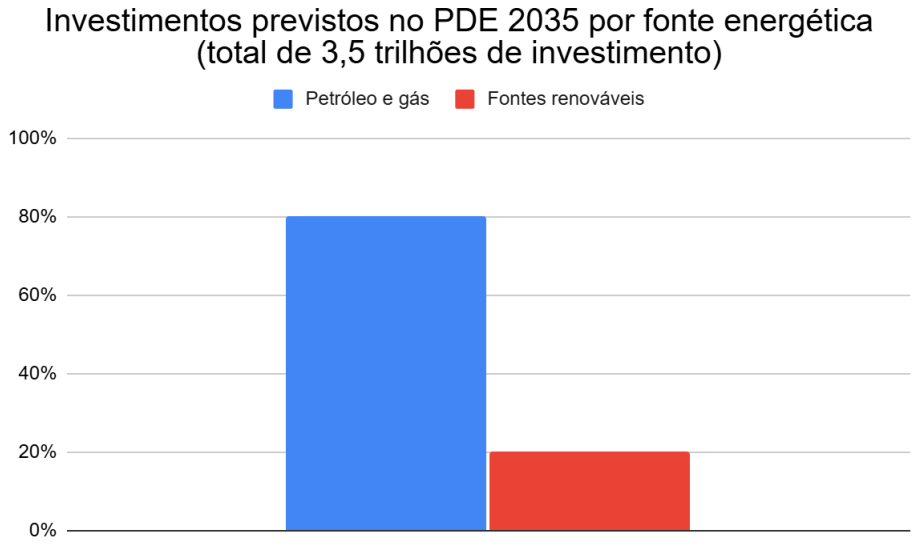
Fonte: Nexo Jornal (2026)

No campo da transição tecnológica e energética global, o terceiro mandato também colocou as terras raras no centro da estratégia mineral. Diante do domínio expressivo da China na cadeia de refino desses elementos cruciais para semicondutores e veículos elétricos e das pressões dos Estados Unidos e da União Europeia para diversificação de fornecedores, o governo aprovou em setembro de 2026 a Política Nacional dos Minerais Críticos. A medida rejeitou propostas de estatização e instituiu incentivos fiscais e o Conselho Interministerial de Minerais Críticos e Estratégicos, com instrumentos para atrair investimentos estrangeiros e tentar reter o processamento industrial dessas riquezas no próprio país.

Apesar desses avanços institucionais e ambientais, persistiram impasses com o setor de combustíveis fósseis. A Petrobras identificou novas reservas na Foz do Amazonas e o Ibama autorizou a perfuração de novos poços, gerando contestações judiciais do Ministério Público Federal devido à ausência de consulta prévia adequada às comunidades locais e aos riscos ambientais cumulativos em uma nova fronteira exploratória de grande magnitude.

O plano de governo para o quarto mandato

O programa eleitoral vitorioso comprometeu-se com o desmatamento zero até 2030 e com a transição energética, destacando-se positivamente nas análises de organizações ambientalistas por mencionar expressamente o cumprimento da NDC brasileira e do Acordo de Paris. Contudo, o documento também celebrou recordes na produção de hidrocarbonetos e defendeu investimentos em campos maduros sem estipular prazos precisos para a superação da dependência fóssil, refletindo a aposta governamental de que os recursos petroleiros podem financiar a transição verde e as demandas sociais.



A correlação de forças e os limites institucionais

As eleições de 2026 resultaram em um Poder Legislativo amplamente desfavorável à pauta ambiental, com grande parte dos parlamentares classificada com baixa ou muito baixa convergência socioambiental, segundo levantamentos de institutos especializados. Essa configuração parlamentar indica barreiras para propostas que reforcem o controle e a fiscalização ambiental. A entrada em vigor da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental e a derrubada de vetos presidenciais exemplificam a força legislativa voltada à flexibilização regulatória, medidas que atualmente enfrentam questionamentos de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Projeções para o quarto mandato

Diante da conjuntura institucional, destacam-se três frentes principais. Na diplomacia climática, após a presidência da COP30 em Belém e o lançamento de mapas de transição energética e fim do desmatamento, o governo buscará liderar o Sul Global no financiamento climático, embora exista o risco de que o protagonismo externo sirva de paliativo para eventuais deficiências na gestão interna. Na esfera doméstica, a aplicação do Plano Clima e da nova NDC ocorrerá prioritariamente por decretos e atos administrativos para evitar barreiras legislativas, esbarrando em restrições orçamentárias e resistências econômicas. Na relação federativa e congressual, a descentralização do licenciamento exigirá negociações pontuais do Executivo para blindar salvaguardas essenciais.

Um ponto crítico para o quarto mandato refere-se aos desdobramentos da disputa geopolítica sobre os minerais críticos e as terras raras. Sendo o Brasil detentor da segunda maior reserva global desses materiais estratégicos, a consolidação da política sancionada exigirá do Executivo o equilíbrio entre a atração de capital internacional de potências como Estados Unidos, China e Índia e a aplicação rigorosa do licenciamento. Segundo reportagem da CNN Brasil sobre as perspectivas do setor no quarto mandato, a concessão de crédito fiscal e de prioridade nos processos administrativos para projetos estratégicos enfrentará o desafio de garantir exigências socioambientais, tais como a consulta prévia a comunidades atingidas e o controle sobre os impactos territoriais decorrentes da extração em larga escala.

Considerações finais

O quarto mandato de Lula consolida o desafio de conciliar capital diplomático e avanços na conservação com um Congresso adverso, a expansão de setores fósseis e as pressões globais pela extração de minerais críticos. A experiência histórica demonstra que os melhores resultados surgem da combinação entre fiscalização rigorosa, incentivos econômicos e diálogo social, enquanto retrocessos decorrem da sobreposição do desenvolvimentismo sem salvaguardas. O sucesso da agenda socioambiental dependerá da capacidade política do Executivo e do monitoramento contínuo da sociedade sobre orçamentos, licenciamentos e políticas públicas em todos os biomas.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Congresso terá sete em cada dez parlamentares contra agenda ambiental. 7 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2026-10/congresso-tera-sete-em-cada-dez-parlamentares-contra-agenda-ambiental. Acesso em: 2 nov. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Lula apresenta propostas para novo mandato presidencial. 26 ago. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/it/node/1700615. Acesso em: 2 nov. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. Nova descoberta aumenta expectativa da Petrobras na Foz do Amazonas. 2 out. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-10/nova-descoberta-aumenta-expectativa-da-petrobras-na-foz-do-amazonas. Acesso em: 2 nov. 2026.

AGÊNCIA GOV. Presidência da COP30 lança Mapas do Caminho sobre combustíveis fósseis e desmatamento. 2 nov. 2026. Disponível em:

https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202611/presidencia-da-cop30-lanca-mapas-do-caminho-para-acelerar-transicao-dos-combustiveis-fosseis-e-fim-do-desmatamento. Acesso em: 2 nov. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Brasil alcança menores taxas de desmatamento da série histórica na Amazônia e no Cerrado. 15 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/brasil-alcanca-menores-taxas-de-desmatamento-da-serie-historica-na-amazonia-e-no-cerrado. Acesso em: 2 nov. 2026.

CENÁRIO ENERGIA. Petrobras busca reservas equivalentes aos campos de Marlim para viabilizar produção na Foz do Amazonas. 23 set. 2026. Disponível em: https://cenarioenergia.com.br/2026/09/24/petrobras-reservas-marlim-foz-amazonas-margem-equatorial/. Acesso em: 2 nov. 2026.

CLIMAINFO. IBAMA autoriza Petrobras a perfurar mais poços na Foz do Amazonas. 8 set. 2026. Disponível em: https://climainfo.org.br/2026/09/08/ibama-autoriza-petrobras-a-perfurar-mais-pocos-na-foz-do-amazonas/. Acesso em: 2 nov. 2026.

CNN BRASIL. Lula sanciona nova lei dos minerais críticos hoje; entenda o que muda. 16 set. 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/infra/lula-sanciona-nova-lei-dos-minerais-criticos-hoje-entenda-o-que-muda/. Acesso em: 2 nov. 2026.

NEXO JORNAL. A trajetória do desmatamento na Amazônia desde 1988. 22 out. 2026. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/grafico/2026/10/22/trajetoria-desmatamento-amazonia-desde-1988. Acesso em: 2 nov. 2026.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Análise dos planos de governo dos presidenciáveis. São Paulo, set. 2026. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2026/09/Analise-de-Planos-de-Governo-Eleicoes-2026_f.pdf. Acesso em: 2 nov. 2026.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Plano de energia do governo prevê 80% dos recursos para petróleo e gás e alta de 18% nas emissões. 3 set. 2026. Disponível em: https://oc.eco.br/plano-de-energia-do-governo-preve-80-dos-recursos-para-petroleo-e-gas-e-alta-de-18-nas-emissoes/. Acesso em: 2 nov. 2026.

PODER360. Questionada no STF, Lei do Licenciamento Ambiental entra em vigor. 4 fev. 2026. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-sustentavel/questionada-no-stf-lei-do-licenciamento-ambiental-entra-em-vigor/. Acesso em: 2 nov. 2026.

SENADO FEDERAL. Davi comemora autorização para busca de petróleo na costa do Amapá. 4 set. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/09/04/davi-comemora-autorizacao-para-busca-de-petroleo-na-costa-do-amapa. Acesso em: 2 nov. 2026.

SENADO FEDERAL. Meio ambiente: licenciamento ambiental e COP 30 marcam atividade no Senado. 15 jan. 2026. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/01/15/meio-ambiente-licenciamento-ambiental-e-cop-30-marcam-atividade-no-senado. Acesso em: 2 nov. 2026.

O papel de Michelle Bolsonaro nas eleições de 2026

Tatiana de Lana Menezes[38]

Michelle Bolsonaro e seu desempenho no pleito de 2026

A eleição de Michelle no pleito de 2026 representou uma mudança da sua trajetória na vida política. Com uma atuação limitada, poucas aparições públicas e uma campanha mais marcada por sua presença nos meios digitais, Michelle conseguiu se eleger com aproximadamente um terço do eleitorado votante do Distrito Federal-DF. Assim, alcançando o primeiro lugar na corrida por uma cadeira no Senado Federal, reafirmando e confirmando sua força enquanto liderança política feminina da vertente bolsonarista na política brasileira.

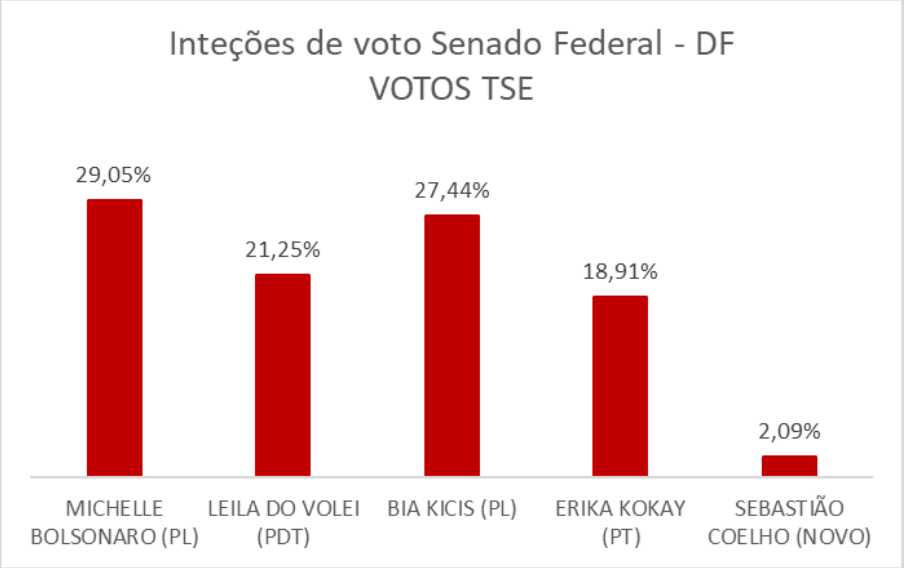
A eleição e consolidação da liderança na corrida para o Senado Federal

Desde o início da sua candidatura, as pesquisas eleitorais mostraram que Michelle Bolsonaro se manteve à frente na corrida ao Senado Federal; a previsão se confirmou, ela obteve 29,05% dos votos válidos, se mantendo na liderança com uma diferença de 1,61% a frente da segunda colocada, sua correligionária Bia Kicis, que conquistou 27,44% dos votos do Distrito Federal.

As duas foram eleitas para um mandato até 2034, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

https://app.votostse.com/apuracao/df/senador

[38] Pós-graduada lato sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).



Inicialmente, esperava-se que Michelle utilizasse sua popularidade para percorrer o país apoiando outras candidaturas. No entanto, durante a campanha, ela concentrou seus esforços em sua própria candidatura ao Senado e no apoio a aliados mais próximos no Distrito Federal. Sua eleição mostra que, naquele momento, não foi necessário ampliar sua atuação nacional para garantir um resultado eleitoral favorável.

A conquista de uma cadeira no Senado também indica que Michelle possui capital político-eleitoral próprio. Entretanto, esse capital ainda parece estar associado a diferentes elementos de sua trajetória pública, entre eles sua identificação com o eleitorado religioso, o sobrenome Bolsonaro e sua condição de ex-primeira-dama. Assim, embora o resultado demonstre capacidade eleitoral própria, ainda é difícil separar completamente sua força individual da projeção política construída em torno da família Bolsonaro.

O distanciamento e a falta de apoio a Flávio Bolsonaro no 2º turno

No segundo turno, Michelle manteve uma participação pública limitada na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro. Ela não foi vista com frequência ao lado do candidato em atos de campanha, embora tenha continuado a manifestar apoio por meio das redes sociais, especialmente com vídeos e publicações digitais. Esse comportamento reforçou um afastamento público que já havia sido observado durante o primeiro turno, sem, contudo, indicar um rompimento político entre os dois.

Em contraste, Michelle manteve uma presença mais ativa na disputa pelo Governo do Distrito Federal. Ela declarou apoio a Celina Leão e participou de atividades públicas ao lado da candidata e de outras aliadas políticas. No dia da votação, Michelle também acompanhou a apuração ao lado de Celina, que foi eleita governadora do Distrito Federal, e não junto de Flávio Bolsonaro.

Após a confirmação da vitória de Lula na eleição presidencial, Michelle não publicou uma manifestação direta sobre a derrota de Flávio, limitando sua comunicação pública a uma mensagem de conteúdo religioso. A ausência de uma manifestação mais explícita, somada à sua participação reduzida na campanha presidencial durante o segundo turno, pode indicar uma estratégia de preservação de sua autonomia política e do capital eleitoral demonstrado por sua própria votação no primeiro turno.

Ainda assim, esse comportamento não deve ser interpretado como um rompimento com Flávio Bolsonaro. Michelle continuou apoiando sua candidatura por meios digitais e manteve conteúdos favoráveis ao enteado durante a campanha. O que o segundo turno sugere, portanto, é uma atuação mais autônoma de Michelle, concentrada principalmente no Distrito Federal e em sua própria rede política, ao mesmo tempo em que preservou seu vínculo com a candidatura presidencial do campo bolsonarista.

A atuação como parlamentar no Senado Federal e as projeções para o seu mandato.

Michelle iniciará, em fevereiro de 2027, seu primeiro mandato eletivo, com duração de oito anos. A chegada ao Senado abre uma nova etapa de sua trajetória política, na qual sua atuação poderá ser observada para além da popularidade construída como ex-primeira-dama, de sua presença nas redes sociais e da interlocução com segmentos religiosos. Nesse sentido, um dos principais pontos a serem acompanhados será sua capacidade de transformar o capital eleitoral demonstrado nas urnas em atuação institucional, por meio da participação em comissões, da articulação com outros parlamentares e da construção de espaço político dentro do próprio Senado.

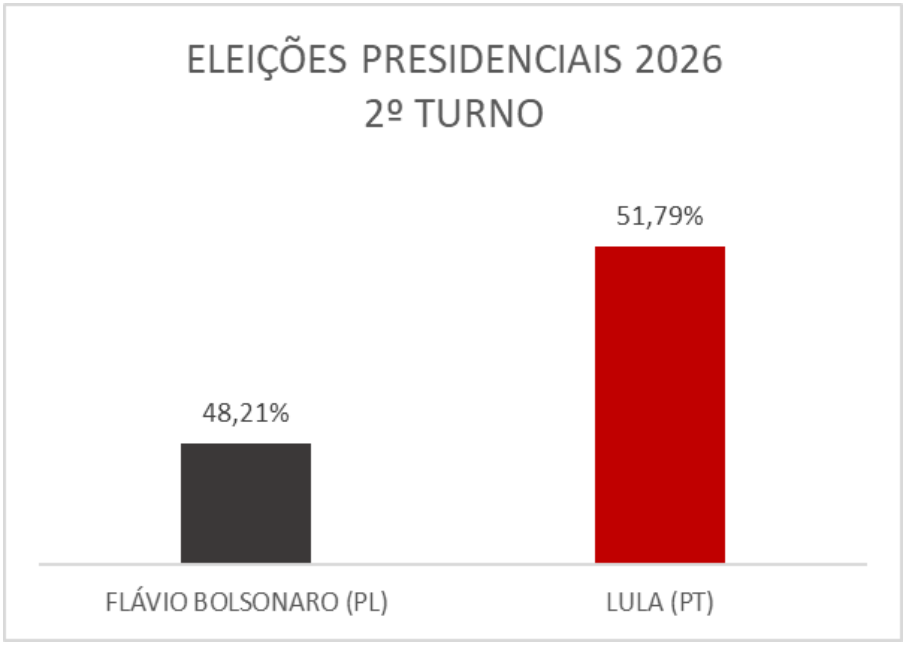
A partir do perfil construído por Michelle durante a campanha e de sua trajetória no PL, também será importante observar em que medida sua atuação parlamentar manterá centralidade em pautas conservadoras e em temas

relacionados à família, religião e costumes. A dimensão religiosa teve presença importante em sua comunicação política e eleitoral e poderá continuar compondo sua identidade pública. Entretanto, somente o exercício do mandato permitirá identificar quais temas ocuparão efetivamente maior espaço em sua agenda legislativa.

Outro aspecto relevante será sua atuação como integrante de um partido que estará na oposição ao governo federal. Nesse contexto, será possível acompanhar sua participação nas articulações da bancada do PL, que iniciará 2027 como a maior bancada do Senado, com 29 senadores. Temas relacionados às decisões do Supremo Tribunal Federal, que estiveram presentes no discurso de diferentes atores do campo bolsonarista durante a campanha, também poderão aparecer na atuação parlamentar, mas a intensidade e a forma dessa participação ainda precisam ser observadas.

A votação obtida por Michelle indica que ela chega ao Senado com uma base eleitoral própria e elevada visibilidade pública. Entretanto, a construção de maior autonomia política dependerá também de sua capacidade de articulação dentro do PL, de sua relação com outras lideranças do campo conservador e de sua atuação cotidiana no Legislativo. Dessa forma, os próximos anos permitirão observar se o capital político construído durante sua trajetória como primeira-dama e candidata se converterá em protagonismo institucional dentro do Senado.

https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/como-a-totalizacao-dos-votos-evoluiu-ferramenta-do-tse-permite-acompanhar-o-processo



Conclusão:

O pleito de 2026 consolidou Michelle Bolsonaro como uma liderança relevante no campo conservador. Sua eleição para o Senado Federal mostrou que sua atuação política ultrapassou o papel de cabo eleitoral desempenhado nos pleitos anteriores e indicou a existência de uma base eleitoral própria. Ao mesmo tempo, esse resultado não significa que sua força política esteja completamente dissociada da projeção construída em torno da família Bolsonaro, mas demonstra que Michelle passou a ocupar uma posição mais autônoma dentro desse campo.

Sua primeira participação em uma eleição como candidata também permitiu observar com maior clareza os limites e as possibilidades dessa autonomia. Ao longo da campanha, Michelle concentrou sua atuação em sua própria candidatura e em alianças políticas mais próximas do Distrito Federal, enquanto sua participação na campanha presidencial de Flávio Bolsonaro foi mais limitada. No segundo turno, esse comportamento tornou-se ainda mais evidente, com maior presença ao lado de Celina Leão e uma atuação predominantemente digital no apoio ao enteado. Esses movimentos sugerem que Michelle passou a selecionar de forma mais própria os espaços, candidaturas e alianças aos quais pretende associar sua imagem política.

Ao mesmo tempo, as eleições de 2026 também evidenciaram que essa construção de autonomia ocorre dentro de um campo político marcado por disputas internas, relações familiares e diferentes projetos de liderança. Nesse

sentido, a trajetória de Michelle após a eleição poderá mostrar até que ponto ela buscará ampliar uma identidade política própria ou continuará atuando principalmente como uma das principais representantes do bolsonarismo.

Um dos principais desafios de Michelle, portanto, será transformar o capital eleitoral demonstrado nas urnas em capacidade de atuação institucional dentro do Senado. A partir de 2027, será possível observar sua participação em comissões, sua capacidade de articulação com outros parlamentares, sua relação com a bancada do PL e sua atuação na formulação de agendas legislativas. Mais do que manter a popularidade conquistada durante a campanha, seu mandato permitirá avaliar em que medida essa popularidade poderá ser convertida em influência política e em maior protagonismo institucional no campo conservador.

Referências

https://g1.globo.com/df/distrito-federal/eleicoes/2026/noticia/2026/10/04/michelle-bolsonaro-pl-e-bia-kicis-pl-sao-eleitas-senadoras-pelo-df.ghtml
https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/122873/michelle-e-bia-kicis-sao-eleitas-senadoras-pelo-distrito-federal
https://veronoticias.com/politica/michelle-privilegia-celina-e-some-da-campanha-de-flavio-no-segundo-turno/
https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/michelle-repete-estrategia-do-primeiro-turno-e-evita-agendas-com-flavio/
https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2026/noticia/2026/10/25/flavio-reune-tarcisio-nunes-e-zucco-para-acompanhar-apuracao-enquanto-michelle-deve-aguardar-resultado-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml
https://noticias.r7.com/prisma/blog-do-nolasco/michelle-bolsonaro-nao-acompanhou-apuracao-ao-lado-de-flavio-26102026/
https://veronoticias.com/politica/michelle-privilegia-celina-e-some-da-campanha-de-flavio-no-segundo-turno/
https://www.cnnbrasil.com.br/eleicoes/michelle-repete-estrategia-do-primeiro-turno-e-evita-agendas-com-flavio/

Representatividade Negra: Entre a Sub-representação Política e as Políticas de Estado do Mandato 2027 - 2030

César Amorim[39]

O presente boletim tem como objetivo monitorar e refletir sobre a presença da questão racial nas eleições de 2026, observando as diferentes formas pelas quais raça e política se articulam durante o período pré-campanha e o início da campanha eleitoral. Busca-se analisar tanto a participação de pessoas negras na disputa eleitoral quanto a mobilização de pautas raciais, os discursos produzidos pelos candidatos e partidos e os conflitos relacionados à representação política.

Nas últimas eleições, a questão racial adquiriu crescente centralidade no debate sobre representação e participação política no Brasil. Embora as pessoas negras componham a maioria da população brasileira, sua presença ainda é escassa em posições de poder, evidenciando uma desigualdade que acompanha a sociedade ao passar dos anos.

Sabe-se que a presença de candidaturas negras não significa necessariamente uma redução das desigualdades raciais na competição eleitoral. Nossa hipótese é que o aumento gradual do número de pessoas negras que se candidatam às eleições amplia a representação descritiva da população negra na política institucional, mas não garante, por si só, a formulação de pautas e políticas públicas capazes de atender de maneira efetiva às demandas e desigualdades enfrentadas pela população negra.

[39] Graduando em Letras - Português/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Estatísticas Gerais e Panorama dos Números das Eleições 2026

No último boletim, retratamos a sub-representatividade negra persistente nos cargos legislativos e executivos do Brasil. Através das estatísticas disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi possível perceber uma crassa diferença entre o número de candidaturas negras e o número de eleitos. Embora as candidaturas negras somem cerca de metade do total de candidatos no país (superando mais de 10 mil candidaturas registradas), a conversão em mandatos eleitos cai drasticamente (com apenas pouco mais de 500 eleitos, somando cargos executivos e legislativos).

Vale destacar que, desde 2020, os partidos são obrigados a destinar recursos de campanha para candidaturas negras. Além disso, neste ano de 2026, o Supremo Tribunal Federal (STF) validou as regras que destinam 30% dos fundos eleitorais para candidaturas de pretos ou pardos. Essas informações são importantes para evidenciar a realidade da luta da visibilidade negra na política. É a imagem viva de um cabo de guerra, onde candidaturas negras enfrentam a resistência secular de um sistema que se recusa a ceder espaço.

Como intensificador de todo este processo, é necessário mencionar o que as urnas já disseram: o Brasil, apesar de ser majoritariamente negro, terá apenas 26,3% das cadeiras ocupadas por candidatos predos e pardos na Câmara dos Deputados. Diante de um poder legislativo ainda sub-representado por negros e de um poder executivo regional gravemente influenciado pelo racismo estrutural, é nítido que a cobrança da sociedade civil acerca da visibilidade negra no país volta-se diretamente para o Poder Executivo Federal e as diretrizes do plano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Aumento de representatividade negra como proposta no Plano de Governo

> As políticas de fomento à participação da população negra no funcionalismo público, especialmente nos espaços superiores da gestão governamental, terão continuidade, alinhadas à política de cotas no serviço público que aprimoramos no atual mandato. (COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA, 2026, p. 19)

Dentre as propostas apresentadas em seu plano de governo, o então candidato Lula abordou a necessidade de ampliar a representatividade negra nos espaços de gestão governamental, no serviço público e, ainda, nos espaços de educação. O atual presidente caminha na contramão histórica de exclusão de

pretos e pardos nos espaços de representação eletiva. Em seu plano de diretrizes, sua gestão aposta no fortalecimento do Poder Executivo como motor de inclusão e visibilidade para a população negra, bem como destaca o compromisso com a democratização do acesso aos postos de decisão na administração estatal.

Essa abordagem reconhece que a igualdade racial não é construída apenas com políticas distributivas, mas com a ocupação efetiva da burocracia estatal por lideranças negras. Além do acesso ao funcionalismo público, o plano estabelece eixos prioritários que visam enfrentar o racismo estrutural em múltiplas formas: a preservação da vida, a garantia de direitos territoriais com a aceleração das titulações quilombolas e a consolidação de mecanismos orçamentários previstos no Estatuto da Igualdade Racial. Trata-se de conjunto de metas que busca transformar a visibilidade negra em prioridade Institucional de Estado.

Luta Contínua: a busca pela igualdade racial

Em suma, a presença de diretrizes voltadas à igualdade racial no plano do Poder Executivo representa um avanço institucional importante, mas longe de ser suficiente. Diante de um Congresso Nacional que permanece majoritariamente homogêneo e distante da diversidade demográfica brasileira, a implementação de políticas públicas efetivas poderá enfrentar fortes resistências. Por isso, a conquista por visibilidade, direitos e espaços de poder para a população negra não se encerra nas urnas nem no texto das propostas governamentais. A luta antirracista é contínua, e cabe à sociedade, aos movimentos sociais e aos cidadãos manterem a vigilância e a cobrança constante sobre os poderes constituídos, garantindo que os compromissos assumidos se traduzam em transformações reais e duradouras.

Referências

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**. Estatísticas eleitorais: candidaturas por cor/raça – Eleições 2026. Brasília, DF: TSE, 2026. Disponível em: <http://www.tse.jus.br>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73105.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF valida regras que destinam 30% dos fundos eleitorais para candidaturas de pessoas pretas e pardas. Notícias STF, Brasília, DF, 8 jul. 2026. Disponível em:

https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-valida-regras-que-destinam-30-dos-fundos-eleitorais-para-candidaturas-de-pessoas-pretas-e-pardas/. Acesso em: 7 nov. 2026.

BRASIL é 55,5% negro, mas terá apenas 26% das cadeiras da Câmara em 2027. *Sinteal*, Maceió, 6 nov. 2026. Disponível em: https://www.sinteal.org.br/2026/11/brasil-e-555-negro-mas-tera-apenas-26-das-cadeiras-da-camara-em-2027/. Acesso em: 7 nov. 2026

COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA. *Diretrizes para o programa de transformação do Brasil*: um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo: programa de governo Lula Presidente / Vice Alckmin.